



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LAÍS DE ALMEIDA LACERDA

**DINÂMICAS TRANSNACIONAIS ANTIGÊNERO: UMA
ANÁLISE DA DECLARAÇÃO DO CONSENSO DE GENEBRA**

Salvador - BA
2024

LAÍS DE ALMEIDA LACERDA

**DINÂMICAS TRANSNACIONAIS ANTIGÊNERO: UMA
ANÁLISE DA DECLARAÇÃO DO CONSENSO DE GENEVRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Daniel Tourinho Peres
Co-orientadora: Renata Reverendo Vidal Kawano
Nagamine

Salvador - BA
2024

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Lacerda, Laís de Almeida.

Dinâmicas transnacionais antigênero: uma análise da Declaração do Consenso de Genebra / Laís de Almeida Lacerda. - 2024.

124 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Tourinho Peres.

Coorientadora: Profa. Dra. Renata Reverendo Vidal Kawano Nagamine.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2024.

1. Relações internacionais. 2. Direitos das mulheres. 3. Mulheres - Saúde e higiene - Política governamental. 4. Mulheres - Estatuto legal, leis etc. 5. Direitos sexuais. 6. Direitos reprodutivos. 7. Política de saúde. 8. Declaração do Consenso de Genebra. I. Peres, Daniel Tourinho. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 362.83

CDU - 396

LAIS DE ALMEIDA LACERDA

**DINÂMICAS TRANSNACIONAIS ANTIGÊNERO: UMA ANÁLISE DA
DECLARAÇÃO DO CONSENSO DE GENEBRA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 20 de dezembro de 2023.

Banca examinadora

gov.br

Documento assinado digitalmente
DANIEL TOURINHO PERES
Data: 16/03/2024 19:53:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Daniel Tourinho Peres

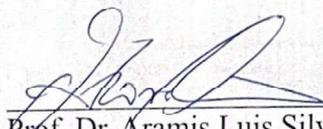


Prof. Dra. Renata Reverendo Vidal Kawano Nagamine

gov.br

Documento assinado digitalmente
DENISE CRISTINA VITALE RAMOS MENDES
Data: 16/03/2024 18:10:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Denise Vitale Ramos Mendes



Prof. Dr. Aramis Luis Silva

AGRADECIMENTOS

Apesar da escrita deste trabalho ter sido, em essência, uma experiência solitária, nenhum projeto se constrói sozinho. Há muitas mãos e vozes nas palavras aqui colocadas e, sem elas, concluir a dissertação teria sido impossível. Os agradecimentos aqui dispostos não estão em ordem prioritária, apenas enuncio, desordenadamente, as diversas pessoas que me trouxeram até aqui.

Agradeço à Carol (Izaura Carolina), minha terapeuta, que me acompanha desde 2018 e permitiu que minha saúde mental estivesse estabelecida o suficiente para continuar caminhando. Também agradeço a Dra. Ângela Scippa, minha psiquiatra durante o mesmo período, e que forneceu suporte médico ao longo desses anos. Sigo lutando cotidianamente com questões dessa natureza e um apoio profissional adequado tem sido fundamental nesse processo.

Agradeço a Hayley McEwen, Paula Drummond e Rodrigo Borba por compartilharem os seus trabalhos com uma estranha que mandou e-mail solicitando acesso. A receptividade e prontidão no atendimento ao meu pedido acalentou meu espírito e me fez sentir menos solitária nessa jornada. Querida Hayley, as breves mensagens eletrônicas trocadas contigo e a forma como se colocou tão gentilmente nelas verdadeiramente fizeram diferença nesse processo. Enfrentei, e enfrento, diversos questionamentos e críticas ao espaço acadêmico, mas você demonstrou que é possível ocupá-lo com sensibilidade e compromisso político. Obrigada.

Agradeço à Bia (Bianca Chetto), amiga querida, cuja trajetória acadêmica, que resultou no trabalho “ ‘Eu matei meu marido’: Um estudo sobre violência conjugal, insuficiências do Estado e o Direito das Mulheres à Autodefesa”, foi uma fonte de inspiração para mim. É uma felicidade saber que existem pesquisadoras tão comprometidas e é uma felicidade ainda maior tê-las como amigas. Para além da potência política e acadêmica de Bia, sou muito agradecida pelos risos, desabafos, filmes de terror e vídeos de gatinhos compartilhados.

Agradeço à Caroline, minha amiga, minha companheira, minha família. Por me ouvir rindo, chorando, brigando, por simplesmente me ouvir. Por estar do meu lado, ler meus trabalhos, fazer comidinhas, por simplesmente ser e estar. Nossa amizade é um dos bens mais valiosos que possuo.

Agradeço à Reni (Renata Rescala) por ter me dado suporte durante o período tão difícil de elaboração da dissertação. Nossas ligações diárias, planejamentos e apoio mútuo moldaram o meu ano e tem moldado a minha vida. Obrigada pelo Japão, pelas experiências audiovisuais compartilhadas e pela amizade.

Agradeço à Titia, sempre e por tudo. Nesse momento, as palavras parecem insuficientes para dimensionar a importância de sua presença na minha vida. Não sei quem seria sem você. A Laís que ocupa e pensa o mundo hoje só existe porque você existiu antes.

Agradeço à minha família, pais e irmãs (Gilmar, Lúcia, Geisa, Leco), por serem minha fundação e acreditarem no meu potencial mesmo quando não acredito. Cheguei até aqui porque pude contar com um suporte familiar que, infelizmente, não é compartilhado por todas as pessoas. Também agradeço a meus companheiros felinos, Raul e Pudim, e a alteridade significativa, nas palavras de Donna Haraway, desenvolvida entre nós. Mizu e Neide, infelizmente, passaram menos tempo comigo, mas nem por isso foram menos importantes. Amo vocês, espécies companheiras, caninos e felinos.

Agradeço a todas as pessoas que compõem a grande rede de amizade que dá sentido a minha vida: Camila Assunção, Jeferson Aragão, Renata Rêgo, Fernanda Carvalho, Diana Neves, Adam Campelo, Diana Reis, Danilo Anunciação, Patrícia Fontes, Nathan Carvalho, Carla Nilo...O afeto é a maior potência, o motor propulsor de minha existência. É o sentimento decorrente de relações tão incríveis que me faz querer acordar e seguir em frente.

Agradeço aos colegas do PPGRI, Gustavo e Sheila, por me ouvirem e compartilharem angústias que só quem habita a academia sabe experienciar. Hoje posso dizer que ganhei duas novas amigadas e sou extremamente grata por isso.

Agradeço às professoras do NEIM, Márcia Macedo, Maise Zucco, Salete Maria e Maíra Kubik, pelas aulas ministradas na graduação de Gênero e Diversidade, as quais foram essenciais para meu direcionamento teórico nos últimos anos. Agradeço particularmente a Márcia e a experiência intimista trocada na disciplina de “Seminários Temáticos de Teorias Feministas”, na qual apenas eu e mais duas discentes participamos no ano de 2019. Márcia, além de ter trazido um encantamento ainda maior para minha relação com as teorias feministas, foi a professora que acreditou em mim e disse: “você está pronta para o mestrado!”.

Agradeço ao professor Victor Lage e à professora Denise Vitale, ministrantes das disciplinas de “Teoria das Relações Internacionais” e “Gênero e Direitos Humanos”, respectivamente, no PPGRI. Os debates e questionamentos promovidos nas aulas de Victor contribuíram para uma curiosidade teórica que direcionaram essa pesquisa. Além da indubitável excelência acadêmica de Victor, sou grata pela abertura e cuidado no contato com as/os alunas/os, posicionamento tão importante e ao mesmo tempo tão carente na universidade hoje. Quanto à Denise, posso dizer que me acompanhou e acolheu durante o estágio docência, e esteve sempre disposta a conversar comigo e a incentivar minha presença e participação na pós-graduação. Precisamos de mais docentes como vocês na pós.

Agradeço à professora Renata Nagamine, que aceitou a empreitada de ser minha orientadora, ouvindo minhas ideias e tecendo comentários. Renata é uma intelectual brilhante e, mesmo quando discordei de suas colocações, nunca deixei de considerá-las. O nome de Renata pode não constar oficialmente como orientadora (apenas como co-orientadora), diante do encerramento do seu vínculo formal com o PPGRI, mas foi ela quem me acompanhou neste percurso. Obrigada pelos questionamentos fundamentais para a construção desse trabalho. No ensejo, agradeço ao professor Daniel Peres por aceitar ocupar oficialmente o papel de orientador deste trabalho, colocando-se à disposição para suprir a lacuna que surgiu quando o nome de Renata não esteve disponível para tanto.

Por fim, não posso deixar de agradecer aos coletivos e organizações feministas que atravessaram minha história, bem como às mulheres que compõem esses espaços. Em especial agradeço ao Coletivo Madás e a Tamo Juntas, organizações que participei e experienciei a possibilidade de união entre teoria e práxis, encontro indissociável para os movimentos feministas. Trabalhamos coletivamente pela concretização dos ideais políticos que acreditamos: um mundo mais justo e igualitário.

Se esqueço de alguém, não é devido a ausência de importância, mas tão somente pela impossibilidade de relacionar, em tão poucos parágrafos, as pessoas que são responsáveis por esse trabalho se materializar.

Essa pesquisa foi realizada com financiamento público, em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, que se tornou o meu lar e o de tantas outras. As pesquisas desenvolvidas na UFBA e nas universidades públicas de todo o país são força motriz para a transformação da realidade social. Jamais nos esqueçamos disso.

RESUMO

A Declaração do Consenso de Genebra sobre Promoção da Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família foi firmada em 2020, por trinta e dois países, com o intuito, segundo seus arquitetos, de defender a saúde das mulheres, proteger a vida em todos os estágios, garantir o direito soberano de cada nação de fazer suas próprias leis e promover o fortalecimento da família. A presente pesquisa objetiva analisar o Consenso de Genebra, compreendendo o processo de formação, articulação e formalização da coalizão oriunda do documento. Para realizar essa pesquisa, faço uso da metodologia bibliográfica e documental, utilizando como técnica qualitativa a análise do discurso. Assim, inicio o trabalho mapeando os principais avanços normativos no Sistema das Nações Unidas acerca dos direitos sexuais e reprodutivos e as disputas que se formaram em torno desses direitos, tendo como marco inicial a Conferência do Cairo (1994). Em seguida, analiso os movimentos antigênero que se consolidaram nas duas últimas décadas, com foco no seu surgimento, nas práticas discursivas e políticas de ação sustentadas. Ainda, examino a DCG, por meio do texto documental e dos discursos e interesses defendidos pelos signatários. Concluo que a DCG é um projeto político antigênero, fruto do processo de contestação política internacional acirrado pelos movimentos antigênero. Há a construção de um bloco transnacional que disputa a narrativa de direitos humanos, aciona o sistema multilateral e promove gradualmente a sua corrosão por meio da construção de uma via paralela a ele.

Palavras-chave: Declaração do Consenso de Genebra; direitos sexuais e reprodutivos; movimentos antigênero; “ideologia de gênero”; aborto; “família natural”.

ABSTRACT

The Geneva Consensus Declaration on Promoting Women's Health and Strengthening the Family was signed in 2020, by thirty-two countries, with the intention, according to its architects, of defending women's health, protecting life at all stages, guarantee the sovereign right of each nation to make its own laws and promote the strengthening of the family. This research aims to analyze the Geneva Consensus, understanding the process of formation, articulation and formalization of the coalition arising from the document. To carry out this research, I use bibliographic and documentary methodology, using discourse analysis as a qualitative technique. Thus, I begin the work by mapping the main normative advances in the United Nations System regarding sexual and reproductive rights and the disputes that have formed around these rights, with the Cairo Conference (1994) as its starting point. Next, I analyze the anti-gender movements that have been consolidated in the last two decades, focusing on their emergence, discursive practices and sustained political action. Furthermore, I examine the DCG, through the text and the speeches and interests defended by the signatories. I conclude that the DCG is an anti-gender political project, the result of a process of international political contestation fueled by anti-gender movements. There is a construction of a transnational bloc that disputes the human rights narrative, activates the multilateral system and gradually promotes its corrosion through the construction of a path parallel to it.

Keywords: Geneva Consensus Declaration; sexual and reproductive rights; anti gender movements; “gender ideology”; abortion, natural family.

LISTA DE ABREVIATURAS

CDH	Conselho de Direitos Humanos
C-Fam	Center for Family and Human Rights
CIPD	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento
CMF	Congresso Mundial das Famílias
DCG	Declaração do Consenso de Genebra
DC	Direita Cristã
DSR	Direitos Sexuais e Reprodutivos
EUA	Estados Unidos da América
FWI	Family Watch International
GATE	Global Action for Trans Equality
GoFF	The Group of the Friends of The Family
IOF	International Organization for the Family
IWHC	International Women's Health Coalition
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, <i>Queer</i> , Interssexuais, Assexuais e Panssexuais
LSE	London School of Economics and Political Science
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial de Saúde
SOVB	Stichting Onderzoek en Voorlichting Bevolkings-politiek
STF	Supremo Tribunal Federal
UE	União Europeia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NAS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS	17
2.1 Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento	18
2.1.1. Programa de Ação do Cairo	19
2.1.2. Contexto Preparatório da Conferência do Cairo	23
2.1.3. Controvérsias e Alianças na Aprovação do Programa	27
2.2 IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher	32
2.2.1. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim	33
2.2.2 Contexto preparatório da Conferência de Pequim	35
2.2.3 A mudança de estratégia da Santa Sé	36
2.2.4 Oposições ao “Gênero” e à “Orientação Sexual”	40
2.2.5 “Aborto” em Pequim	45
2.2.6 Vitória?	46
3. PENSANDO MOVIMENTOS ANTIGÊNERO EM UMA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL	47
3.1. Ideologia de Gênero: realidade ou fábula?	48
3.2. Construindo um Programa Antigênero	50
3.3. Atores Antigênero	58
3.4 Interpretações dos Movimentos Antigênero	63
3.4.1. Backlash Conservador	64
3.4.2. Populismo de Direita	68
3.4.3. Gênero como cola simbólica	70
3.5 Argumentos	74
3.5.1. Proteção das crianças, casamento e família	74
3.5.2. Gênero é uma imposição colonial/estrangeira	77
3.6 Políticas de Ação	80
3.6.1. Atuação na arena internacional	80
3.6.2. <i>Normspoling</i>	82
4. ANALISANDO A DECLARAÇÃO DO CONSENSO DE GENEBRA	84
4.1. Construção da Declaração do Consenso de Genebra	84
4.2. Recepção	91
4.3. A Declaração	92
4.4. O “Consenso”	94
4.5. A “Saúde da Mulher”	96
4.6. A “Família”	98
4.7. Soberania e o “Direito Internacional ao Aborto”	100
4.8. (Re) Configurando os Direitos Humanos	101
4.9. Uma Política Antigênero	102

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXO.....	120

1 INTRODUÇÃO

Em 22 de outubro de 2020, trinta e dois países, liderados por Brasil, Estados Unidos, Egito, Hungria, Indonésia e Uganda, assinaram a Declaração de Consenso de Genebra sobre Promoção da Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, um documento internacional no qual os países signatários afirmam defender a saúde das mulheres, a proteção da vida em todos os estágios, o direito soberano de cada nação de fazer suas próprias leis para proteger a vida e a defesa do fortalecimento da família.

O documento foi produzido às margens da 73^a Assembleia Mundial da Saúde, que deveria ocorrer em novembro de 2020, em Genebra, mas que, em razão do contexto pandêmico oriundo da COVID-19, se deu virtualmente. De tamanho relativamente curto e fazendo referência a importantes documentos internacionais, tais como a Declaração dos Direitos Humanos (1948), a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995), e o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Programa de Ação do Cairo) (1994), a declaração afirma o compromisso dos signatários em trabalhar juntos para garantir o direito das mulheres, sobretudo no âmbito da saúde; assegurar que não há direito internacional ao aborto ou obrigação internacional dos Estados em financiá-lo ou facilitá-lo; e apoiar o papel da família como base da sociedade.

Essa coalizão multilateral, que busca trabalhar diretamente junto às Nações Unidas e outros fóruns multilaterais para “garantir a defesa da vida”, formou-se por meio da aliança de nações com trajetórias sócio-históricas bastante distintas, cujo objetivo era o de produzir um contraponto à certas políticas de igualdade de gênero e diversidade sexual que ganharam terreno no sistema internacional de direitos humanos, notadamente a partir da Conferência de Cairo (Roggeband, Krizsán, 2018; Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

Se, por um lado, o documento foi recebido com felicitações por parte de movimentos “pró-vida” e “pró-família”, ligados a segmentos mais conservadores da sociedade civil, por outro, foi visto como um ataque aos direitos sexuais e reprodutivos, atingindo mulheres e a população LGTBQIAPN+ (Conectas, 2020; Borger, 2020; Stefano Gennarini, 2021).

Com a saída dos Estados Unidos e do Brasil, em janeiro de 2021 e 2023, respectivamente, após a posse dos presidentes eleitos Joe Biden e Luiz Inácio da Silva, muito se questionou se a coalizão construída por meio da declaração perderia fôlego, contudo, a

entrada de novos membros¹ e a ocorrência de uma conferência regional em 2021 tem provado que a coalizão resiste e pretende perdurar.

Diante do exposto, a presente dissertação tem o objetivo principal de compreender o processo de formação, articulação e formalização da coalizão construída através da Declaração do Consenso de Genebra. Para tanto, a pesquisa possui o seguinte questionamento norteador: Como os governos de Brasil, Egito, Estados Unidos, Hungria, Indonésia e Uganda chegaram a dar forma a uma agenda comum em matéria sexual e reprodutiva, por meio da Declaração do Consenso de Genebra (DCG)?

Dessa forma, a fim de investigar o objetivo proposto, o trabalho estrutura-se em introdução, três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo tem o objetivo de mapear os principais avanços normativos do Sistema das Nações Unidas acerca dos direitos sexuais e reprodutivos e as disputas que se formaram em torno desses direitos, tendo como marco inicial a Conferência do Cairo (1994). Neste capítulo, os processos de contestação em relação ao “aborto”, “gênero” e a “saúde sexual e reprodutiva” durante as Conferências de Cairo e Pequim serão analisados. Nessas conferências, a participação ativa dos movimentos feministas e de mulheres, e as conquistas advindas dessa atuação, foram vistas por alguns agentes políticos como uma ameaça. É nesse instante que alianças, estratégias e narrativas de determinados atores conservadores, que futuramente viriam a participar dos movimentos antigênero, ganharam conformação. Aqui, destaco que não adentrarei nas críticas a mobilização de organismos internacionais por parte dos movimentos sociais ou a alegação de cooptação desses grupos nesses fóruns. Ainda que pertinentes, tais reflexões fogem do escopo do presente trabalho e não serão abordadas.

No segundo capítulo, pretendo analisar os movimentos antigênero, dando destaque para o seu surgimento, as práticas discursivas e políticas de ação utilizadas. Dentro desse escopo, ressalto o caráter transnacional de campanhas que ganharam força no século XXI e estão presentes em diversas localidades. Nesse ponto, adianto que a abundância de produção bibliográfica na América Latina e Europa, conjugada com a sua facilidade de acesso - em termos linguísticos e de aquisição material - promoveu um direcionamento investigativo maior aos países desses continentes.

No terceiro capítulo, parto, propriamente, para a DCG. O capítulo possui como objetivo examinar a DCG, os discursos e interesses defendidos pelos signatários da declaração, através

¹ A Guatemala aderiu ao Consenso em outubro de 2021. A Rússia um mês depois. A Colômbia, que tinha aderido ao Consenso durante o governo de Iván Duque, saiu em agosto de 2022, após a vitória eleitoral de Gustavo Petro.

da análise do documento e das declarações oficiais de suas/seus representantes. O processo anterior de formação da DCG é fundamental para compreender em que medida a declaração se insere dentro dos movimentos antigênero, isto é, quais são os atores participantes, o que alegam defender/combater e o que se pode concluir de sua análise. Da mesma forma, realizo um trabalho analítico do texto, indo além das disposições textuais da declaração, que replicam, em sua maioria, trechos consensuais de documentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Como será mencionado mais adiante, o “consenso” firmado em cima dessas disposições é uma das táticas argumentativas sustentadas pelos criadores da DCG para afirmar o caráter inquestionável da declaração.

Feitas essas pontuações, passo a metodologia utilizada no trabalho. Nesse ponto, a metodologia adotada usa como parâmetro as reflexões promovidas pelas teóricas feministas nos campos epistêmico e metodológico, que defendem um projeto científico alternativo de produção de conhecimento, rejeitando os métodos de produção científica tradicionais que afirmam produzir um conhecimento universal e desinteressado (Harding, 1998; Tickner, 2006; Haraway, 1995; Cardoso, 2012).

Partindo do posicionamento teórico feminista, que vê o conhecimento como “situado e socialmente construído a partir de determinada posição social” (Cardoso, 2012, p.71), a pesquisa proposta reconhece e toma como elemento central a parcialidade da pesquisadora, o que também recai sobre a sua visão do objeto. Quanto a esse aspecto, Harding (1998) destaca a importância de se localizar no processo investigativo e de explicitar como as identidades pertencentes interferem no trabalho produzido, o que é relevante não só para a condução da pesquisa, como também para a própria pessoa leitora.

É o reconhecimento dessa posicionalidade que permite elaborar uma pesquisa com maior precisão e abrangência, atingindo o que a autora convencionou chamar de “objetividade forte”, em oposição a uma objetividade “fraca” praticada pela ciência tradicional, que oculta seu lugar sob o pretexto de ser neutra (Harding, 1991, 1998).

Nesse sentido, não pretendo afirmar uma neutralidade no escrutínio da declaração, visão que não invalida o esforço analítico promovido. Pelo contrário. Defendo, na linha do que sustenta Harding, que a tensão entre reconhecer meu lugar político enquanto sujeito localizado e o empenho em promover uma investigação legítima, não ofuscada por essa posição, mas atravessada por esta, enriquece a produção científica. Assim, não oculto os atravessamentos subjetivos, políticos e coletivos que o tema me traz. Enquanto mulher feminista, bissexual, que faz parte de uma rede político-afetiva que rompe moralidades dominantes, o objeto de pesquisa interfere no meu próprio lugar no mundo e de pessoas

companheiras de luta, vivências, trajetória e amor. Parto deste lugar e promovo as reflexões deste trabalho com - e através de - esse tensionamento político.

Desse modo, apropriando-se das sensibilidades metodológicas próprias dessas formulações epistêmicas e metodológicas feministas, o trabalho se valerá da pesquisa bibliográfica e documental. De início, será feito o levantamento bibliográfico do desenvolvimento dos direitos das mulheres nos campos sexuais e reprodutivos nas conferências da ONU, partindo das Conferências de Cairo e Pequim. Em seguida, será feita uma revisão bibliográfica dos movimentos antigênero, destacando seu caráter transnacional e reivindicatório. Proponho, ainda, mapear alguns dos comunicados e declarações produzidos pelos representantes governamentais dos países signatários da Declaração do Consenso de Genebra referentes a esse texto normativo ou aos temas abordados pelo documento, que incluem falas em cerimônias oficiais, eventos e entrevistas concedidas.

Por fim, teço alguns esclarecimentos em relação a categorias descritivas utilizadas. Quanto ao termo “movimentos antigênero”, que será melhor explorado no capítulo três deste trabalho, associo-me a parte majoritária da literatura que utilizou essa expressão para descrever as campanhas que surgiram nas últimas duas décadas e se opõem à “ideologia de gênero”, a educação sexual nas escolas, aos direitos da população LGBTQIAPN+ e, ainda, aos direitos sexuais e reprodutivos. No entanto, assim como Kováts (2018), entendo as limitações dessa escolha terminológica, visto que passa uma falsa simetria de que há movimentos “pró-gênero” e há uma reação automática a um processo político anterior de avanço de direitos.

Recentemente, o termo também tem provocado certa confusão no imaginário público², por meio de uma leitura imediata e automática de que os participantes desse movimento defendem uma abolição de gênero e/ou de seus papéis, concepção, de fato, diametralmente oposta ao quanto sustentado pelos movimentos. Apesar dessas ressalvas, mantenho o emprego dessa expressão na pesquisa.

Ao longo do trabalho, utilizo a terminologia “LGBTQIAPN+” (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Interssexuais, Assexuais, Não binárias e mais) para me referir a corpos e identidades não conformes aos padrões dominantes de gênero e sexualidade, compreendendo que a sigla busca ilustrar, mas não restringir esses grupos. Também promovo

² Forneço dois exemplos. Em uma conversa recente sobre o tema com uma amiga, feminista e teórica, mas distante dessa área específica de estudos, observei estranhamento por parte dela quanto ao uso do “antigênero”, pois o termo transporta, na sua leitura, à concepção de uma abolição do gênero, em defesa de toda e qualquer liberdade de expressão sexual e corporal humana, sem enquadramentos e categorizações. Essa mesma confusão também tem sido observada em certas manifestações de fóruns e redes sociais.

uma substituição das siglas originariamente utilizadas por alguns/algumas autores/as citados/as neste trabalho quando utilizam as expressões “LGBT”, “LGBTQ” ou “LGB”, etc., por “LGBTQIAPN+”, por entender que se referem à essas identidades e, em certos casos, inseridos em um período histórico em que a sigla ainda possuía outra conformação popularizada, não vislumbravam outro uso. Assim, adequando ao uso atual no espaço de ativismo político³ e buscando uma uniformização através de uma terminologia mais inclusiva, realizo essa mudança.

Quanto ao uso de termos como atores/grupos/forças “progressistas” e “conservadoras”, embora pareçam autoevidentes, como muitas vezes utilizados pela literatura acionada neste trabalho e reproduzidos por mim, podem encerrar armadilhas que precisam ser sinalizadas. Tais categorias não são fixas e por vezes se entrelaçam, sobretudo quando examinadas frente a certos temas. Feministas trans excludentes são consideradas progressistas ou conservadoras? O progressismo/conservadorismo diz respeito a quê/quem? Reflexões dessa natureza nos permite questionar as restrições teóricas e políticas da utilização dessas expressões. Tendo como base essas considerações, e ciente das limitações de determinados usos que provocam simplificações analíticas, mantenho as expressões, usando-as, sempre que possível, em um quadro contextual que reduz as polarizações.

³ Existem variações para o acrônimo atualmente, como LGBTQIA+ ou LBTTQIAP+, no entanto, escolho utilizar a de maior abrangência na representação textual.

Sustentar a utopia não deve nos fazer esquecer de construir as pontes entre ela e a possibilidade efetiva de intervir e modificar o mundo aqui e agora com as mulheres e a realidade histórica concretas. Sônia Corrêa, Marisa Matamala, Nancy Palomino e Silvina Ramos.⁴

⁴ Corrêa *et al*, 1994. As Aventuras e o Consenso do Movimento Feminista no Caminho para o Cairo.

2 DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NAS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS

Os movimentos feministas e de mulheres⁵ possuem um longo histórico de luta pela equidade de gênero, que perpassa pelo campo da política internacional, terreno no qual importantes conquistas foram realizadas. As Conferências das Nações Unidas⁶ foram palco desse cenário, servindo para a postulação de demandas, fortalecimento de redes já existentes e formação de novas alianças. Temas como discriminação no ambiente de trabalho, igualdade entre os gêneros e violência contra as mulheres estiveram no âmago das conferências realizadas dentro do sistema ONU⁷.

Os direitos sexuais e reprodutivos (DSR), por sua vez, ganharam destaque na arena internacional nos últimos trinta anos, possuindo como marco histórico a Conferência sobre População e Desenvolvimento, realizada em Cairo, em setembro de 1994. Para a garantia da efetivação desses direitos, os grupos feministas e de mulheres perceberam que era importante obter o reconhecimento dessa agenda no âmbito internacional, incluindo sua positivação nos tratados e documentos internacionais de direitos humanos. A litigância internacional desenvolvida por esses grupos resultou em importantes conquistas que, em face a embates e resistências, conseguiram alcançar resultados significativos.

No presente capítulo, irei esquematizar as principais deliberações em matéria sexual e reprodutiva dentro das Conferências de Cairo e de Pequim, bem como as disputas que se formaram em torno desses espaços, que englobam diferentes segmentos atuantes na agenda política global.

Apesar de questões relacionadas à esfera sexual e reprodutiva terem sido discutidas na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (1993), em Viena, e na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social (1995), em Copenhague, escolhi como recorte temporal a Conferência de Cairo, pois, inserida no período de efervescência da década de 1990, no qual importantes fóruns foram realizados, Cairo se tornou notável por trazer amplamente ao debate

⁵ É preciso diferenciar os movimentos feministas dos movimentos de mulheres, pois, apesar de terem pautas que se atravessam, não são sinônimos. Nem todo movimento de mulheres se define enquanto feminista e as implicações desse autoreconhecimento vão além da esfera discursiva, produzindo efeitos sociais e políticos diversos.

⁶ Conforme nos elucida Doris Buss (1998, p.342): “United Nations conferences are meetings of state representatives designed to produce a plan of action acceptable to all participants on a given topic. The conferences are not a formal part of UN machinery but are organized using existing UN offices. The conferences are generally not intended to produce treaties, which are binding on states, but rather, result in documents containing principles and aspirations.”

⁷ Ganham destaque as primeiras três Conferências Mundiais sobre as mulheres, que ocorreram na Cidade do México (1975), Copenhague (1980) e em Nairóbi (1985), respectivamente.

público as discussões sobre os DSR, tornando-as centrais. A Conferência de Viena e Copenhague, em contrapartida, abordaram esses temas de modo incidental e com menos repercussão na arena política. Além disso, foi em Cairo e Pequim que alianças e contestações se tornaram mais contundentes, esboçando as controvérsias políticas e morais que envolvem a consecução desses direitos.

Temas como diversidade cultural e religiosa, universalidade de direitos versus relativismo cultural, também foram alvo de grandes controvérsias, mas estão além do escopo deste capítulo e, por esse motivo, não serão abordados.

2.1 Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento

Realizada entre 5 a 13 de setembro de 1994, na cidade de Cairo, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), também conhecida como Conferência do Cairo, foi a maior conferência intergovernamental sobre população e desenvolvimento já realizada. Cerca de onze mil participantes, dentre cento e oitenta países, e quatro mil representantes de mais de mil e quinhentas ONGs⁸, se reuniram com o objetivo de discutir políticas populacionais, aos olhos de mais de quatro mil jornalistas (UNFPA 2007; Neale, 1998; Alves, 1995; Silva, 2013; Davis, 1995).

Essa conferência, a terceira em matéria de população no sistema ONU⁹, destaca-se das demais por formular um Programa de Ação que prevê um plano de vinte anos para políticas populacionais internacionais, sendo assim, a principal expressão do escopo, financiamento e objetivos de programas populacionais (Buss e Herman, 2003).

Conforme relata Susan Cohen e Coren Richards (1994), a diretora executiva do Fundo de População das Nações Unidas e secretária-geral da Conferência do Cairo, Dra. Nafis Sadik, no seu discurso em plenário, afirmou que a Conferência do Cairo fazia parte de um *continuum*. Como *continuum*, Sakid se referia às discussões anteriores iniciadas nas conferências da ONU, sobretudo da década de noventa, e que seriam retomadas no ano seguinte na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague, e na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim.

⁸ Davis (1995) e Alves (1995) falam em um número ainda maior, mencionando mais de dois mil representantes de ONGs.

⁹ Precederam essa Conferência a Conferência Mundial de População (1974), em Bucareste, e a Conferência Internacional sobre População, na Cidade do México (1984). J.A Lindgren Alves (1995) afirma que, apesar de ter ocorrido duas conferências em 1954 e 1965, em Roma e Belgrado, respectivamente, de caráter técnico-científico, a Conferência de Bucareste foi a primeira grande conferência a tratar do assunto. Desse modo, a literatura tem referenciado Bucareste como a primeira conferência populacional da ONU.

No entanto, apesar de fazer parte de um processo único, fruto de um ciclo mais amplo e cumulativo de debates globais que somente foram possíveis em condições muito singulares (Corrêa, 2014), a Conferência do Cairo, na visão da secretária-geral, diferenciava-se das demais e chamava a atenção por uma característica: “...aqui estamos lidando com uma questão decisiva. As pessoas são o coração do processo” (Sadik apud Cohen; Richards, 1994, p. 274, tradução minha).

A fala de Sadik é representativa daquilo que foi um dos traços primordiais da Conferência do Cairo: a alteração do foco primário no alcance dos objetivos demográficos para as necessidades das pessoas enquanto indivíduos. A CIPD, como pontuado por Corrêa, Alves e Jannuzzi (2006, p.29), garantiu uma mudança crucial de paradigma: “das políticas populacionais *stricto sensu* para a defesa das premissas de direitos humanos, bem-estar social e igualdade de gênero e do planejamento familiar para as questões da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos”.

O Programa de Ação oriundo da conferência destacou-se por reconhecer a saúde reprodutiva como um direito humano e elemento fundamental para alcançar a igualdade de gênero, sendo o primeiro documento universal que adota e explicita a expressão “direitos reprodutivos” (Alves, 1995). Somada a esse reconhecimento, foi criado um consenso sobre as metas a serem atingidas até 2015: redução da mortalidade infantil e materna; acesso à educação, especialmente para meninas; e o acesso universal a serviços de saúde reprodutiva, aqui incluso o planejamento familiar (UNFPA, 2007).

Dividido em duas partes (Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e Declarações e Reservas sobre o Programa de Ação), o Programa de Ação dispôs expressamente sobre igualdade de gênero, equidade e empoderamento das mulheres (capítulo IV) e direitos reprodutivos e saúde reprodutiva (capítulo VII).

2.1.1. Programa de Ação do Cairo

Composto por dezesseis capítulos, incluindo Preâmbulo e Princípios, o Programa de Ação do Cairo sintetizou os debates mais importantes da época no tocante às questões de população e de desenvolvimento, interligando políticas demográficas, desenvolvimento econômico e sustentável, planejamento familiar e saúde sexual e reprodutiva.

No Preâmbulo do Programa, é desenhado um panorama geral dos desafios enfrentados para a implementação de políticas adequadas que visem um desenvolvimento sustentável,

salientando barreiras como crescimento populacional, degradação ambiental e desigualdades sociais e econômicas. Ao dar destaque ao caráter imbricado entre a Conferência do Cairo e outras importantes conferências que ocorreram nas últimas duas décadas, o Preâmbulo assinala que:

Mais do que as anteriores sobre população, a Conferência de 1994 recebeu explicitamente um mandato mais amplo sobre questões de desenvolvimento, o que reflete a crescente tomada de consciência de que população, pobreza, sistemas de produção e de consumo e o meio ambiente estão tão intimamente inter-relacionados que nenhum desses aspectos pode ser analisado isoladamente. (UNFPA, 2007, p.40)

No Preâmbulo, destaca-se, também, a necessidade de uma abordagem distinta para as questões de população e desenvolvimento, que resultaram em um novo conceito de saúde reprodutiva, inclusive de planejamento familiar e de saúde sexual¹⁰.

Ainda no capítulo preambular, são mencionados os objetivos e metas de população e desenvolvimento, que são esmiuçados no corpo do Programa e devem guiar a comunidade internacional: “crescimento econômico sustentado no contexto de um desenvolvimento sustentável; educação, especialmente para moças; equidade e igualdade dos sexos; redução da mortalidade materna, de bebês e crianças e o acesso universal aos serviços de saúde reprodutiva, de inclusive de planejamento familiar e saúde sexual” (UNFPA, 2007, p.41).

Dando seguimento ao Programa, os quinze princípios traçados no capítulo II ressaltam a centralidade dos seres humanos nas questões de desenvolvimento sustentável (Princípio 2) e como o direito ao desenvolvimento é um direito humano fundamental (Princípio 3), a interdependência entre políticas populacionais e desenvolvimento cultural, social e econômico (Princípio 5), além do reconhecimento da importância de se atentar para demandas que envolvam migração (Princípio 12 e 13), desenvolvimento de povos indígenas (Princípio 14) e erradicação da pobreza (Princípio 7).

Nesse capítulo, ganha destaque a emancipação feminina como condição fundamental para a construção de programas de população e desenvolvimento, identificando os direitos humanos da mulher e da menina como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos e que devem ser vistos como objetivos prioritários da comunidade internacional (Princípio 4).

¹⁰ “O mundo, como um todo, mudou na maneira de criar novas e importantes oportunidades de abordar os problemas de população e desenvolvimento. Entre as mais significativas estão as mudanças de atitude dos povos do mundo e de seus líderes com relação à saúde reprodutiva, planejamento familiar e crescimento populacional; resultando, *inter alia*, no novo conceito geral de saúde reprodutiva, inclusive de planejamento familiar e de saúde sexual, conforme definido no presente Programa de Ação” (UNFPA, 2007, p.40).

Mais adiante, cada capítulo detalha as principais matérias de população e desenvolvimento discutidas na conferência, traçando os objetivos e ações a serem adotados, bem como as suas justificativas. Dentre os capítulos, adentro brevemente em três para a finalidade do presente trabalho: o Capítulo IV - Igualdade e Equidade entre os Sexos e Atribuição de Poder à Mulher, Capítulo VII - Direitos de Reprodução e Saúde Reprodutiva e o Capítulo VIII - Saúde, Morbidade e Mortalidade.

O capítulo IV tratou de um debate que permeou toda a conferência: o “empoderamento das mulheres”. Segundo Renate Nikolay (1994), essa expressão foi o bordão da conferência, resultante da maior participação de organizações da sociedade civil que conseguiram trazer à cena a interdependência entre políticas populacionais e direitos das mulheres.

Na abertura do capítulo, é declarado que “o empoderamento e a autonomia da mulher e a melhoria de seu status político, social e econômico são, em si mesmas, um fim de alta importância” (UNFPA, 2007, p.49), não obstante sejam, de igual forma, essenciais para atingir um desenvolvimento sustentável. Tal afirmação demonstra a consolidação do entendimento de que as necessidades e demandas das mulheres não são meros instrumentos para atingir objetivos e devem ser perseguidos independentemente de metas traçadas.

Ao longo do capítulo, reconhece-se as desigualdades sócio-históricas que impediram o acesso integral das mulheres a uma vida sadia e plena, produzindo uma divisão do trabalho que incutiu às mulheres sobrecarga laboral¹¹. Diante desse quadro, o capítulo denota a necessidade de ações de política e programas que alterem essa realidade e removam impedimentos legais para a participação das mulheres na vida pública, melhorem o acesso a meios de vida seguros e recursos econômicos e promovam a conscientização social através de programas de educação e comunicação de massa.

No capítulo assinala-se, também, que a melhoria do status da mulher fortalece a sua capacidade de tomar decisões em todas as esferas da sua vida, sobretudo na área da sexualidade e reprodução¹², processo essencial para o triunfo, de longo prazo, de programas populacionais. A educação é vista, ainda, como um mecanismo fundamental para atingir a emancipação da mulher.

Além desses pontos, o capítulo IV enfatiza as disparidades sociais de tratamento dado a meninos e meninas, e a importância de mudança dessa realidade, bem como a necessidade

¹¹ De fato, o capítulo reconhece a divisão sexual do trabalho que opera nas relações entre os gêneros e produz sobrecarga às mulheres, apesar de não utilizar essa expressão.

¹² Nesse ponto, houve uma diferença significativa das conferências populacionais anteriores, que incentivaram métodos contraceptivos sem levar em consideração a autonomia das mulheres.

de partilha equitativa das responsabilidades entre homens e mulheres e a igualdade entre estes no planejamento familiar, na vida pública e privada.

Por sua vez, o capítulo VII, um dos mais polêmicos e debatidos da congregação, tratou, dentre outros tópicos, dos direitos de reprodução e saúde reprodutiva, planejamento familiar, sexualidade humana e relações entre os sexos. Como destaque no capítulo VII, houve a incorporação e definição do conceito de saúde reprodutiva:

7.2.A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simples a ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer. Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos, de sua escolha, de controle da fecundidade que não sejam contrários à lei, e o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que dêem à mulher condições de passar, com segurança, pela gestação e pelo parto e proporcionem aos casais a melhor chance de ter um filho sadio. (UNFPA, 1995, p.62)

Do trecho acima, é possível observar que é dada ênfase na autonomia dos indivíduos para decidir sobre o planejamento familiar e dispor de sua vida sexual. Além disso, para existir uma saúde reprodutiva, faz-se necessário, igualmente, a salvaguarda da saúde sexual como componente indissociável e integrante daquela. O item 7.4 do capítulo nos leva a mesma conclusão: “7.4 A implementação do presente Programa de Ação deve ser orientada pela supramencionada definição global de saúde reprodutiva, que inclui saúde sexual.” (UNFPA, 2007, p.63).

Como afirma Susana Galdos Silva (2013), em razão das polêmicas que permearam a conferência em torno da definição e uso de “saúde sexual”, optou-se por incorporá-la como parte da saúde reprodutiva, quando a lógica nos diz que o inverso é verdadeiro, isto é, que a saúde sexual engloba a saúde reprodutiva.

Posteriormente, ao tratar da sexualidade humana, o documento afirma:

A sexualidade humana e as relações entre os sexos estão intimamente inter-relacionadas e juntas afetam a capacidade de homens e mulheres de realizar e manter a saúde sexual e administrar sua vida reprodutiva. A igualdade nas relações entre homens e mulheres, em matérias de relações sexuais e de reprodução, inclui o pleno respeito pela integridade física do corpo humano, exige respeito mútuo e disposição de aceitar a responsabilidade pelas conseqüências de um comportamento sexual. Comportamento sexual responsável, sensibilidade e igualdade nas relações entre os sexos, particularmente quando instilados durante os anos de formação, fortalecem e promovem respeitosas e harmoniosas parcerias entre homens e mulheres.(UNFPA, 1995, p.68)

O documento salienta a educação sexual e o acesso à informação e serviços como componentes imprescindíveis para garantir uma boa saúde sexual e combater práticas de violência que atingem, primordialmente, mulheres, jovens e crianças.

No capítulo VIII, vale destacar a seção que trata da saúde da mulher e maternidade segura. Nessa seção, ao apontar as complicações atinentes a gravidez e parto entre as causas principais de mortalidade de mulheres na idade reprodutiva nos países em desenvolvimento, o aborto inseguro é mencionado como causa de morte materna ou de danos irreversíveis à mulher.

Assim, o programa indica como objetivo “promover a saúde da mulher e a maternidade segura; alcançar uma rápida e substancial redução na morbidade e na mortalidade maternas e reduzir as diferenças observadas entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos e dentro dos países” (UNFPA, 2007, p. 76). Nesse sentido, reduzir a quantidade de mortes e a morbidade decorrentes de aborto inseguro também é explicitamente indicado como objetivo no corpo do Programa.

O capítulo aborda, ainda, em um de seus trechos mais controversos, que o aborto não deve ser considerado um método de planejamento familiar, mas que “governos e instituições governamentais e não governamentais devem considerar o impacto do aborto inseguro na saúde como uma preocupação de saúde pública e a reduzir o recurso ao aborto, ampliando e melhorando os serviços de planejamento familiar” (UNFPA, 2007, p. 77).

Da breve análise do Programa de Ação do Cairo, é possível observar a ênfase que os direitos reprodutivos e à saúde sexual assumiram na Conferência do Cairo, provando que, para alcançar uma política populacional eficaz, não se pode negligenciar tais campos. Apesar de reconhecidos no documento, muitas garantias insculpidas no Programa foram alvo de objeção da Santa Sé¹³ e de algumas delegações opositoras, como é possível observar da lista de reservas anexa ao Programa. Algumas dessas oposições serão tratadas a seguir.

2. 1.2 Contexto Preparatório da Conferência do Cairo

Os momentos preliminares à Conferência do Cairo foram tão decisivos quanto a própria conferência, vez que, nesse período, se desenhou o esboço do Programa de Ação,

¹³ Compreende-se por Santa Sé a Secretaria do Estado e outras instituições da Cúria Romana que representam o Vaticano na comunidade internacional. É a Santa Sé que participa de conferências, subscreve ou adere acordos internacionais, possuindo status de observador permanente nas conferências internacionais (VATICAN NEWS, 2022). A Santa Sé é uma entidade com status de observador permanente na ONU, que não possui poder de voto na Assembleia Geral. Nas conferências, a Santa Sé possui legitimidade para votar e vetar qualquer andamento.

discutindo os temas e linguagens a serem inseridos oficialmente. É também nesse momento que a participação da sociedade civil, sobretudo de organizações feministas e de mulheres, demonstrou sua maior potência, impulsionando a agenda e inserindo nos debates temas relevantes e que haviam sido negligenciados nas conferências populacionais anteriores. Não por acaso, o êxito da conferência tem sido atribuído ao longo e amplo processo preparatório que a antecedeu (Berquó, 1994).

Segundo Boyce Rensberger (1994), mais de duzentas organizações de defesa das mulheres, de todas as partes do globo, estavam envolvidas no processo de elaboração do rascunho do programa. Para além das reuniões preparatórias oficiais, esses grupos participaram de reuniões paralelas e organizaram seus próprios fóruns, além de parte considerável de suas representantes comporem delegações oficiais de seus países (Cohen, Richards, 1994).

A fim de dimensionar o impacto da participação dos grupos de mulheres no Cairo, Cohen e Richards (1994) mencionam a reunião patrocinada pela International Women's Health Coalition (IWHC), realizada em 1994, no Rio de Janeiro, e a mesa redonda intitulada “Perspectiva das Mulheres sobre Planejamento Familiar, Direitos Reprodutivos e Saúde Reprodutiva”, que ocorreu em 1993, em Ottawa, durante uma sessão formal da ONU. Segundo as autoras, o relatório produzido nessa reunião serviu como base para recomendações fundamentais que foram adotadas no Programa de Ação¹⁴.

A Conferência do Cairo foi precedida, portanto, por três sessões preparatórias oficiais, que eram responsáveis por produzir efetivamente o esboço do programa, somada a diversas reuniões paralelas, que foram realizadas nos dois anos anteriores à conferência. Conforme relata Lindgren Alves (1995), as duas primeiras sessões do Comitê preparatório da Conferência, que aconteceram em março de 1991 e 1993, quando se definiram os pontos prioritários¹⁵, ocorreram sem interrupções. Contudo, a partir da terceira sessão do comitê

¹⁴ Narram as autoras que o relatório, dentre outros pontos, “identificou os direitos reprodutivos como direitos humanos e apelou para o empoderamento das mulheres e para políticas públicas e programas que promovem o respeito para o tratamento igualitário das meninas; endereçou as necessidades especiais de mulheres migrantes e refugiadas; apelou para um maior apoio para pesquisa sobre contraceptivos e alta qualidade de serviços de planejamento familiar e serviços de saúde; chamou a atenção para as necessidades de adolescentes, especialmente ‘serviços confidenciais apropriados’, e por programas que promovem a responsabilidade masculina nas relações sexuais e reprodutivas; e condenou práticas danosas como mutilação genital feminina” (Cohen, Richards, 1994, p.273). Como é possível observar, todas essas disposições, de uma forma ou de outra, fizeram parte da redação final do Programa de Ação.

¹⁵ Assim, foi definida como principais pontos os temas de população, meio ambiente e desenvolvimento; políticas e programas populacionais; população e mulher; planejamento familiar, saúde e bem-estar familiar; crescimento populacional e estrutura demográfica; distribuição populacional e migrações, a relação entre população, meio ambiente, crescimento econômico sustentado e desenvolvimento; a capacitação e o fortalecimento da mulher; envelhecimento da população; saúde e mortalidade, distribuição populacional;

preparatório, em abril de 1994, o dissenso se evidenciou, com a liderança da delegação da Santa Sé e a cooperação de alguns países latino-americanos e islâmicos, formando uma união que foi conhecida como “aliança profana”¹⁶ (Friedman, 2003).

Na verdade, a articulação do Vaticano se iniciou momentos antes, pois o Papa João Paulo II, o chefe supremo da Igreja Católica à época, e clérigos católicos sob sua liderança lançaram uma campanha incisiva contra o rascunho do Programa no primeiro trimestre de 1994 (Neale, 1998). Conforme narra Joseph Davis (1995), em 18 de março de 1994, antes da terceira reunião, o líder da Igreja Católica enviou uma carta pública a Nafis Sadik levantando sérias preocupações ao rumo que o rascunho do programa estava tomando¹⁷:

...the draft final document of the Cairo Conference, which is already being circulated, is a cause of grave concern to me. [...]. Indeed, certain basic ethical principles are contradicted by its proposals. Political or ideological considerations cannot be, by themselves, the basis on which essential decisions for the future of our society are founded. What is at stake here is the very future of humanity. *Fundamental questions* like the transmission of life, the family, and the material and moral development of society, *need very serious consideration*. (João Paulo II, 1994, s.p.)

Como é possível observar, para o Papa, o que estava em jogo era mais do que a aprovação de um documento internacional, mas a própria concepção de mundo e os valores morais nele defendidos. Na mensagem, a autoridade religiosa afirma, ainda, que a formulação de questões populacionais em termos de “direitos sexuais e reprodutivos” ou de “direitos das mulheres” é uma forma de alterar a atenção do que deveria ser a verdadeira preocupação dos governos e agências internacionais, sem desconsiderar, no entanto, a relevância de garantir justiça e equidade para as mulheres. O aborto, segundo a autoridade religiosa, era um “mal hediondo”, que jamais poderia ser aceito como método de planejamento familiar (João Paulo II, 1994, s.p.).

A secretária-geral da conferência não foi o único alvo de João Paulo II. Palena Neale (1998) narra o percurso realizado pelo pontífice naquele ano: além de enviar cartas para chefes de estado de vários países alertando para os perigos do rascunho do programa, o Papa convocou 114 cardeais da Igreja para reforçar a posição da igreja sobre controle de

urbanização e migrações internas; saúde reprodutiva e planejamento familiar; parceria entre governos e ONGS. (ALVES, 1995, págs. 7 e 8)

¹⁶ “Unholy Alliance”, no original.

¹⁷ Não só o Papa lançou uma carta direcionada a Nafis Sadik, como também se encontrou com a secretária geral. O encontro foi realizado, segundo narra Ralph Braibanti (1999), antes da conferência, como uma tentativa de Sadik de obter aprovação do rascunho do programa pelo Papa. Entretanto, nas temáticas de aborto e controle de natalidade, não houve nenhuma aproximação, de modo que Sadik saiu da audiência se queixando da postura dura e sem bondade do líder religioso.

natalidade e aborto (Dhrele, 1994), e se reuniu com o então presidente dos EUA Bill Clinton, para pedir um fim a “guerra contra a família”. E não apenas. Em cada oportunidade pública, João Paulo II criticava o rascunho do programa e insistia na ideia de que era uma “conspiração para destruir a família” ou mesmo uma “armadilha do diabo” que funcionava para promover a “cultura da morte” (Shannon, 1995, apud Neale, 1998, p.110).

Como resultado dessa campanha, em junho daquele ano, representantes da Organização para a Cooperação Islâmica, da Liga Mundial Muçulmana, e o Congresso Muçulmano Mundial, reuniram-se em Roma, com representantes do Vaticano, e lançaram um comunicado conjunto se opondo ao rascunho do documento da conferência (Braibanti, 1999). A declaração exprimia uma preocupação com as ideias individualistas inseridas no programa, que levariam à destruição da sociedade e a um colapso moral. O comunicado, segundo Ralph Braibanti, era uma tentativa do Vaticano de formar uma aliança que derrubasse as menções ao aborto no programa¹⁸.

Dentro desse cenário, não se tratava apenas de impugnar temas que a Santa Sé entendia como individualistas e contrários aos objetivos da conferência, mas de observar com particular temor o que se compreendeu como a “marca feminista” na Conferência do Cairo, que imprimia uma moralidade perversiva e perigosa. Essa percepção, que originou a campanha contra o programa provisório, mobilizou setores católicos e protestantes, além de originar alianças com países islâmicos, como Irã, Líbia e Egito, e países de tradição católica, como Argentina (Buss, Herman, 2003; Alves, 1995; Sawyer, 2019; Wichterich, 2015; Cohen Richards, 1994).

Em decorrência do lobby do Vaticano pelos seus interesses na conferência, alguns Estados islâmicos (Arábia Saudita, Sudão, Iraque e Líbano) optaram por boicotar Cairo (Cohen, Richards, 1994). Nesse ponto, Cohen e Richards citam a fala de um clérigo muçulmano como ilustrativa do posicionamento de alguns países: “Nós somos contra essas questões de homossexuais, aborto e a última liberdade da mulher, que vai permitir a expansão da imoralidade nas ruas” (Cohen, Richards, 1994, p. 274, tradução minha).

Desse modo, diante das veementes oposições traçadas e das interferências na terceira sessão, foram encaminhados entre colchetes¹⁹ ao Cairo, para discussão futura, frases e expressões que versavam sobre a definição de planejamento familiar, saúde e direitos reprodutivos, maternidade segura, necessidades sexuais e produtivas dos adolescentes, em

¹⁸ Para o autor, o pronunciamento é o mais próximo de uma união pan-islâmica que se pôde realizar dentro de um sistema islâmico pouco estruturado e que não possui uma autoridade central.

¹⁹ Frases e expressões entre colchete indicam que a definição não foi acordada.

suma, o que era visto como linguagem de código para posicionamentos morais inaceitáveis²⁰ (Alves, 1995; Davis, 1995).

O posicionamento da Santa Fé se manteve ao longo da conferência recaindo sobre objeções já conhecidas em conferências anteriores: rejeição a idéia de controles não naturais da fecundidade, rejeição ao aborto em quaisquer circunstâncias e de práticas que pudessem indicar relações extramatrimoniais ou a sexualidade dos adolescentes, e rejeição ao uso do termo saúde sexual (Alves, 1995).

2. 1.3 Controvérsias e Alianças na Aprovação do Programa

Como exposto na seção anterior, antes de sua aprovação final, o rascunho do Programa de Ação da Conferência do Cairo sofreu diversas ressalvas em sua redação, devido a palavras, conceitos e expressões que não eram aceitos por determinados grupos, principalmente pela Santa Sé. Esses pontos, discutidos na conferência, foram responsáveis pela polarização do debate ao longo dos nove dias de reunião.

Assim, ao longo da conferência, a controvérsia se estabeleceu e uma disputa foi instituída. Para Joseph E. Davis (1995), é possível aglutinar os dissensos entre dois grandes grupos em conflito: ortodoxos e progressistas. Como ortodoxos, Davis (1995) identifica a Santa Sé, alguns países islâmicos, outros líderes religiosos, um pequeno grupo de ONGs, e várias delegações governamentais e indivíduos dessas delegações. Em contrapartida, os progressistas, a força dominante da conferência, eram compostos por diversas delegações governamentais, muitas ONGs, incluindo feministas, ativistas populacionais e alguns grupos religiosos, e o próprio corpo burocrático da ONU.

Davis (1995) explica que não se tratava de uma mera divisão entre países desenvolvidos x países em desenvolvimento, Norte x Sul ou mesmo religiosos x seculares. Para o autor, o conflito que se estabeleceu é melhor visto como um conflito cultural entre detentores de duas visões de mundo distintas, que se ancoram em diferentes sistemas de entendimento moral.

Os temas levantados, segundo o sociólogo, eram fundamentalmente morais em natureza e se agrupavam em três níveis de conflito público: “na superfície, um conflito sobre

²⁰ Também foram enviados entre colchetes temas como recursos financeiros necessários à implantação do Programa, contudo, a maioria das frases e expressões que foram interceptadas tratavam de temas atinentes à área sexual e reprodutiva.

linguagem; abaixo disso um conflito sobre direitos humanos; e, finalmente, em um nível mais profundo ainda, um conflito sobre os rumos do futuro” (Davis, 1995, p. 197, tradução minha).

Se, a princípio, era possível delinear a oposição entre duas esferas, esse indicativo não implica que dentro desses grupos havia um consenso pleno sobre os temas tratados ou que eram inexistentes os embates entre seus participantes. É preciso avaliar com cautela narrativas homogêneas que desconsideram a heterogeneidade dos atores envolvidos e perpetuam visões dicotômicas simplistas.

Feministas do Sul e do Norte global tinham percepções distintas de quais matérias eram mais relevantes e careciam de particular atenção, por vezes tecendo duras críticas entre si quanto a abordagens e direcionamentos dos debates. Nesse ponto, Petchesky (1994) narra como algumas organizações de mulheres, em especial de países do Sul, questionavam os silêncios do Programa quanto a questões sociais e macroeconômicas, em oposição a centralidade que os debates quanto ao aborto e aos direitos reprodutivos ganhavam. O questionamento retórico era levantado: “Onde está o D em CIPD?”. Para esses grupos, conquistas que, muitas vezes, já eram tomadas como garantias para as feministas do Norte ainda estavam em perspectiva e precisavam ser urgentemente pautadas. Da mesma forma, feministas e ambientalistas travaram uma luta histórica quanto às questões demográficas e de controle populacional e se olhavam em Cairo com suspeição. No entanto, ambas as partes chegaram em um acordo tácito de se concentrar mais nos meios e menos nos fins²¹ (Cohen, Richards, 1994).

Do outro lado, Islã e Vaticano também divergiam. Quanto ao planejamento familiar, o Islã permite a contracepção por qualquer método, diferentemente do Vaticano que apenas permite o método natural. Acerca do aborto, o ponto mais polêmico da conferência, apesar de altamente reprovável pelo Islamismo, a sua realização é permitida pela jurisprudência islâmica em condições específicas. Ainda, o Islamismo não enxerga o embrião dotado de personalidade humana até antes dos quarenta dias depois da concepção, em oposição a crença católica de que a vida começa desde a concepção e deve ser protegida a partir desse ponto (Braibanti, 1999; Bowen, 1997). Para completar, as delegações da Indonésia e Malásia

²¹ “Quanto aos meios, Engelman diz que os ‘ambientalistas informados’ apoiam as ações orientadas para as pessoas articuladas no Programa de Ação; essas ações também são largamente apoiadas pelas feministas. Quanto aos fins, as feministas continuam a suspeitar do objetivo dos ambientalistas de estabilização populacional e das suas implicações para os direitos das mulheres, enquanto os ambientalistas são céticos quanto à compatibilidade dos padrões históricos de crescimento econômico que em muitos países desenvolvidos levaram a uma drenagem contínua dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável”. (Cohen, Richards, 1995, p.274, tradução minha)

apoiavam o reconhecimento do aborto como um problema de saúde pública (McIntosh & Finkle, 1995, p. 234 apud Friedman, 2003).

As brechas formadas pelos dissensos entre países islâmicos e o Vaticano, no fim, contribuíram para a aprovação do Programa. As delegações islâmicas se afastaram, em certa medida, da posição do Vaticano, pois deixaram em aberto a aplicação do aborto para circunstâncias particulares, ainda que rejeitando o seu uso como método de planejamento familiar (Bowen, 1997).

De forma geral, as discussões sobre a linguagem a ser aprovada dominaram os debates, gerando um esforço em atingir um denominador comum. Ao participar diretamente dos bastidores da Conferência do Cairo representando o Brasil, Donald Sawyer (2019) faz uma breve narrativa do modo como temas envolvendo direitos sexuais e reprodutivos foram resolvidos nos grupos de debate:

O “Grupo do 7” - isto é, do capítulo 7, sobre Direitos Reprodutivos e Saúde Reprodutiva, não o G-7, reunia-se numa salinha onde os representantes do Irã, do Paquistão e do Egito ficaram de um lado e os do Vaticano, do outro, com os Estados Unidos, Canadá e Brasil no meio.[...]

Adrienne Germain, assessora da delegação americana sobre saúde da mulher, propôs a retirada da definição de saúde sexual, subsumindo o conceito dentro da saúde reprodutiva. Isto permitiria retirar os colchetes das palavras saúde sexual que apareciam cerca de cem vezes no documento.

Os três países islâmicos apresentaram diversas emendas. Queriam acrescentar a palavra “*normal*” na frase “*safe and satisfying sex life*”. As outras emendas não modificam significativamente o sentido. Queriam “*relevant services*” no caso de adolescentes ou crianças, “*all users*” em vez de “*men, women and adolescent users*”. Tudo bem. A grande solução, contudo, foi puxar o *chapeau* do capítulo 2 para o primeiro parágrafo do capítulo 7. A soberania nacional, que já tentamos usar em New York, resolveu o problema do aborto. No final, resolvemos todas as pendências do capítulo.(SAWYER, 2019, p.91)

A narrativa de Sawyer, embora fidedigna, não dimensiona os dias despendidos com a tentativa de resolver os pontos relativos aos direitos reprodutivos e, mais especificamente, ao aborto. De acordo com Elza Berquó (1994, p.110), “foram vários dias dedicados a buscar versões e alternativas, em trabalho paralelo ao Comitê Principal, com subgrupos menores formados especialmente para tentar negociações e possíveis acordos”.

Ao final, o capítulo 7, cujo título enviado para a conferência tinha sido denominado “Direitos de Reprodução [saúde sexual e reprodutiva] e Planejamento Familiar” passou a se intitular “Direitos de Reprodução e Saúde Reprodutiva”. Quanto ao aborto, a solução encontrada foi a inclusão de um asterisco remissivo e nota de rodapé na qual se reproduz a

definição de aborto inseguro da OMS²² e a substituição da expressão “aborto legal” por “circunstâncias em que o aborto não seja contrário à lei” (Alves, 1995). O ponto 8.25 também indicou que “em nenhuma hipótese o aborto deve ser promovido como método de planejamento familiar”, embora governos e organizações intergovernamentais e não governamentais devam “reforçar seus compromissos com a saúde da mulher, a considerar o impacto de um aborto inseguro na saúde como uma preocupação de saúde pública”.

Mais do que uma mudança de posicionamento quanto aos ideais defendidos, o consenso somente ocorreu pois a linguagem aprovada, ambígua e genérica em sua natureza, autorizava interpretações diferentes, a depender dos interesses defendidos e de quem os aciona (Davis 1995; Hempel, 1996, apud Dejong, 2000).

Reconhecendo que os significados materiais da linguagem depende de quem os usa e em qual contexto é acionado, Petchesky (1995) entende que a linguagem aprovada não deve ser vista como um obstáculo *per se*, vez que todo termo político é potencialmente cooptável e o seu impacto prático depende da mobilização contínua de movimentos populares. Seguindo posição semelhante, Côrrea *et. al* (1994, p.154) reconhece que “a disputa pelos sentidos da linguagem é um campo político aberto” e “evitar a cristalização é fundamental entre outras razões porque entre a linguagem e o mundo real que buscamos transformar há abismos que somente o diálogo e a práxis podem transpor”.

Ao fim, o Programa da Ação de Cairo conseguiu ser aprovado, com dezessete países adotando reservas, dos quais nove eram latino-americanos²³. De maneira oposta ao ocorrido nas Conferências de Bucarest e Cidade do México, pela primeira vez a Santa Sé aderiu ao consenso, a despeito de apresentar uma longa reserva e aprovar apenas seis dos dezesseis capítulos finais. A Santa Sé advertiu, ainda, que nada de sua aceitação parcial deve ser vista como um endosso ao aborto ou uma mudança de posição moral sobre o aborto, anticoncepcionais, esterilização ou o uso de camisinhas em programas de prevenção do HIV/AIDS.

Para muitas, o Programa de Ação do Cairo foi uma vitória (Abellan Garcia, 1994; Berquó 1994, Petchesky, 1995; Dejong, 2000; Cohen, Richards, 1994), representando um documento exemplar de sucesso feminista na arena global e de mudança de paradigma na

²² Aborto inseguro é definido como um procedimento, para pôr fim a uma gravidez indesejada, executado ou por pessoas a quem falta a necessária competência ou num ambiente carente dos mínimos padrões médicos ou ambas as coisas (baseado em *The Prevention and Management of Unsafe Abortion*, da Organização Mundial da Saúde, relatório de um Grupo de Trabalho Técnico, Genebra, abril, 1992 (WHO/MSM/92.51).” (UNFPA, 2007, p.70)

²³ Adotaram reservas quanto ao Programa, além da Santa Sé, Afeganistão, Brunei, El Salvador, Honduras, Jordânia, Kwait, Líbia, Nicarágua, Filipinas, República Árabe da Síria, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Argentina, Egito, Guatemala, Malta e Peru.

compreensão das políticas populacionais internacionais ((Buss; Herman, 2003, p.60). O sucesso das feministas pode ser atribuído a uma articulação prévia à conferência, que levou a organização de um rascunho que considerava suas demandas. A presença de grupos religiosos não conservadores que apoiavam a proposta também foi central para essa aprovação²⁴, além de acordos estabelecidos entre feministas e ambientalistas e feministas e ativistas da área de população e desenvolvimento (Grant, 1994; Cohen, Richards, 1994).

Se a Conferência do Cairo foi considerada um triunfo na perspectiva de parte do movimento feminista e de mulheres, atingindo importantes avanços conceituais e programáticos, o mesmo não pode ser dito de outros resultados advindos da Conferência, como a organização de setores conservadores, que também ocorreu em uma escala sem precedentes até então (Dejong, 2000).

Para Doris Buss e Didi Herman (2003), o termo direita cristã (DC) se refere a uma coalizão diversa, entre diferentes segmentos cristãos (católicos, protestantes e Mórmons), que possui como discurso central no âmbito do ativismo internacional a defesa da família natural. É através desse discurso que a DC torna possível formar alianças globais com outros movimentos religiosos conservadores. O surgimento de um ativismo global da DC, segundo as autoras, não só é constitutivo, como também é uma resposta a um cenário internacional no qual questões de justiça social ganharam palco.

A DC se tornou um importante movimento no cenário internacional, produzindo diversas ações que vão desde o monitoramento de organizações como UNESCO e OMS, influência na elaboração de documentos oficiais e pressão em organizações estatais. Para Buss e Herman (2003), a Conferência de Cairo representou, em muitos aspectos, o nascimento da DC na ONU²⁵.

²⁴ Cohen e Richards afirmam que, diante da postura da Santa Sé, diversos representantes religiosos representando segmentos protestantes, católicos, islâmicos, judeus, hindus e budistas, se viram impelidos a declarar que não compartilhavam da mesma posição daquela delegação: “Deve ser observado que se houvesse uma oposição massiva de todas as religiões, a CIPD provavelmente não conseguiria implementar nenhum programa...religiões, em outras palavras, podem ter uma forte influência para guiar o pensamento e comportamento humano. A maior parte dos fiéis e comunidades que estão informadas sobre o Programa de Ação da ‘CIPD’, no entanto, deram seu apoio significativo. Outros, por razões principiológicas, se opuseram a algumas das propostas” (Cohen, Richards, 1994, p. 274)

²⁵Conforme pontuam as teóricas, alguns motivos podem ser atribuídos ao florescimento de uma mobilização internacional da DC na Conferência. Primeiro, Cairo teve, como já exposto, uma grande participação de ONGs, incluindo uma presença feminista bem organizada, o que refletiu na inserção da linguagem dos direitos reprodutivos no rascunho do Programa. Assim, a presença da agenda feminista se tornou uma preocupação para alguns grupos e para o Vaticano, provocando uma reação através de uma participação mais ativa da DC nas próximas conferências. Em segundo lugar, diante da existência de uma “agenda feminista”, o Vaticano organizou uma importante campanha contra o programa pré aprovado na Conferência, o que resultou em grande publicidade e, conseqüentemente, motivou católicos e protestantes a participarem do cenário internacional. Somado a esses fatores, a Santa Sé, ao empreender esforços para construir alianças, permitiu que um movimento conservador religioso fosse formado de modo unificado.

A união entre DC, Vaticano e alguns países islâmicos, que se engendrou na Conferência de Cairo, foi fortemente sentida na IV Conferência da Mulher, em Pequim, espaço no qual temas como sexualidade e reprodução, saúde das mulheres e autonomia feminina foram rediscutidos, acirrando e reconfigurando tensões já existentes.

2.2 IV Conferência Mundial da ONU Sobre Mulher

Em 1975, a ONU proclamou o Ano Internacional da Mulher e produziu a sua I Conferência Mundial da Mulher, no México, que tinha como tema central a eliminação da discriminação contra a mulher e o seu avanço social. Essa conferência, que contou com a participação de quatro mil ativistas e 133 delegações, das quais 113 eram lideradas por mulheres, deu sequência a uma série de conferências mundiais, que ocorriam, em média, a cada cinco anos (ONU MULHERES, 2021)

As conferências mundiais sobre a mulher possuem um papel central no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e na sua positivação na esfera internacional. Dentre elas, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), em Pequim, foi a mais significativa: não só pelo tamanho, alcançando a atuação de mais de quatro mil delegadas/os de ONGs e totalizando dezessete mil participantes oficiais, mas também pela diversidade de temas abordados, os avanços conceituais e programáticos que foram possíveis, e pelo peso que continua a ter na agenda dos direitos humanos das mulheres (ONU, 1995; Bunch, Fried, 1996; Bunch, 1995).

A conferência, cujo tema era a “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, foi considerada a “mais importante conferência feminista do século XX” (Abou-Habib, 2020, p.305), “o maior encontro da história de e sobre mulheres” (Dawson, 1996, p.7), e o maior encontro jamais realizado pelas Nações Unidas, com uma participação cerca de duas vezes e meia maior do que a Cúpula de Copenhague ou a Conferência do Cairo e mais de cinco vezes superior à Conferência de Viena sobre Direitos Humanos (Alves, 2018, p. 259).

Para Pinheiro (2020), a notoriedade da Conferência pode ser atribuída ao acúmulo de debates ocorrido sobre diversos aspectos da vida social e a uma mobilização social efetiva e aderente, vez que o evento foi composto por uma diversa gama de atores, dos quais as mulheres representavam o grupo mais efetivo e plural.

Seguindo posição similar, Lina Abou-Habib (2020) defende que havia uma atmosfera favorável a ideias e políticas progressistas dentro do sistema ONU, em grande parte fruto do

trabalho incansável das feministas nas décadas de 70, 80 e 90, que objetivavam alcançar o reconhecimento dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos.

Essa percepção é corroborada por Didi Buss (1998), que afirma que os grupos de mulheres foram bem sucedidos em levar suas demandas para a agenda internacional. A unificação dos temas nas conferências anteriores é resultado de uma organização efetiva e crescente influência dos grupos de mulheres, culminando na Conferência de Pequim e seu fórum não governamental paralelo de trinta mil pessoas.

O objetivo principal da Conferência de Pequim era atingir um consenso entre os participantes e produzir o documento final (Plataforma de Ação). Como desfecho, foi elaborada a Declaração e a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher (Declaração e Plataforma de Ação de Pequim)

2.2.1 Declaração e Plataforma de Ação de Pequim

A Plataforma de Ação de Pequim é um documento longo, de trezentos e cinquenta parágrafos, que cobre as doze áreas prioritárias indicadas na Conferência, a saber: mulheres e pobreza, educação e capacitação de mulheres, mulheres e saúde, violência contra a mulher, mulheres e conflitos armados, mulheres e economia, mulheres no poder e na liderança, mecanismos institucionais para o avanço das mulheres, direitos humanos das mulheres, mulheres e a mídia, mulheres e meio ambiente, direitos das meninas.

O documento divide-se em duas partes principais: a Declaração e a Plataforma de Ação *stricto sensu* (ONU, 1995). A Declaração de Pequim, que possui um caráter principiológico, é considerada um elemento condutor para as ações estabelecidas na Plataforma, ressaltando o compromisso dos Estados em avançar com os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz para as mulheres, o combate à pobreza e a igualdade de direitos. Dentro da Declaração, também é afirmado o compromisso em implementar a Plataforma de Ação e a inclusão de uma perspectiva de gênero em todos os programas e políticas.

A Declaração afirma categoricamente que os direitos humanos das mulheres e meninas são direitos humanos e sua implementação é parte inalienável, integral e indivisível de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Quanto ao empoderamento da mulher, temática recorrente no documento, a Declaração indica que “ o empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a

participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz” (ONU, 1995, p. 152).

Por sua vez, a Plataforma de Ação possui um caráter programático. Dividida em cinco capítulos, dispõe, primordialmente, sobre os objetivos estratégicos e ações a serem atingidos nas áreas prioritárias (capítulo IV). No que tange ao campo sexual e reprodutivo, a Plataforma concentrou suas disposições, majoritariamente, no Objetivo Estratégico “A mulher e a saúde”. Nessa seção, os compromissos assumidos na Conferência do Cairo foram renovados, conceituando a saúde reprodutiva e os direitos de reprodução, reconhecendo os direitos humanos das mulheres a terem controle sobre sua sexualidade, inclusive a saúde sexual e reprodutiva (Capítulo IV, parágrafos 94 a 96).²⁶

No que diz respeito ao aborto, a Plataforma ressaltou, assim como Cairo, os riscos envolvidos na prática do aborto inseguro, tratando como grave questão de saúde pública, sobretudo para mulheres mais pobres e jovens. Nesse ponto, foi levantada a importância de um planejamento familiar eficaz para prevenção dos óbitos resultantes dessa prática, bem como métodos de controle de fecundidade, à luz das disposições do Programa de Ação do Cairo (Capítulo IV, parágrafo 97).

A inovação adveio no parágrafo 107, que, ao rememorar as disposições do Cairo quanto ao impedimento de se promover o aborto como método de planejamento familiar e a necessidade de atenção no cuidado às mulheres que realizam a prática, em sua disposição final, previu a necessidade de revisão de legislações que criminalizam as mulheres que realizam o aborto legal:

À luz do parágrafo 8.25 do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que reza: “Em nenhum momento caso se deve promover o aborto como método de planejamento familiar”. Insta-se a todos os governos e às organizações intergovernamentais e não governamentais pertinentes a revigorar o seu compromisso com a saúde da mulher, a tratar os efeitos sobre a saúde dos abortos realizados em condições inadequadas como sendo um importante problema de saúde pública e a reduzir o recurso ao aborto mediante a prestação de serviços mais amplos e melhorados de planejamento familiar. A prevenção da gravidez não desejada deve merecer a mais alta prioridade e todo esforço deve ser feito para eliminar a necessidade de aborto. As mulheres que engravidam sem o desejar devem ter pronto acesso a informação confiável e orientação solidária. Quaisquer medidas ou mudanças em relação ao aborto no âmbito do sistema de saúde só podem ser determinadas, em nível nacional ou local, de conformidade com o processo legislativo nacional. Nos casos em que o aborto não é ilegal, ele deve ser praticado em condições seguras. Em todos os casos, as mulheres devem ter acesso a serviços de boa qualidade para o tratamento de complicações derivadas de abortos.

²⁶ Em suas reflexões, Corrêa, Alves e Jannuzzi (2006) destacam como o parágrafo 96 tem demandado grande esforço de reflexão e análise, assim como muitos debates acerca de como estabelecer direitos sexuais que não contemplem apenas mulheres que travam relações heterossexuais, mas todas e todos que sofrem discriminação, coerção e violência em razão da identidade e prática sexual. (CORRÊA, ALVES & JANNUZZI, 2006., p. 51)

Serviços de orientação, educação e planejamento familiar pós-aborto devem ser oferecidos prontamente à mulher, o que contribuirá para evitar abortos repetidos”, considerar a possibilidade de rever as leis que preveem medidas punitivas contra as mulheres que se tenham submetido a abortos ilegais (ONU, 1995, p. 182)

A Plataforma tratou, ainda, da importância de uma atenção aos direitos reprodutivos da mulher, pois a ausência destes é reconhecida como um impeditivo às oportunidades de educação e ao pleno exercício dos direitos econômicos e políticos.

Como se pode observar do apanhado brevemente descrito, a Plataforma abordou amplamente tópicos que guardam consonância com os direitos sexuais e reprodutivos. Todavia, os compromissos estabelecidos não vieram sem concessões ou mesmo perdas, diante da presença de atores conservadores que se fizeram presente desde o período antecedente a conferência, com uma participação ativa nos comitês preparatórios e na mídia.

2.2.2 Contexto preparatório da Conferência de Pequim

Assim como ocorrido na Conferência do Cairo, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher teve um amplo debate no seu período antecedente, que se deu ao longo dos dois anos anteriores a conferência, por meio de cinco encontros regionais, três comitês preparatórios e quatro reuniões de grupos de especialistas (Paz Lopes, 2018; Otto, 1995; Chinkin, 1996).

ONGs e representantes oficiais das delegações participaram energicamente do processo em que as declarações foram esboçadas e as prioridades acordadas, sendo reunidas, por fim, na sessão da Comissão das Nações Unidas para o Status das Mulheres, em março de 1995 (Chinkin, 1996). Nesta sessão, um rascunho da Plataforma de Ação foi estabelecido, no qual os trechos que não atingiram consenso e permaneciam questionáveis foram inseridos entre colchetes para posterior debate na conferência.

Segundo Lindgren-Alves (2018), do total de 362 parágrafos do rascunho aprovado, foram apresentados consideráveis 370 colchetes, razão pela qual se fez necessário a constituição de um Comitê Principal, dois Grupos de Trabalho, dois Grupos de Contato e um Grupo de Amigos da Presidente do Comitê Principal. Como se não bastasse, os grupos de Contato ainda precisaram ser subdivididos em grupos informais de negociação, dos quais só o tema da saúde, de longe o mais polêmico, teve seis grupos.

Como é possível notar, os pontos de divergência, que dispunham, em um número considerável, sobre menções a “gênero”, “orientação sexual” e “aborto”, eram abundantes e representavam as tensões que foram vistas, de modo geral, em dois segmentos: de um lado,

posições de ativistas, pesquisadoras e delegações consideradas progressistas que lutavam pelo fortalecimento dos direitos das mulheres, incluindo o campo sexual e reprodutivo, do outro, as posições de atores conservadores, representados por alguns países islâmicos e católicos, ONGs e, sobretudo, pela Santa Sé, que lutavam por promover sua própria concepção de direitos das mulheres e combater os avanços de feministas e grupos de mulheres dentro dos direitos sexuais e reprodutivos.

2.2.3 A mudança de estratégia da Santa Sé

Desde a Conferência do Cairo, o Vaticano tinha adquirido uma má reputação pela insistência em discussões prolongadas em relação ao aborto, paralisando por dias a negociação de outros tópicos. Como resultado dessa posição, uma campanha iniciada pela Stichting Onderzoek en Voorlichting Bevolkings-politiek (SOVB)²⁷ e co-lançada pela Católica pelo Direito de Decidir foi iniciada, questionando o papel do Vaticano como observador permanente. Visando ter impacto na Assembleia Geral da ONU marcada para outubro de 1995, foi distribuída uma petição requerendo a reavaliação da atuação do Vaticano com status especial, sob o argumento de que este representava uma religião e não um Estado (Sjørup, 1997; Braibanti, 1999).

Apesar da permanência da rejeição aos termos mais controversos, especialmente em relação ao aborto, diferentemente do ocorrido na Conferência do Cairo, a Conferência de Pequim apresentou uma peculiaridade em relação ao Vaticano: a sua mudança de estratégia, que buscou, a partir dali, construir uma imagem de uma entidade progressista e defensora das mulheres, ao passo que buscava a ampla mobilização de segmentos religiosos para o enfrentamento de propostas e políticas que, na sua concepção, ameaçavam a vida, a família e a complementaridade naturalmente existente entre homens e mulheres.

Na análise do Estado religioso, as conferências anteriores falharam em levar adiante o projeto político-moral defendido e sustentado internacionalmente. Dessa forma, houve uma tentativa de adotar uma série de passos que esclarecem a posição no que tange aos direitos das mulheres, distanciando-se da imagem criada anteriormente como o principal opositor desses direitos (Buss, Herman, 2003).

Para tanto, nesse período houve a publicação de uma série de declarações pela igreja romana, que visavam a alteração da sua percepção perante o público e a construção do terreno para a sua participação na Conferência de Pequim.

²⁷ Fundação Holandesa para pesquisa e informação em matérias populacionais.

Dentre as declarações, destacam-se a encíclica *Evangelium Vitae*²⁸ e a “Carta às Mulheres”. Na encíclica *Evangelium Vitae*, redigida pelo líder espiritual da igreja católica, em 25 de março de 1995, e direcionada aos bispos, presbíteros e diáconos, religiosos e religiosas, fiéis leigos e a todas as pessoas de boa vontade, sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana, o pontífice chama atenção para o valor incomparável de cada pessoa humana desde o seu início e faz um chamamento aos fiéis em Cristo para defendê-lo (João Paulo, 1995a, s.p.).

A missiva destaca, com particular enfoque, às novas ameaças à vida humana, promovida por “amplios setores da opinião pública”, que “pretendem não só a sua impunidade, mas ainda a própria autorização da parte do Estado para os praticar [crimes contra a vida] com absoluta liberdade e, mais, com a colaboração gratuita dos Serviços de Saúde” (João Paulo, 1995a, s.p.).

A carta, que denunciava a irresponsabilidade, individualidade e hedonismo de uma ética dos direitos sexuais e reprodutivos, foi lançada no mesmo período do Terceiro Comitê Preparatório da Conferência de Pequim, na qual a Santa Sé buscava reverter toda a linguagem de Cairo que não aceitava²⁹ (Petchesky, 1995).

Por sua vez, em oposição ao tom mais incisivo e acusatório adotado no *Evangelium Vitae*, na “Carta às Mulheres”, produzida em 29 de junho de 1995, o representante religioso maior adotou uma postura mais conciliatória, dirigindo-se às mulheres do mundo todo, agradecendo a importância do desempenho de seus papéis, sobretudo nos espaços reprodutivos:

Retomando quanto escrevi em tal documento, gostaria agora *de me dirigir directamente a cada mulher*, para reflectir com ela sobre os problemas e perspectivas da condição feminina no nosso tempo, detendo-me em particular sobre o tema essencial da *dignidade* e dos *direitos* das mulheres, considerados à luz da Palavra de Deus.[...]

Obrigado a ti, *mulher-mãe*, que te fazes ventre do ser humano na alegria e no sofrimento de uma experiência única, que te torna o sorriso de Deus pela criatura que é dada à luz [...]

Obrigado a ti, *mulher-esposa*, que unes irrevogavelmente o teu destino ao de um homem, numa relação de recíproco dom, ao serviço da comunhão e da vida.

Obrigado a ti, *mulher-filha* e *mulher-irmã*, que levas ao núcleo familiar, e depois à inteira vida social, as riquezas da tua sensibilidade, da tua intuição, da tua generosidade e da tua constância.

Obrigado a ti, *mulher-trabalhadora*, empenhada em todos os âmbitos da vida social, económica, cultural, artística, política, [...]

Obrigado a ti, *mulher*, pelo simples facto de seres *mulher!* (JOÃO PAULO, 1995 b, s.p)

²⁸ Para Juan Marco Vaggione (2012), a encíclica pode ser vista como “um instrumento político programático que condensa e potencializa as principais dimensões que caracterizam o ativismo católico conservador em cenários nacionais e transnacionais” (Vaggione, 2012, p.59, tradução minha).

²⁹ Rosalind Petchesky (1995) relata que, ao contrário do ocorrido no preparatório para Cairo, quase todas as sessões desse encontro foram fechadas, um sinal marcado do backlash desde aquela Conferência.

Na missiva, também é reconhecido a importância dos direitos das mulheres, os problemas particulares que esse grupo enfrenta, e até mesmo os déficits históricos que originaram impedimentos na vida social, política e econômica. Agradecendo particularmente a ONU pela iniciativa de “tamanho importância” ao realizar a Conferência de Pequim, o Papa destaca a específica colaboração que a Delegação Oficial da Santa Sé terá nos trabalhos de Pequim, apelando para que todos, sobretudo Estados e instituições internacionais, atuem para devolver à mulher o respeito da sua dignidade e do seu *papel*.

O documento ressalta, em diversas passagens, a missão a ser cumprida pelas mulheres, que se vincula diretamente às características historicamente atribuídas a esse grupo: docilidade, sensibilidade, feminilidade e intuitividade.

Ao analisar o posicionamento de João Paulo II na carta, Lene Sjørup (1997, p.84) destaca a tentativa do Papa em encontrar pontos de concordância entre as mulheres, sem abandonar, entretanto, a visão central das mulheres em seus papéis reprodutivos e a percepção da opressão das mulheres como uma opressão da maternidade.

Paralelamente, como mais uma de suas estratégias, o Vaticano também indicou como chefe da delegação de Pequim, Mary Ann Glendon, professora de direito da Universidade de Harvard, com experiência na área de direitos humanos, teoria política e direito comparado (Harvard Law School, 2022), famosa pela publicação de seu livro pró-vida *Abortion and Divorce in Western Law* (1987). O objetivo era apresentar uma imagem profissional a delegação, trazendo um nível de sofisticação às negociações em Pequim que não estavam presentes na conferência anterior (Buss, Herman, 2003, p.108).

Do mesmo modo, a indicação de Glendon como chefe da delegação levou em consideração outras variáveis, como seu gênero e nacionalidade, pois, de um lado, representava a escolha de uma mulher em um cargo máximo na conferência, rebatendo as críticas de que o Vaticano era “anti-mulher”, por outro, ganhava relevância ante as tensões apresentadas entre o Vaticano e os Estados Unidos na Conferência do Cairo, no qual confrontos acerca da linguagem utilizada se tornaram pungentes, em especial relativos ao aborto (Buss, 1998).

Nesse caminho, também buscando construir uma imagem positiva e trazer legitimidade a sua delegação, a Santa Sé, pela primeira vez em sua história, trouxe uma delegação com mais mulheres do que homens (quatorze mulheres e sete homens) e apresentou uma das mais heterogêneas comissões dentre as presentes. Composta por mulheres das mais diferentes regiões do globo, provenientes de países como Estados Unidos, Polônia, Chile,

Malásia, Nigéria, Vietnã, Noruega, França, Hong Kong e Palestina, a Santa Sé trouxe uma presença massiva de vozes do Sul Global (Alves, 2018).

Outra tática utilizada pelo Vaticano foi buscar fazer uma distinção entre as “feministas reais” e as “feministas radicais” (Buss, Herman, 2003), entre o “novo” e o “velho feminismo” (Buss, 1998), o “bom” e o “mau feminismo” (Borba, 2022) ou mesmo entre o “feminismo autêntico” e o “feminismo imoderado” (Garbagnoli, 2016). Dessa forma, a oposição da Santa Sé somente se manifestava nas ideias trazidas pelas feministas que eram extremadas e não comungavam com o verdadeiro propósito de emancipação e igualdade feminina. O inimigo, portanto, não é o movimento feminista, mas apenas uma parcela radical não representativa das verdadeiras intenções desse grupo social.

Durante a Conferência de Pequim, ao invés de adotar um posicionamento mais assertivo, a Santa Sé empreendeu esforços para inserir sentenças a parágrafos aos quais não concordava, com a intenção de modificar o sentido apresentado. Foi o ocorrido, portanto, com expressões como “responsabilidade parental” e “cláusula da consciência” (Alves, 2018, p.83).

Nessa mesma linha, a Santa Sé também buscou reinterpretar o significado de termos, como, por exemplo, o de “igualdade”. Segundo Alves (2018), a Santa Sé, ao utilizar a expressão “igualdade entre homens e mulheres” em seus documentos de posição e discursos, agregou a expressão “na dignidade”, concluindo que homens e mulheres são iguais perante ao Deus cristão na dignidade, mas com papéis distintos e complementares na sociedade.

Conforme nos ensina Sjørup (1995), o Vaticano adotou, de modo geral, duas estratégias concomitantes e paralelas: uma abordagem para o grande público de cristãos e, de modo geral, religiosos de direita, e outra abordagem dentro das negociações oficiais. Nas negociações, havia a adoção de uma atitude discreta e até mesmo complacente em relação às mulheres, o que passava uma imagem de abrandamento em comparação ao Cairo. Contudo, para a audiência de fora, defendia-se que os direitos humanos positivados na Declaração de 1948 no que tange a dignidade, família e casamento não estavam sendo respeitados, em uma tentativa de apropriação de um discurso de direitos humanos da Declaração que fossem idênticos aos seus:

A double climate was created: one in which the audience was the international community of negotiators, the game of whom was accepted by using alliances, satellite nations, give-and-take deals and well thought out strategies in spite of the lack of transparency of this ethic. The other audience comprised the religious communities who were addressed in press releases, briefings and public statements, which generally were not read by the negotiators of the international community. Thus, the tacit audience and the international community were negotiated with in parallel, but using different discourses. While the hierarchy's ethic in relation to

women's sexual and reproductive rights remained strict and based upon theological arguments, the ethic of negotiating was very soft, very secular, almost machiavellian. (SJORUP, 1995, p.92)

Com efeito, as estratégias adotadas pelo Vaticano demonstraram que havia um estado de consciência maior dos desafios de implementação de sua voz moral na agenda internacional. As táticas apresentadas surpreenderam muitas feministas e ativistas, que não anteciparam tamanho refinamento, vez que o embate era esperado, mas não o grau de planejamento e construção adotados, levantando preocupações quanto aos limites da retórica dos direitos (Buss, 1998).

2.2.4 Oposições ao “Gênero” e à “Orientação Sexual”

O conceito de gênero passou a ser utilizado nas produções acadêmicas feministas para “ênfatar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”, rejeitando “o determinismo biológico implícito no uso dos termos ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (Scott, 1995, p. 72). Assim, o “gênero” foi pensado, mas teorizações feministas, para fazer alusão a processos de construção cultural e social do que é ser mulher ou ser homem e a ideia de que as relações não decorrem de características sexuais diferenciadas, mas de processos que constroem essas diferenças, produzindo, conseqüentemente, desigualdades e hierarquias (Macedo, Sardenberg, 2011; Machado, 1995).

O rascunho da Plataforma de Ação de Pequim tinha adotado largamente a linguagem do “gênero”, termo que já vinha inundando diversos documentos de organismos internacionais multilaterais³⁰ e havia sido utilizado em Cairo. Entretanto, a sua inclusão havia sido tema de controvérsias nas discussões pretéritas à Conferência, com diversos Estados se objetando ao seu uso e sugerindo a sua substituição pela palavra “sexo” (Otto, 1995; Baden, Goetz, 1997).

Para Sônia Corrêa (2018), o surgimento da oposição ao “gênero” somente em Pequim se deu, em parte, devido ao foco dado em Cairo ao aborto como questão de saúde pública e as múltiplas formas de família pela Santa Sé e aliados, o que obliterou o foco no gênero. Somado a esse fator, a terminologia usada em Cairo, segundo Corrêa, indicava, fundamentalmente, a

³⁰ Baden e Goetz (1997) citam, a título exemplificativo, o quadro analítico do Banco mundial intitulado “Rumo à Igualdade de Gênero: O Papel das Políticas Públicas”, produzido em janeiro de 1995, e o “Relatório de Desenvolvimento Humano com foco em gênero”, também elaborado em 1995, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tais documentos foram produzidos em um contexto em que se buscava o *gender mainstreaming* (transversalização de gênero): aplicação de uma perspectiva de gênero em todas as etapas de construção de políticas públicas, através de procedimentos e mecanismos dentro das organizações que levavam em consideração essa perspectiva.

desigualdade entre homens e mulheres, mas não significava as “muitas confusões da sexualidade” temidas por alguns atores.

Em verdade, o uso do “gênero” também não era um consenso entre os próprios movimentos feministas e de mulheres, pois, para muitas, ao dar destaque ao caráter relacional entre homens e mulheres, afastava-se do foco das mulheres, além de ser um conceito que pode ser lido como despolitizante, tecnocrata e imperialista³¹ (Baden, Goetz, 1997). A ênfase no “gênero” também era vista como um modo de minar os debates sobre “sexo” e “sexualidade” ou mesmo de falhar em teorizar “sexo” (Buss, 1998). Com efeito, as construções teóricas feministas sobre o termo, amplas e diversas, por vezes conflitantes, não adentravam por completo a linguagem internacional dos direitos humanos, no qual o termo pode ser reduzido a uma conceituação mais simplista e passível de ser aplicada uniformemente.

A controvérsia em relação ao gênero, portanto, permeou todo o debate realizado na conferência, atravessando não apenas as sessões oficiais, que ocorreram em Pequim, como também o fórum paralelo de ONGs, que se deu na cidade de Hauriou. A Santa Sé, juntamente com alguns Estados islâmicos, organizações da sociedade civil e certos países de tradição católica, lançou um ataque ao uso do termo.

Para Sally Baden e Anne Marie Goetz (1997, p. 12), algumas razões podem ser atribuídas para justificar a fixação da oposição conservadora ao conceito. São elas: 1) uma segunda reação após o fracasso em impedir o acordo na Conferência do Cairo sobre uma ampla definição dos direitos de saúde reprodutiva das mulheres; 2) a percepção da maior presença e influência de ONGs feministas; 3) maior visibilidade das lésbicas em ONGs e 4) a inclusão, pela primeira vez em uma conferência da ONU, de uma linguagem aberta em matéria de direitos sexuais e reprodutivos.

Por seu turno, Machado (1995) identifica duas principais razões para as desconfiças e críticas ao uso do conceito:

1) porque foge a estrita observância do campo do masculino e do feminino pensados nos termos das relações heterossexuais e inclui as opções homossexuais e todas outras formas de sexualidade não exclusivamente heterossexuais e 2) porque desconstrói a ideia de mulher. Estes dois pontos levam a um terceiro que é entendido como o conseqüente desrespeito à idéia de família tal como expressa no artigo 16 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 a família é a unidade grupal natural e fundamental da sociedade que requer a proteção da sociedade e do Estado. (MACHADO, 1995, p. 417)

³¹ As autoras apontam o panfleto produzido pelas Mulheres Revolucionárias das Filipinas “*The Gender Trap: an imperialist scheme for co-opting the world's women*” como um caso exemplificativo de oposição fervorosa ao uso de gênero durante o fórum paralelo por parte do movimento de mulheres, que viam o conceito como uma imposição imperialista de feministas ocidentais.

Durante a conferência, um ensaio de vinte e nove páginas de Dale O'Leary, escritora de uma publicação católica conservadora dos Estados Unidos, intitulado “*Gender: the deconstruction of women*” circulou largamente, adotando uma postura que, inclusive, engaja diretamente com as teorias feministas, questionando os pressupostos de construção de “gênero” e suas implicações:

The argument of O'Leary's paper runs as follows. If gender is defined as the social construction of roles and relationships between women and men, sexuality can be fluid, the centrality of the family can be challenged, role assignments such as motherhood and male breadwinner are revealed as social constructs, and indeed the fixity or irreducibility of anatomical sex itself can be questioned. [...] O'Leary's reaction to the feminist argument on social construction is to point out that there is no scientific proof for any of it, nor is there evidence that women do not freely choose traditional roles. (Baden, Goetz, 1996, p. 14)

O ensaio da escritora demonstra uma preocupação com as possíveis consequências da adoção do “gênero” em seus moldes teóricos: possível recusa de uma visão unitária de família, existência de diversidade sexual e da fragilidade dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Por sua vez, para o Vaticano, utilizar o “gênero” vai de encontro com a sua visão de homens e mulheres como essencialmente complementares. “Gênero” era uma ameaça, pois, ao assumir que homens e mulheres são categorias socialmente construídas, intentava contra essa visão e permitia a aceitação de diferentes identidades sexuais, o que, na prática, significava tolerar a homossexualidade (Buss, 1998). O Vaticano via, assim, “gênero” como uma “palavra código para ‘direitos gays’” (Ruse 1997a, apud Buss, Herman, 2003, p.110).

Essas perspectivas demonstram, segundo Baden e Goetz (1997), o motivo central para o pânico em relação ao gênero: a sua implicação com sexualidade e reprodução, refletindo, por conseguinte, em dois grandes medos conservadores, homossexualidade e aborto.

Seguindo linha similar de pensamento, Dianne Otto (1995) afirma que a principal motivação para a controvérsia em relação ao gênero era claramente homofóbica, pois havia um medo de que, ao reconhecer o gênero e suas implicações, haveria a possibilidade de reconhecimento da existência de uma pluralidade sexual, incluindo gays, lésbicas, bissexuais e, até mesmo, transsexuais. Esse temor foi observado durante toda a conferência na fala de panelistas, chegando a se afirmar que havia uma tentativa lésbica de dominação e imposição cultural:

De acordo com panelistas, o problema era que lésbicas queriam dominar a conferência. Uma panelista disse: “Nós não estamos aqui para julgar nenhuma

peessoa em particular, mas para respeitar a cultura da maior parte do mundo. A questão é que as lésbicas querem dominar” (Sjørup, 1997. p.99, tradução minha)

Como forma de justificar a resistência ao uso do gênero, alguns argumentos foram lançados pela Santa Sé e por ONGs conservadoras, tais como a noção de que o gênero se tratava de uma imposição ocidental e era um representante do colonialismo que se impunha na conferência (Abou-Habib, 2020), que, como já dito, guardava ressonância com parte do movimento feminista e de mulheres, que defendiam posições que engajavam com essa percepção.

Dado a controvérsia quanto ao termo, um Grupo de Contato formado por Estados interessados foi criado para discutir o conceito de “gênero”. A solução encontrada pelo grupo, e aceita pelo Comitê Principal de Pequim, foi a de que seu uso não era novo e que deveria ser interpretado e utilizado no seu sentido comum, como geralmente aceito e empregado em outros documentos oficiais das Nações Unidas (Buss, 1998; Machado, 1995; Otto, 1995). Desse modo, o “gênero” foi mantido no documento final³², mas teve como efeito colateral, assim como em Cairo, a paralisação dos debates para o significado aceito da linguagem, afastando-se, em certa medida, da formulação de propostas concretas de transformações sociais.

Sorte semelhante não teve o termo “orientação sexual”. Conforme afirma Diane Otto (1995), a primeira menção à orientação sexual somente apareceu na reunião preparatória final prévia à Conferência, em Nova Iorque³³. Narra a autora que o *caucus* lésbico foi altamente eficaz em conseguir a inclusão em quatro lugares da Plataforma³⁴, apesar de todos estarem entre colchetes, indicando a controvérsia de sua inserção.

Desde a reunião preparatória, em Nova York, o termo não escapou de vista da Santa Sé e de seus aliados, que esboçaram o receio da expressão ser acolhida no documento final: “Para nós parece muito arriscado que um governo se comprometa com ações específicas em relação a expressões cujo significado exato não é claro. A este respeito, poderá acontecer, por exemplo, no futuro, que a pedofilia possa ser considerada uma ‘orientação sexual’” (A Santa Sé, 1995, p.51, apud Sjørup, 1997, tradução minha).

³² Para o Vaticano, o sentido comum de gênero foi interpretado como a diferenciação biológica existente entre os sexos, ao invés da construção social dos papéis de gênero, visão que é sustentada até hoje nos fóruns multilaterais (Denkovski, Bernarding e Lunz, 2021).

³³ Dos cinco encontros regionais que antecederam a conferência, apenas a Europa mencionou o termo na sua plataforma regional.

³⁴ Segundo Diane Otto, “orientação sexual” foi incluída em duas declarações principais sobre diversidade das mulheres e em dois parágrafos instando ação estatal para combater a discriminação.

Ao longo da reunião, foi amplamente divulgado que a inclusão do termo não apenas incentivava a pedofilia, como também outras práticas degradantes, tais como zoofilia e perversões sexuais (Sjørup, 1997; Otto, 1995). A inclusão de “orientação sexual” no programa confirmava a suspeita da Santa Sé e de ONGs conservadoras que as feministas estavam aliadas aos “homossexuais” e que falar em “direitos humanos das mulheres”, bandeira fortemente levantada na Conferência de Viena e mantida em Pequim, era uma brecha para políticas “anti-família”, como a aceitação da homossexualidade (Buss, Herman, 2003). Nesse cenário de profunda desaprovação, a expressão foi levada à conferência para discussão.

Ante a intensa polêmica apresentada e considerando que o Grupo de Trabalho principal apresentou divisões inconciliáveis sobre a questão, um Grupo Informal foi criado e ficou responsável pela solução. Esse grupo, segundo Otto (1995), se dividiu em duas posições: de um lado, países que apoiavam a inclusão do termo, sob a tese de que nenhuma discriminação deveria ser permitida (Canadá, Nova Zelândia, África do Sul, Austrália e outros), do outro, opositores, como Irã e Egito, que argumentavam que a menção a “orientação sexual” contrariava seus valores, assim como não havia precedente internacional ao uso do termo.

Passada a conferência e chegado ao último dia sem consenso, a alternativa encontrada pela presidente do Comitê Principal, Patricia Licuana, junto com colaboradores, foi a de retirar todas as referências à “orientação sexual” do texto final da Plataforma, em troca de que a diversidade cultural e religiosa, outro tema não resolvido ao final, não pudesse ser utilizada para impedir a aplicação dos direitos humanos. A justificativa levantada pela presidente era a de que o termo era por demais controverso e não havia sido levantado na linguagem da ONU previamente, mas que estava implicitamente contemplado na listagem exemplificativa do parágrafo 46³⁵ e demais (Alves, 2018; Otto, 1995, Bunch, Fried, 1996; Al-Marayati, 1995).

Não obstante a exclusão oficial da expressão, menções variadas à sexualidade e à saúde sexual se mantiveram no texto, em sua maioria, na seção de saúde das mulheres, o que foi visto, para muitas, como uma conquista. Apresentando um outro olhar sobre essa inclusão, Otto (1995) afirma que tais menções relacionavam diretamente sexualidade à reprodução, restringindo-a e interligando-a a presunções heterossexuais. Mesmo nessas condições, a autora revela que a linguagem podia ser interpretada como perigosa, pois diversos estados entenderam que o texto aprovado poderia “apoiar o lesbianismo” e ameaçaram, desse modo,

³⁵ “Na Plataforma de Ação se reconhece que as mulheres enfrentam barreiras que dificultam sua plena igualdade e seu progresso, devido a fatores tais como raça, idade, idioma, origem étnica, cultura, religião, deficiência física ou outros, como pertencerem a populações indígenas” (ONU, 1995).

reabrir o debate. Ao fim, o debate não foi reaberto, mas reservas foram feitas ao parágrafo 97 por diversos Estados, “endereçoando que a sua abordagem de direitos sexuais e reprodutivos era contrária às leis nacionais, ou valores culturais ou religiosos” (Otto, 1995, p.290).

2.2.5 “Aborto” em Pequim

Para surpresa de muitas participantes na Conferência, o consenso em relação a linguagem a ser adotado quanto ao aborto não se mostrou tão controverso quanto o esperado, em parte, segundo Alves (2018), devido a possibilidade de serem realizadas reservas em plenário, o que tornava o acordo sobre a matéria fictício³⁶. Essa afirmação, contudo, não significa que o aborto não foi debatido ou mesmo disputado. Decerto, calorosas discussões se fizeram presentes na Conferência de Pequim e argumentos semelhantes aos utilizados em Cairo foram levantados.

No decurso da congregação, seja no fórum paralelo ou nas reuniões oficiais, foram realizadas diversas sessões e debates que abordaram o tema. A OMS ofereceu uma sessão sobre como “estimular o diálogo positivo e produtivo sobre os tipos de mudanças nos cuidados e nas políticas de aborto que são necessárias não apenas para reduzir o aborto inseguro, mas também para proteger e melhorar a saúde reprodutiva das mulheres” (Dawson, 1996, p.21). Organizações favoráveis e contrárias à prática também conduziram reuniões e defenderam suas posições.

Havia uma atmosfera de apreensão de que os ganhos realizados em Cairo fossem regredidos (Machado, 1995; Friedman, 2003). Contudo, a Plataforma de Ação não só manteve as disposições do Cairo, fazendo menção ao parágrafo 8.25 de sua Plataforma, como avançou na linguagem, ao tratar, no parágrafo 97, o aborto inseguro como um grave problema de saúde pública, que atinge com maior gravidade mulheres pobres e jovens, e que deve ser reconhecido e enfrentado (alínea “j”, do parágrafo 106³⁷). A maior conquista, entretanto, adveio do parágrafo 107, alínea “k”, que trouxe na sua redação, dentro dos objetivos estratégicos, “considerar a possibilidade de rever as leis que preveem medidas punitivas contra as mulheres que se tenham submetido a abortos ilegais”.

³⁶ Na minha análise, a controvérsia em relação ao aborto ganhou menor centralidade principalmente por outros dois motivos: o foco que a discussão quanto a “gênero” e “orientação sexual” tomou na conferência, ofuscando o debate quanto ao “aborto”, e o fato de que a Plataforma de Ação de Pequim, em sua maior parte, reproduziu as disposições do Cairo quanto ao aborto, que já haviam sido consensuadas um ano antes.

³⁷ “j) reconhecer que as consequências, para a saúde, dos abortos feitos em más condições constituem um grande problema de saúde pública e, conforme acordado no parágrafo 8.25 do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, buscar remediar esse problema.” (ONU, 1995, p.182)

2.2.6 Vitória?

Como fruto da união de organizações feministas e algumas delegações, somada à pressão da mídia, a Santa Sé perdeu terreno nas negociações. No entanto, não é possível falar, efetivamente, em derrota. Vinte e oito países adotaram reservas à Plataforma, em oposição aos dezoito do Cairo³⁸, demonstrando um aumento da oposição à temática. A dupla estratégia adotada pelo Vaticano, uma durante as negociações e a outra visando segmentos religiosos conservadores, foi fértil. O Vaticano obteve o apoio de organizações religiosas conservadoras, que iniciaram a articulação no Cairo e aprofundaram sua rede em Pequim (Sjørup, 1997).

Como atenta Buss e Herman (2003), Pequim foi importante para encorajar o ativismo feminista, mas não apenas. A Conferência serviu, também, para atrair a atenção da DC nas arenas internacionais, vez que a posição do Vaticano em Cairo serviu como um chamado para organizações religiosas. Como explicam as autoras, foi através de Pequim que houve a principal exposição desse segmento no ativismo internacional, servindo como motivador para a participação, de modo permanente, no âmbito internacional. Assim, Pequim foi “muito importante por proporcionar um fórum por meio do qual o Vaticano e, com menor expressão, a DC, delinearam, e até certo ponto consolidaram, suas visões sobre mulheres, a família, e o papel da comunidade internacional” (Buss, Herman, 2003, p.110).

Conforme apontam Denvoksvi, Bernanding e Lunz (2021), as conferências de Cairo e Pequim são vistas, tanto por parte de atores progressistas como de conservadores, como uma derrota para as tentativas de manutenção das posições hegemônicas de gênero e sexualidade. Contudo, esses espaços podem ser reconhecidos, segundo indicam as próprias autoras, como os instantes nos quais as alianças, estratégias e narrativas dos movimentos antigênero começaram a ganhar forma, o que nos faz questionar se ainda é possível adotar uma leitura que fala em “fracassos” e “sucessos” de modo tão categórico. Os produtos das articulações delineadas nesse período serão expostos no capítulo a seguir.

³⁸ Friedman (2003) aponta que dos vinte e oito países que adotaram reservas, vinte apresentaram reservas sobre parágrafos que acreditavam não estar em conformidade com as leis islâmicas, cobrindo questões como direitos reprodutivos, aborto, homossexualidade e herança. Outros seis países latino-americanos, junto com Malta, apresentaram preocupações similares sobre a preservação da estrutura “tradicional” da família nuclear, defendendo a heterossexualidade e se opondo ao aborto.

3 PENSANDO MOVIMENTOS ANTIGÊNERO EM UMA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL

Junho de 2013. Mais de cento e cinquenta mil pessoas se reuniram nas ruas de Paris contra a aprovação da lei que legalizava o casamento entre pessoas do mesmo sexo, dando origem ao movimento francês *La Manif pour Tous*, que, em 2015, se converteu em partido político, famoso por se opor, dentre outras bandeiras, à ideologia de gênero. Dezembro de 2016. Surgiu no Peru o movimento *Con Mis Hijos No te Metas*, contrário à aprovação do Currículo Nacional da Educação Básica do Ministério da Educação por supostamente dar um enfoque de gênero à educação e promover uma “ideologia perniciosa para crianças”. Junho de 2017. Circulou pelas ruas da Cidade do México o *Bus de la Libertad*, veículo que divulgava mensagens contra a imposição da ideologia de gênero às crianças, que deveriam ser “deixadas em paz” pelos seus propagadores. O mesmo ônibus passou por Santiago, no Chile, dois meses depois e circulou anteriormente pela Espanha em fevereiro daquele ano³⁹. Maio de 2023. O presidente da Uganda, Yowerin Museveni, sancionou a Lei Anti-Homossexualidade, que prevê penas duras para práticas homossexuais, podendo culminar em morte, a depender do delito aplicado⁴⁰.

Os acontecimentos descritos acima são apenas alguns exemplos das várias ações que ocorreram nos últimos vinte anos, em diversas localidades, e que possuem como inimigo em comum o que denominam como "ideologia de gênero", "teoria de gênero" ou "genderismo". Tais movimentos, que têm sido descritos pela literatura recente como reações contra o gênero, campanhas contra o gênero, ofensivas antigênero ou, simplesmente, movimentos antigênero, ganharam impulso na década de 2010 e se destacaram pela pluralidade de atores envolvidos e o compartilhamento de argumentos, modos de ação e reivindicações. Mobilizados em torno da oposição ao gênero como termo e conceito, dos direitos sexuais e reprodutivos, direitos da população LGBTQIAPN+ e da educação sexual de crianças e adolescentes⁴¹, esses

³⁹ A iniciativa foi promovida pela organização conservadora CitizenGO, que, em parceria com o Conselho Mexicano da Família, trouxe a campanha para a América Latina.

⁴⁰ Segundo relatório desenvolvido pela Global Action for Trans Equality (2023), o governo é a principal força antigênero no país, tendo como representantes ministros e parlamentares. A legislação, que é uma continuidade da Lei aprovada em 2013, teve forte influência de setores religiosos cristãos estadunidenses. O projeto de lei que deu origem à Lei de 2013 ficou conhecido como *Kill the Gays Bill* e teve envolvimento direto do pastor evangélico dos EUA Scott Lively, que foi à Uganda em 2009 (McEwen, 2020). Em 2013, a lei chegou a ser aprovada, mas foi derrubada pela Corte Superior de Uganda no ano seguinte.

⁴¹ Essas mobilizações vão depender dos contextos locais e da conveniência e interesse político de se suscitar um argumento em detrimento do outro. Em alguns países da África, como África do Sul, Uganda e Quênia, os direitos LGBTQIAPN+ são mais contestados, havendo uma forte resistência às identidades sexuais e de gênero não conformes ao padrão hegemônico (leia-se padrão colonialmente imposto). Na América Latina e Europa, a

movimentos, que se autodefinem, muitas vezes, como “pró-família” e “pró-vida”, defendem com particular ênfase a manutenção da "família natural".

Neste capítulo, irei analisar os movimentos antigênero e suas intervenções no espaço público, ressaltando o seu caráter transnacional. Dessa forma, o objetivo não é dar enfoque a contextos específicos, apesar do reconhecimento de que fatores internos também contribuem para o surgimento desses movimentos, que emergiram com maior vigor em algumas regiões, como América Latina e Europa⁴². Ainda que essenciais, estudos que enfatizam unicamente as condições locais para interpretação desse fenômeno têm sido considerados insuficientes para explicar a complexidade das articulações produzidas entre os diferentes atores e a similitude de estratégias, discursos e argumentos lançados. Assim, uma análise do fenômeno sob uma perspectiva transnacional se faz necessária, a qual me proponho no presente capítulo.

3.1 Ideologia de Gênero: realidade ou fábula?

De início, é preciso esclarecer qual o significado dessa expressão quando utilizada pelos movimentos antigênero. Para conceituá-la, faz-se necessário, em primeiro lugar, assegurar do que não se trata. “Ideologia de gênero” não corresponde aos estudos de gênero, campo teórico interdisciplinar desenvolvido na década de setenta, que investiga as relações sociais e de poder construídas em torno das diferenças sexuais. A área de estudo, que possui origem nas teorizações feministas, expandiu a definição de “gênero” para além do seu uso gramatical e descritivo, produzindo um corpo conceitual próprio que inundou o espaço acadêmico, social e político.

Deveras, a origem do conceito de gênero surgiu no campo médico, na obra de Robert Stoller “Sexo e Gênero” (1968), na qual o autor, ao estudar pessoas intersex, define a relação entre os dois termos. Todavia, é por meio da socióloga Ann Oakley⁴³ que esse conceito ganha os contornos mais próximos de sua utilização atual, através da sistematização realizada em seu livro “Sexo, Gênero e Sociedade” (1972). Essa obra é a primeira do seu campo a descrever, de maneira minuciosa, a diferenciação entre sexo e gênero, ligando sexo ao termo

educação sexual de crianças é um dos carros-chefe dos movimentos. A oposição ao aborto é realçada na América Latina e Estados Unidos, e em alguns países europeus, como Espanha, Polônia e Irlanda.

⁴² É possível encontrar ampla produção bibliográfica sobre o tema com foco na América Latina e Europa, seja em uma perspectiva regional ou local (que adentra nas circunstâncias específicas de cada país). Em verdade, inexistente consenso sobre os motivos pelos quais os movimentos se instalam em alguns países em detrimento de outros ou mesmo as circunstâncias que permitem esse florescimento (Kováts, 2017)

⁴³ Apesar da produção de Oakley possuir esse pioneirismo, ela é pouco citada, possivelmente em razão dos abundantes posicionamentos transfóbicos e homofóbicos existentes na obra, do determinismo cultural propagado e, ainda, do brilhantismo de Gayle Rubin, que, pouco depois, teorizou o sistema sexo/gênero em “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo”, ofuscando o trabalho de Oakley.

biológico e gênero ao termo psicológico e cultural. Seu trabalho foi responsável pela expansão do “gênero” no mundo anglofônico, difundindo-se para além do meio universitário dos estudos feministas. Ann Oakley, de maneira bastante didática, se propõe a analisar uma premissa simples e, até então, inovadora: sexo não é sinônimo de gênero. Enquanto sexo faz referência a aspectos biológicos, gênero, por outro lado, diz respeito aos construtos socioculturais do masculino e feminino.

Feita essa ressalva, cumpre conceituar o termo. Segundo os seus opositores, “ideologia de gênero” é uma teoria que questiona as diferenças sexuais naturais e representa uma tentativa de corrupção, por parte de seus propagadores, de certas instituições e valores sociais, como a família natural, a identidade sexual de crianças, a santidade do casamento, a nação e, em última medida, a própria vida. Para Jay W. Richards, pesquisador da *think thank* conservadora The Heritage Foundation, é possível entender a ideologia de gênero como:

... a teoria de que o sexo binário não captura a complexidade da espécie humana, e que indivíduos são melhor descritos em termos de “senso interno de gênero” chamado de “identidade de gênero”, que pode ser incongruente com o sexo designado no nascimento” (Richards, 2023, s.p., tradução minha).

Richards (2023) compreende a “ideologia de gênero” como a fonte da falsa crença de que “crianças podem nascer em corpos errados”. Segundo o pesquisador, a “ideologia de gênero” não se restringe a esse conceito, indo além, contudo a dificuldade de sua definição repousa na proposital “confeção pós-moderna multiforme” do termo que não acomoda a “realidade do sexo”, isto é, para Richards, a disposição reprodutiva de mamíferos, incluindo seres humanos.

Com essa afirmação, Richards não só critica os supostos agentes propagadores da “ideologia de gênero”, que, segundo ele, se perdem nos caminhos das construções teóricas pós-modernas, como se esquivam da responsabilidade de melhor conceituar o que seria, efetivamente, essa “ideologia”, a qual julga incoerente e obscura. Assim, inverte-se a lógica e a imprecisão da definição não decorre da confeção fantasiosa da “ideologia de gênero”, mas das tentativas deliberadas dos seus “transmissores” de confundir o público através de terminologias confusas e fabricadas.

O pensamento de Richards ilustra a centralidade da reafirmação de posições naturalizantes e a-históricas quanto à sexo, gênero e sexualidade para os movimentos antigênero, porém, não por acaso, oculta a verdadeira origem do conceito. Funcionando como um dispositivo retórico (Garbagnoli, 2019) e político-discursivo (Junqueira, 2018), que opera como um quadro interpretativo poderoso (Patternote, Kuhar, 2018), o termo, ironicamente,

foi criado pelos seus próprios combatentes para fazer frente ao ativismo de grupos feministas e LGBTQIAPN+ e às reflexões produzidas por estes que desestabilizam a ordem sexual e reprodutiva de um sistema cisheteropatriarcal.

Segundo Garbagnoli (2019), a “ideologia de gênero” serve a três propósitos: constituir um inimigo único a ser odiado, reunir atores religiosos e não religiosos para construir uma coalizão em defesa do que é verdadeiramente “humano” e, por fim, criar um pânico moral que, por conseguinte, permite influenciar legislaturas e bloquear pautas jurídicas e reformas quanto ao âmbito sexual e reprodutivo e aos direitos LGBTQIAPN+.

No fim, é possível afirmar que a “ideologia de gênero” é um paradoxo. Tão ficção quanto verdadeira, tão fábula quanto real, a expressão é uma construção heterogênea e arquitetada, que se formou, de modo deliberado, em um mundo fantasioso e se materializou por aqueles que afirmam combatê-la. A construção desse sintagma e os usos políticos e discursivos serão explorados ao longo deste capítulo.

3.2 Construindo um Programa Antigênero

Como antecipado no início do capítulo, os movimentos antigênero alcançaram o espaço público no início do século XXI e ganharam força nos últimos anos, contudo a origem do seu discurso remonta a períodos anteriores, mais precisamente o fim do século passado. Os estudos sobre o tema convergem na constatação de que o uso da expressão “ideologia de gênero”, tal como utilizada contemporaneamente e apropriadas por essas campanhas, foi uma criação do Vaticano, que empregou táticas discursivas e operacionais para difusão de sua concepção de mundo (Garbagnoli, 2016; Borba, 2022; Vaggione, 2012; Patternote, Kuhar, 2016, 2018, 2018a; Biroli, Machado & Vaggione, 2020; Corredor, 2019; Roggeband e Krizsán, 2020; Zaremborg, Tabbush e Friedman, 2021; Ribeiro, 2016; Miskolci, Campana, 2017, Kováts, 2017; Patternote, 2023).

Segundo esses estudos, diante das discussões e aprovações dos documentos finais que ocorreram nas Conferências de Cairo e Pequim, o Vaticano, sentindo-se ameaçado pela presença dos movimentos feministas, que propunham uma nova política sexual e desestabilizavam as categorias de sexo/gênero, lançou uma ofensiva que via o “gênero” como seu nêmesis:

Since its emergence in the mid-90s, the Vatican’s anti-gender discourse was created in reaction to the denaturalization of the sexual order produced by feminist theorists and activists. Although not all meanings of the term gender are equally disruptive –

a point upon which the Vatican and many feminists agree (Mathieu 1991; PCF 2005; Scott 2013) – the Vatican has chosen ‘gender’ as the emblem, the metonymy, and the keystone of theories that affirm that masculinity and femininity are social constructions, or, worse, as in feminist materialist analysis, that men and women are not natural groups but social antagonist classes (Delphy 2001; Wittig 1992). According to the Vatican, this deconstruction of the sexual order destroys the social order (Garbagnoli, 2016, p.189).

Conforme narra Sara Garbagnoli (2016), desde Pequim, o Vaticano passou a adotar uma estratégia dupla. De um lado, uma nova definição de gênero passou a ser utilizada pela Igreja, que renaturalizava o conceito e o ancorava a uma identidade sexual biológica. Do outro, um novo dispositivo retórico foi desenvolvido para se opor ao gênero quando usado como uma conceito desnaturalizante e que deslegitimava análises e reivindicações da imanência da ordem sexual: “ideologia de gênero”.

Para compreender a construção do Vaticano em cima desse dispositivo, é preciso dar um passo atrás e analisar a política sexual defendida pela entidade eclesiástica, que foi remodelada ao longo dos anos. Do Papado de Pio XII (1939-1958) até o Papado de João Paulo II (1978-2005), o Vaticano renovou o seu discurso, abandonando a defesa da subordinação das mulheres e passando a advogar pela complementaridade entre os sexos:

...the Vatican produced a radical renewal of its discourse on women’s nature in response to feminist movements and the social, political, and juridical changes they fostered. In this new view, men and women are seen as ‘equal in dignity’ but different and complementary in nature. This ‘equality within difference’ argument gradually replaced the Vatican’s previous vision on women’s submission to men. Consequently, the Vatican started distinguishing and opposing ‘true’ and ‘false emancipation’ (Pius XII), as well as ‘authentic’ and ‘intemperate’ feminism (Paul VI). (Garbagnoli, 2016, p. 190)

Como apontado pela socióloga, a alteração do discurso da Igreja não surgiu espontaneamente, mas foi fruto das mudanças sociais e políticas que eram sentidas pelo surgimento de novos atores sociais, que questionavam a moralidade sexual dominante e impulsionavam mudanças.

A transformação do entendimento da ordem sexual do Vaticano culminou na Teologia do Corpo⁴⁴, considerada uma teologia antropológica que destaca a relacionalidade da natureza

⁴⁴ Rodrigo Borba (2022, p.470) traça um breve percurso documental da Teologia do Corpo, apresentada pelo Papa João Paulo II em colaboração com Ratzinger (futuro Papa Bento XVI), que foi apoiada pela estrutura vaticana e corroborada pelos sucessores: “Essa Teologia, gradativamente exposta pelo pontífice ao longo de 146 audiências gerais, entre setembro de 1979 e novembro de 1984 (João Paulo II, 2009)⁸³ e na exortação apostólica Familiaris Consortio, de 22 de novembro de 1981, continuou sendo objeto de elaboração e encontrou as suas mais nítidas formulações na carta apostólica Mulieris Dignitatem, de 15 de agosto de 1988; na Lettera alle famiglie [Carta às famílias] Gratissimam Sane, de 2 de fevereiro de 1994; na encíclica Evangelium vitae, de 25 de março de 1995; e na Lettera alle donne [Carta às mulheres], de 29 de junho de 1995 (João Paulo II, 1981, 1988, 1994, 1995a, 1995b)”.

humana (homem e mulher existem em relação um ao outro) e enfatiza o caráter natural das diferenças existentes entre os sexos (Garbagnoli, 2016; Borba, 2022; Vaggione, 2012; Kováts, 2017). Assim, segundo essa percepção, os atributos investidos às mulheres, como a maternidade, não advém de imposições sociais, mas de características inerentes a sua condição e psicologia, distintas, mas não por isso inferiores.

O caráter antropológico e natural atribuído ao discurso forneceu uma roupagem secularista e científica às formulações da Sé Apostólica, que buscava aproximar ciência e religião. Apropriando-se do conceito de José Casanova de desprivatização (Casanova, 1994, apud Vaggione, 2012), Juan Marco Vaggione explica que setores religiosos têm seguido um processo de inscrição como atores públicos em oposição a uma despolitização e privatização. Dessa forma, há uma tentativa de intervenção na esfera pública como atores da sociedade civil, para defender uma ordem tradicional e participar dos debates democráticos.

O teórico argentino pontua que a nova política sexual adotada pelo Vaticano fazia parte desse processo de desprivatização. O Concílio Vaticano II (XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica)⁴⁵, ocorrido em 1961, é emblemático, pois marca o momento no qual a Igreja ingressou na modernidade e tentou, dentre outras questões, apresentar uma nova articulação entre religião e política. Essa congregação, segundo Vaggione, é o marco da nova gramática política da Igreja Católica, que abriu mão da sua intenção de ser uma Igreja única, abraçando a liberdade religiosa, sem renunciar a sua participação política, que ocorreria na esfera civil:

Aunque ha sido un proceso complejo, la Iglesia Católica reconoce la autonomía del derecho secular frente al ordenamiento religioso (plasmada también durante el Concilio Vaticano II), sin embargo la Iglesia no renuncia a su rol de ser un actor influyente en la construcción del derecho y de la justicia en las temáticas de su interés. La influencia de Santo Tomás de Aquino sigue estructurando la postura de la Iglesia ya que sostiene que “La legislación humana sólo posee carácter de ley cuando se conforma a la justa razón; lo cual significa que su obligatoriedad procede de la ley eterna” (Catecismo de La Iglesia Católica 1997 §1902) (Vaggione, 2012, p.70)

A desprivatização da Igreja Católica é percebida na Teologia do Corpo. A construção teológica ancora suas bases em fundamentos essencialistas e naturais, imbuídos de um repertório científico, que aproxima a Sé Apostólica da sociedade civil e afasta-a unicamente do reino religioso. No entendimento de Rodrigo Borba (2022, p. 67, tradução minha), ao traçar um paralelo entre teologia e ciências naturais através do discurso “igual em dignidade, mas diferente e complementar em natureza”, o Vaticano constrói uma narrativa atrativa por

⁴⁵ Vaggione indica que o Concílio Vaticano II também foi o momento no qual a Igreja voltou a afirmar sua concepção restrita de sexualidade e reprodução, rechaçando mecanismos artificiais de controle de natalidade.

meio de um “registro pseudocientífico que disfarça sua natureza dogmática”. No momento em que teóricas e ativistas questionam essa “base imutável da antropologia”, passam a ser vistas como representantes de uma ideologia que ameaça a ordem natural e a estabilidade da reprodução social (Garbagnoli, 2016).

Guiado pela Teologia do Corpo, um programa antigênero, ainda em fase embrionária, começou a se desenvolver. Antes de prosseguir, cumpre rememorar a produção de duas teóricas que foram fundamentais para a construção do direcionamento político-discursivo do Vaticano e, em sequência, dos movimentos antigênero.

Em 1994, Christina Hoff Sommers, professora de filosofia da Clark University e especialista em teoria moral contemporânea, lançou o livro *Who Stole Feminism? How Women have Betrayed Women*. Nessa obra, Sommers (1994) defende que um grupo de fanáticas, que alegam falar por todas as mulheres, estão promovendo uma nova e perigosa agenda que ameaça os ideais sociais e colocam mulheres contra homens. Esse grupo perturbador é o que a autora denomina *gender feminists* (feministas de gênero).

Sommers, que se autointitula feminista, afirma que está preocupada com os rumos desse feminismo e de sua doutrinação, que busca dividir a sociedade por meio de argumentações inverídicas e atroz. Essas “feministas ideológicas”, nas palavras da filósofa, não ajudam o movimento feminista e, em verdade, prejudicam o feminismo legítimo⁴⁶. A doutrinação feminista, que foi chamada de *gender feminists ideology*, utiliza, segundo a autora, de táticas ardilosas, como o uso de pesquisas questionáveis, que trazem dados duvidosos quanto a temas como aborto e violência contra as mulheres. Essa doutrinação, para Sommers, põe em xeque as bases de instituições educacionais, científicas e legais dos EUA. Em suma, há uma ameaça à ordem social vigente que deve ser combatida⁴⁷.

⁴⁶ “American feminism is currently dominated by a group of women who seek to persuade the public that American women are not the free creatures we think they are. The leaders and theorists of the women's movement believe that our society is best described as a patriarchy, a "male hegemony," a "sex/gender system" in which the dominant gender works to keep women cowering and submissive. The feminists who hold this divisive view of our social and political reality believe we are in a gender war, and they are eager to disseminate stories of atrocity that are designed to alert women to their plight. The ‘gender feminists’ (as I shall call them) believe that all our institutions, from the state to the family to the grade schools, perpetuate male dominance . Believing that women are virtually under siege, gender feminists naturally seek recruits to their side of the gender war. They seek support . They seek vindication. They seek ammunition . Not everyone, including many women who consider themselves feminists, is convinced that contemporary American women live in an oppressive ‘male hegemony’ . To confound the skeptics and persuade the undecided , the gender feminists are constantly on the lookout for proof, for the smoking gun , the telling fact that will drive home to the public how profoundly the system is rigged against women. To rally women to their cause, it is not enough to remind us that many brutal and selfish men harm women. They must persuade us that the system itself sanctions male brutality. They must convince us that the oppression of women, sustained from generation to generation, is a structural feature of our society” (Sommers, 1994, p.16)

⁴⁷ Interessante observar como no livro Sommers tinha consciência da possibilidade de manipulação de suas elaborações pela extrema-direita. No prefácio, a autora narra que foi questionada por uma amiga sobre a possibilidade dos seus escritos serem utilizados para atacar todas as mulheres. Nesse ponto, Sommers explica

A elaboração teórica de Sommers influenciou o pensamento de Dale O'Leary, que avançou nos conceitos propostos por aquela. Conforme preconiza Rogério Junqueira (2018, p.464), “na ocasião das conferências da ONU, a expressão cunhada por Sommers [*gender feminist ideology*] e suas estratégias discursivas são apropriadas por Dale O'Leary, conferencista autodidata e ensaísta estadunidense, convertida ao catolicismo em idade adulta e membro da Opus Dei desde os anos 1980” .

No primeiro capítulo deste trabalho, mencionei brevemente o ensaio de O'Leary *Gender: the deconstruction of women*, que transitou pela Conferência de Pequim. Em 1997, O'Leary publicou o livro *The Gender Agenda: Redefining Equality* (A Agenda de Gênero: Redefinindo Igualdade), que foi uma revisão do ensaio anteriormente lançado em 1995 e se tornou uma de suas publicações mais importantes. Em *The Gender Agenda*, O'Leary afirma que as feministas utilizam o “gênero” para vender sua ideologia radical, que visa pôr fim à todas as famílias e casamentos. A ONU, segundo a autora, tornou-se cativa de grupos ideológicos perigosos, que utilizam o prestígio e influência da organização para difundir seus esquemas.

Assumindo tons conspiracionistas, O'Leary pontua que o grupo que promove a Agenda de Gênero⁴⁸ na ONU, e se declara feminista, é composto por atores diversos, como controladores populacionais, libertadores sexuais, ativistas dos direitos gays, multi-culturalistas e promotores do “politicamente correto”, extremistas ambientais, neo-marxistas progressistas, e pós modernistas desconstrutivistas. No entanto, para a autora, o termo “feministas de gênero” parece apropriado para denominar os componentes do grupo, pois todos esses atores defendem a Agenda de Gênero e possuem como objetivo incluir a perspectiva de gênero em programas e políticas no setor público e privado.

Ao traçar uma distinção entre as feministas liberais e as radicais, O'Leary afirma que a Agenda de Gênero promovida pela feministas de esquerda sofreu influência de construções marxistas, sobretudo do livro de Engels “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, que tratou a família como primeiro espaço de luta de classes. Segundo O'Leary, o fundamento do feminismo radical e do coração da Agenda de Gênero repousa na eliminação da distinção sexual e no controle da reprodução, uma finalidade preocupante para ela.

Analisando contribuições de teóricas feministas famosas, como Kate Millet, Shulamith Firestone e Judith Butler, O'Leary afirma que as feministas de gênero começaram pela análise

que o objetivo não era deslegitimar a luta feminina e as pessoas que verdadeiramente auxiliam vítimas de abuso, mas as “feministas de gênero”. Hoje, Sommers faz parte da *American Enterprise Institute (AIE)*, uma *think tank* de direita, e é associada a movimentos ultraconservadores.

⁴⁸ Usarei o termo Agenda de Gênero no maiúsculo, seguindo o uso da autora em sua obra.

marxista e se moveram em uma direção diferente, trabalhando para derrubar a família e não o estado:

As feministas radicais e de gênero começaram pela análise marxista, mas se moveram em uma direção completamente diferente dos marxistas econômicos e políticos. Elas não estão trabalhando para uma revolução comunista, mas para uma revolução cultural. Querem derrubar a família, não o estado. Seus inimigos não são os capitalistas burgueses, mas os “puritanos”, os “fundamentalistas”, a “direita religiosa” e a “Santa Sé”. Promovem a vitimologia, a criação de novas classes de “oprimidos”. Declaram-se defensoras da justiça e da equidade, mas seu estilo de justiça e equidade somente se aplica aos “oprimidos”. Ademais, quando essas neo-marxistas alcançam posições de poder, raramente respeitam os direitos daquelas que discordam delas.(O’Leary, 1997, s.p.)

A ensaísta rememora as controvérsias quanto ao uso do “gênero” na Conferência de Pequim, para posteriormente declarar que o modo como o “gênero” foi utilizado em Pequim não condiz com o seu uso em outras conferências. Dessa forma, O’Leary conclui que ao optar por definir “gênero” como o “comumente usado e entendido”, o texto da Plataforma de Ação de Pequim permitiu que a ONU desse continuidade ao seu programa de impor uma perspectiva de gênero ao mundo e de continuar a definir “gênero” como papéis socialmente construídos.

Traduzido para diversas línguas e amplamente citado até hoje, o livro de O’Leary tem sido reconhecido como importante instrumento teórico para os movimentos antigênero, visto que muitas das estratégias discursivas que viriam a ser utilizadas por essas campanhas se ancoram na sua obra. Ainda que não possa ser conferido a autora a invenção da expressão “ideologia de gênero”, “em *The Gender Agenda* a autora já adotava ‘gender’ na acepção em que o termo veio a se tornar recorrente no discurso antigênero, isto é, como sinédoque para rotular de maneira polêmica e negativa as visões feministas” (Junqueira, 2018, p.466).

A influência das obras de Sommers e O’Leary é imediatamente identificada no contexto católico. Reproduzindo diversas passagens da produção de O’Leary, o monsenhor Oscar Alzamora Revoredo redigiu, na Conferência Episcopal Peruana, o informe *La ideología de género: sus peligros y alcances* (1998), considerado o primeiro registro da expressão “ideologia de gênero” em um documento eclesiástico (Junqueira, 2018; Biroli, Machado e Vaggione, 2020). No informe, Revoredo adverte para os ataques que a família e a religião têm sofrido por parte das “feministas de gênero”, cujas ideias ganharam força nos países desenvolvidos e passaram a se disseminar nos países em desenvolvimento.

Um ano antes, o monsenhor Michel Schooyans, consultor do Pontifício Conselho para a Família e ligado a Opus Dei, havia feito uso da expressão “ideologia de gênero” em sua

obra *L'Évangile face au désordre mondial* (O Evangelho Perante a Desordem Mundial) (1997), que contou com o prefácio do Cardeal Joseph Ratzinger, futuro Papa Bento XVI. Esse uso pode ser considerado como um dos primeiros empregos do sintagma, se não o primeiro (Junqueira, 2018; Borba, 2022). Schooyans também foi um dos primeiros a afirmar que os organismos internacionais estavam subjugados aos interesses de “minorias subversivas”, que promovem uma cultura anti família, do “colonialismo sexual” e da “ideologia da morte”. Essas ideias foram trazidas em seu livro *La face cachée de l'ONU* (A face oculta da ONU) (2000) (Junqueira, 2018).

Junqueira (2018, p.467) nos lembra que “mais do que demarcar este (ou outro) como o possível primeiro emprego do sintagma, é oportuno notar que, ali [em *L'Évangile*], ele aparece revestido de sentidos e amparado em elementos retóricos que encontrarão forte eco nas futuras manifestações antigênero”. Assim como O'Leary, Schooyans era próximo a Ratzinger e colaborou abertamente para a construção da retórica antigênero do Vaticano. A Schooyans pode-se dar o crédito de cunhar a expressão “ideologia de gênero”, mas esta somente ganhou atenção pública e influência política devido ao investimento discursivo do Vaticano (Borba, 2022).

Mais adiante, em 2003, a Igreja Católica difundiu suas ideias no “*Lexicon: Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*”⁴⁹. Com prefácio do Cardeal Alfonso López Trujillo, que presidiu a comissão responsável pela publicação da obra e foi Presidente do Pontifício Conselho para a Família, o *Lexicon* é um dicionário com oitenta e um verbetes de teólogos, religiosos e pesquisadores, que dispõe, dentre outros temas, sobre família, aborto, gênero, homossexualidade, maternidade, patriarcado e direitos sexuais e reprodutivos⁵⁰.

Considerado o dicionário antigênero por excelência ou o mais importante repositório da fórmula retórica antigênero (Borba, 2022), ao *Lexicon* é atribuída a propagação da

⁴⁹ O *Lexicon* imputa a cada autor/a a responsabilidade pelo conteúdo dos textos publicados, porém afirma que cada verbete era antecedido por uma breve introdução do Comitê de Coordenação, o que evidenciava o que se considerava seus principais tópicos: “Entende-se a concreta responsabilidade de cada autor a respeito do conteúdo do próprio texto. As introduções sintéticas a cada verbete, como também as notas biográficas dos autores, são fruto do trabalho do Comitê de Coordenação, o qual pôs em evidência as principais linhas de cada artigo” (Pontifício Conselho para a Família, 2003, s.p.).

⁵⁰ Somente a seção de família contava com doze verbetes, o que demonstra a centralidade do tema para a publicação. Entre os verbetes de família constavam “Família Ampliada”, de Giorgio Campanini, “Família e Clonagem”, de Cardeal Alfonso López Trujillo, “Família e Desenvolvimento Sustentável”, de Alban D'Entremont, “Família e Direitos dos Menores”, de Francesco D'Agostino, “Família e Filosofia”, de Hayden Ramsay, “Família e Personalismo”, de Fernando Moreno Valencia, “Família e Princípio de Subsidiariedade”, de José Luis Gutiérrez García; “Família e Privatização”, de Cardeal Alfonso López Trujillo, “Família Monoparental”, de Christa Neves; “Família, Natureza e Pessoa”, de Jean-Marie Meyer, “Família Reconstruída”, de Anna Kwak, e “Família Tradicional”, de Sergio Belardinelli.

“ideologia de gênero” no espaço público (Garbagnoli, 2016). Foi nessa publicação que os objetivos das autoridades eclesiais ficaram evidentes: atacar os direitos sexuais, a cultura da saúde reprodutiva, o aborto, famílias plurais e a livre expressão sexual e de gênero (Junqueira, 2018).

É também no *Lexicon* que a Igreja Romana reivindica o verdadeiro significado das palavras, travando uma disputa semântica em que se busca invalidar os termos dos opositores e ditar os seus (Patternote e Kuhar, 2018; Junqueira, 2018). Falando em uma linguagem “orwelliana”, que inverte o sentido dos conceitos, a obra afirma em seu prefácio lançar luz sobre expressões que têm sido usadas de modo ambíguo ou mesmo ocultam o seu real significado, e que confundem a opinião pública. Foi no *Lexicon* que a aproximação com a ciência se tornou mais evidente, pois a obra foi produzida com a colaboração de teóricas/os e pesquisadoras/es, o que supostamente corrobora a tecnicidade do conteúdo e o seu caráter científico.

No ano seguinte ao *Lexicon*, o Vaticano lançou a “Carta aos Bispos da Igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo”. Na epístola, menciona-se a existência de certas “ideologias” que, de modo errôneo, incentivam o questionamento da família natural biparental, equiparam homossexualidade à heterossexualidade, e promovem um novo modelo de sexualidade polimórfica. Contrapondo essa posição, a carta traz dados doutrinários da antropologia bíblica para reafirmar a visão de uma família unitária e da complementaridade entre homem e mulher, cuja diferença deve ser acolhida e celebrada (Ratzinger, 2004). Desse modo, a Teologia do Corpo é reafirmada e repetidamente propagada na carta.

Cabe, ainda, mencionar os Encontros Mundiais da Família, que se tornaram um espaço importante de difusão da teologia antropológica da Igreja e dos perigos da “ideologia do gênero”. Organizado pelo Pontifício Conselho para a Família⁵¹, o primeiro encontro foi realizado em 1994, ano declarado pela ONU como “Ano Internacional da Família”. À época, tendo em vista os desdobramentos da Conferência de Cairo, o encontro foi visto pelo Papa João Paulo II como uma forma de fortalecer a posição da Igreja e convocar os fiéis para se mobilizarem ativamente contra políticas que abalavam os princípios doutrinários da instituição. Os encontros, que acontecem a cada três anos, têm sido identificados como espaços de ONGuização do ativismo católico, isto é, locais nos quais ONGs autodenominadas

⁵¹ Em 2016, o Pontifício Conselho para a Família encerrou suas atividades e suas competências e atribuições foram assimiladas pelo Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, que hoje organiza os encontros.

pró-vida e pró-família podem resistir às demandas de movimentos feministas e pela diversidade sexual (Vaggione, 2012).

Em conclusão, é possível afirmar que o Vaticano planejou, inventou e definiu a “ideologia de gênero”, em colaboração com setores conservadores sob sua influência, como um discurso e como plano de ação. A “ideologia de gênero” é uma retórica elaborada para mobilizar forças sociais contra mudanças na ordem sexual e reprodutiva que vão de encontro aos ditames da Igreja e deslegitimam a sua posição na ordem mundial (Garbagnoli, 2016; Junqueira, 2018; Borba, 2022). Defendendo uma cosmovisão cultural ameaçada (Vaggione, 2012) e objetivando ganhar influência⁵², o Vaticano, para além de funcionar como laboratório de ideias, promoveu um ambiente fértil para que intelectuais e ativistas se encontrassem e compartilhassem ideias e estratégias, além de fornecer uma rede de difusão articulada e poderosa (Patternote e Kuhar, 2018).

Conforme explica Côrrea, Patternote e Kuhar (2018, p.3), mais do que uma lente que permite uma análise do que ocorreu com a agenda na ONU, a “ideologia de gênero” se tornou uma estratégia de ação da Igreja Católica que “propaga sua interpretação alternativa de gênero através de meios que subvertem a noção a que se opõe”. Assim, as intencionalidades foram postas e produziram efeitos no domínio público por meio da produção discursiva e da mobilização de redes em torno do combate a essa “ideologia”.

Como pontuam Selis e Prado (2021), gradualmente, após a iniciativa da igreja e seus aliados, uma rede de setores não religiosos se somou à luta contra os direitos sexuais e reprodutivos:

Com as novas articulações, a pauta de subtração ou bloqueio dos direitos sexuais e reprodutivos extrapola o campo de uma disputa entre religiosos e os movimentos feministas e LBTQI+. Por uma perspectiva macropolítica, vemos uma rede de interesses plurais sendo costurados nessa batalha pela hegemonia da ética pública (Selis e Prado, 2021, p.4).

Dessa forma, uma ampla gama de atores, com origens e trajetórias diversas, agruparam-se em torno desse inimigo em comum.

3.3 Atores Antigênero

Os movimentos antigênero são compostos por uma heterogeneidade de atores, de espectros políticos distintos, estatais ou não estatais, vinculados ou não a instituições, que,

⁵² Patternote e Kuhar (2018) destacam que a estratégia antigênero da Igreja deve ser colocada como dentro das prioridades do Vaticano no projeto da “Nova Evangelização”. A Nova Evangelização foi um plano construído pela Igreja Romana para ganhar influência em partes secularizadas do mundo e reafirmar a fé de seus seguidores.

unidos em torno de oposições compartilhadas, adaptam, de modo bem sucedido, os discursos para os contextos em que são utilizados, seja em âmbito local, nacional ou regional. O sucesso desses movimentos pode justamente ser atribuído a articulação de atores tão plurais, que usualmente não trabalham juntos (Corrêa, Patternote, Kuhar, 2018). Vistos por Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017) como empreendedores morais que agem dentro de um campo discursivo de ação, tais atores são:

...estruturas eclesiais, organizações e movimentos religiosos e grupos ultraconservadores, aliados ou articulados a diversos setores sociais e forças políticas. Sob variadas formas de atuação, articulação, financiamento e graus de visibilidade, tais cruzadas envolvem, além da hierarquia religiosa, movimentos eclesiais, redes de associações pró-família e pró-vida, associações de clínicas de conversão sexual, organizações de juristas ou médicos cristãos, movimentos e partidos políticos de direita e extrema-direita (e não apenas), profissionais da mídia, agentes públicos, dirigentes do Estado, entre outros. (Junqueira, 2018, p.451).

Como atenta David Patternote e Roman Kuhar (2017), o número de atores pode variar substancialmente a depender de cada país. Em certos países, é possível observar redes extensas e potencialmente competitivas, que podem se dirigir a diferentes grupos eleitorais, ao passo que em outros países as redes são reduzidas e podem se restringir a uma ou duas organizações. Os teóricos ressaltam que alguns atores funcionam como “conchas vazias”, isto é, apresentando uma organização de fachada que parece ser uma organização real e encena a existência de uma longa rede. Kuhar e Patternote indicam, ainda, que a participação de mulheres não pode ser desprezada, visto que muitas ocupam papéis relevantes nessas organizações, incluindo cargos de liderança, assim como a de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, que, por vezes, cruzando-se com a figura do “homossexual arrependido”⁵³, participam da imagem de modernidade e inclusão promovida por esses movimentos.

Ainda que diferentes por natureza e constituição⁵⁴, esses atores compartilham em comum a “interpretação da ‘ideologia de gênero’ como uma ameaça não apenas para o bem

⁵³ Enquanto escrevo esse trabalho, e após a escrita desta seção, deparo-me com a veiculação da notícia de que Karol Eller, influenciadora de direita pró-bolsonaro, havia falecido. Ao que tudo indica até o momento (14/10/2023), tirou a própria vida após retornar de um retiro de “cura gay”. O nome de Eller vinha sendo utilizado como caso de sucesso de conversão lésbica/gay/trans pelos seus propagadores. Karol foi vítima de lesbofobia durante toda a sua vida. Em 2019, Karol foi agredida por simplesmente estar presente em um bar com sua namorada. A aliança de Karol com atores antigênero, usando os termos desse trabalho, demonstra a instrumentalização das vidas consideradas descartáveis pelos agentes desse discurso e em nada apaga as violências estruturais que marcam a sua trajetória.

⁵⁴ Korolczuk (2014) indica que as bandeiras levantadas pelos atores podem ser consideravelmente diferentes. Alguns atores possuem uma agenda abertamente nacionalista, racista e homofóbica. Outros apenas enfocam a proteção da família e das crianças. No entanto, todos esses atores se unem em torno da oposição ao gênero e a ameaça decorrente da propagação dessa “ideologia”.

estar de crianças e da família, como também para a sociedade como um todo e para a civilização cristã” (Korolczuk, 2014, p. 46, tradução minha).

Seguindo a divisão proposta por Patternote e Kuhar (2017) e compartilhada por Denkovski, Bernand e Lunz (2021), irei categorizar esses atores nesta seção em três grandes grupos: os já existentes e bem estabelecidos (velhos atores), os novos atores e os aliados. A listagem aqui descrita não tem a intenção de ser exaustiva, tratando-se, em melhor análise, de um rol exemplificativo da diversidade de atores que compõem os movimentos.

Os velhos atores podem ser descritos como aqueles que já existiam antes da emergência dos movimentos antigênero e estavam organizados, via de regra, tanto no âmbito doméstico como internacional. Em verdade, muitos desses atores utilizaram a “ideologia de gênero” como uma forma de revitalizar o seu ativismo. A título exemplificativo, é possível citar grupos anti-aborto, ONGs pró-família, organizações religiosas, instituições de extrema-direita e *think tanks* (Patternote e Kuhar, 2017; Denkovski, Bernard e Lunz, 2021, Roggeband e Krizsán, 2020).

Dentre esses atores, destacam-se a Igreja Católica e algumas organizações religiosas cristãs (Denkovski, Bernard e Lunz, 2021). Como já mencionado, a Igreja Católica, utilizando-se de recursos políticos e financeiros, teve um papel ativo na construção e divulgação da “ideologia de gênero”, contudo é dada menos ênfase à atuação da Igreja Ortodoxa Cristã, que contribuiu energicamente no desenvolvimento dos movimentos em alguns países do leste europeu, como Rússia e Bulgária (Roggeband e Krizsán, 2020). As Igrejas Evangélicas também têm ganhado evidência nesse processo, sobretudo na América Latina e África, constituindo-se como importantes atores na propagação do discurso desses movimentos.

Em meio às instituições e *think tanks*, chamam a atenção aquelas sediadas nos Estados Unidos, que, desde a década de 90, participaram ativamente em políticas nacionais e fóruns internacionais, visando obstar a aprovação de diretrizes que avançam nos direitos sexuais e reprodutivos e vão de encontro a suas políticas internas⁵⁵. A C-Fam (Center for Family and Human Rights) e a Family Watch International (FWI) constituem bons exemplos. A C-Fam (antes Catholic Family and Human Rights Institute) é uma instituição criada com o objetivo específico de se envolver nos debates políticos da ONU e de outras instituições internacionais,

⁵⁵ Em seu site, ao tratar dos direitos sexuais, a FWI assim se posiciona: “We oppose efforts by UN agencies, activist groups and developed countries, including the United States, to impose ‘sexual rights’ (heterosexual or homosexual) on developing nations and especially on the innocent children of those nations. We condemn coercive tactics such as the withholding of critical aid money to pressure countries to comply with the sexual rights agenda”.(Family Watch, 2023).

em defesa da família e da vida. A FWI possui papel similar. Afirmando defender a família e os valores familiares com base em pesquisa e dados científicos, a organização se opõe à tópicos como aborto, relações sexuais antes do casamento, controle de natalidade e educação sexual. Ambas as instituições possuem matriz cristã, atuam ativamente em outros países e possuem status consultivo na ONU.

Ainda quanto aos velhos atores, vale ressaltar que possuem como atributo relevante uma rede bem estabelecida dentro da política nacional e internacional, o que lhes dá o poder de influenciar processos políticos. Além das redes influentes, são atores com aparato financeiro significativo e, de modo geral, mais bem financiados do que grupos e organizações feministas e de direitos humanos, o que promove uma disputa desigual no terreno político. Essa condição econômica é utilizada para alcançar seus objetivos e dar impulso às suas agendas (Denkovski, Bernard e Lunz, 2021; Roggeband e Krizsán, 2020; Denkovski, Kreitlow, 2021).

O grupo de novos atores, por sua vez, diz respeito a aqueles atores que foram criados com o propósito único de se opor à “ideologia de gênero”. Tais grupos incluem iniciativas da sociedade civil e associações de “cidadãos preocupados”, que são, em muitos casos, responsáveis por iniciar campanhas antigênero de mobilização em massa e ocupar o espaço público de forma expressiva, por meio de aparições na mídia e grandes protestos (Patternote e Kuhar, 2017). Compõem esse grupo ONGs, associações, comitês parlamentares de partidos políticos, plataformas e grupos online, e grupos dissidentes de organizações já existentes (Patternote e Kuhar, 2017; Korolczuk, 2014). O movimento *La Manif Pour Tous*, na França, é um dos casos mais citados. Podemos citar, no Brasil, a Rede Nacional em Defesa da Vida e da Família, no México, a Frente Nacional por La Familia, e, no Peru, o movimento *Con Mis Hijos No Te Metas*. Temos, ainda, na África do Sul, a Family Policy Institute e o SA Teacher Union, este último um sindicato de professores que combate a educação sexual nas escolas.

É possível observar um padrão explícito nesses grupos, que dialogam entre si, inspiram-se uns nos outros e, inclusive, compartilham símbolos visuais muito similares (Patternote e Kuhar 2017, 2018; Kováts e Põim, 2015):



À esquerda, figura de símbolos de movimentos antigênero europeus produzida por Patternote e Kuhar (2017, p.269). À direita, figura produzida por mim, com os símbolos utilizados pelo Grupo Pró-Família, no Brasil, pela Life & Family Foundation, em Uganda, e pela Frente Nacional por La Familia, no México.

No que diz respeito aos aliados, podemos defini-los como um grupo bastante plural, composto por acadêmicos⁵⁶, políticos, jornalistas e entidades atuantes na mídia (Patternote e Kuhar, 2017). Os aliados podem ser indivíduos agindo isoladamente ou podem participar de uma organização política ou da sociedade civil. Partidos políticos estabelecidos ou seus membros podem ser aliados das campanhas antigênero, como forma, em certas situações, de angariar votos das/os eleitoras/es, construir alianças políticas e ampliar sua visibilidade e imagem pública (Denkovski, Bernard e Lunz, 2021; Patternote e Kuhar, 2017).

Como caso ilustrativo mais recente, convém mencionar a figura do político estadunidense Ron De Santis. O atual governador da Flórida e pré-candidato à Casa Branca assinou, em 2023, seis projetos de lei que restringem os direitos das pessoas LGBTQIAPN+ no estado (Human Rights Campaign, 2023). Anteriormente, o político já havia assinado leis que restringiam o acesso ao aborto (Borner, 2022). Em maio de 2023, De Santis declarou que a “ideologia de gênero” não tinha espaço no sistema educacional da Flórida e que as crianças devem ter o direito de desfrutar a sua infância sem uma “agenda” sendo “empurrada pelas suas gargantas” (TVC News Nigeria, 2023).

As falas do estadista não se afastam daquelas manifestadas em diversas oportunidades por outros políticos de alta representação institucional, como os ex-presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump. Em 2022, durante a campanha eleitoral, o ex-presidente brasileiro afirmou que seu governo defende a família e é contra a “ideologia de gênero”, pois a inocência das crianças deve ser preservada (Hessel, 2022). Trump, por sua vez, em seu primeiro comício

⁵⁶ Kuhar e Patternote (2017) indicam que não só acadêmicos como departamentos universitários inteiros ou mesmo instituições educacionais podem estar fortemente envolvidas.

para as eleições presidenciais estadunidenses de 2024, afirmou que irá “derrotar o culto à ideologia de gênero para reafirmar que Deus criou dois gêneros, masculino e feminino” (Sharma, 2023, s.p., tradução minha). O uso da “ideologia de gênero” como estratégia de campanha eleitoral é perceptível nos três casos citados. As declarações foram feitas para grandes públicos e possuíam um claro objetivo de apelo às/aos eleitoras/es.

3.4 Interpretações dos Movimentos Antigênero

Esforços teóricos têm sido realizados para buscar compreender os movimentos antigênero, suas instaurações e as inter-relações com o cenário político-econômico atual. Sem a intenção de esgotar essas investigações, visto que esse estudo demandaria um trabalho autônomo, proponho-me, nesta seção, trazer à baila algumas das teorizações que têm sido realizadas e os principais pontos de reflexão levantados. Para tanto, utilizo como referência a esquematização proposta por Ezster Kováts (2017), sem, no entanto, me restringir a ela.

Assim como a teórica, não me debruçarei sobre a análise que atribui a ocorrência dos movimentos antigênero ao desconhecimento e ignorância de parte da população, afirmando que basta explicar o conceito de gênero e de igualdade de gênero de modo compreensível para encerrar a questão. Essa interpretação já se provou errada (Grzebalska and Soós, 2016, apud Kováts, 2017; Kováts, 2015, apud Kováts, 2017) e não é sustentada pela maior parte da literatura.

Diferentemente da autora, não tratarei das análises que deram enfoque unicamente às circunstâncias nacionais e regionais para explicar os movimentos. Essas abordagens foram construídas, principalmente, no começo das campanhas (Kováts, 2017). Desde então, diversos estudos apontaram a natureza transnacional dos movimentos antigênero (Borba, 2022; McEwen, 2020; Korolczuk, 2014; Kováts, 2018; Corrêa, 2018; Junqueira, 2018; Patternote e Kuhar, 2017, 2018; Peto, 2015), de modo que exames que se resumem a contextos nacionais e/ou regionais se revelaram insatisfatórios para compreensão desse fenômeno.

Por fim, as análises que atribuem as mobilizações antigênero como fruto de um plano de dominação da Igreja Católica também não serão discutidas. Como já foi exposto e reconhecido neste trabalho, a Igreja Católica teve um papel primordial na promoção da “ideologia de gênero”, além de ser um dos principais atores nessas campanhas, continuamente mobilizando e difundindo um discurso moral que enxerga como ameaça essa “ideologia”. Entretanto, a relevância da Igreja não pode ser confundida com um comando dos movimentos.

As campanhas são altamente organizadas e bem financiadas, mas não são centralizadas (Denkovski, Bernarding e Lunz, 2021).

Ademais, a Igreja Católica é composta por uma pluralidade de vozes, muitas das quais se colocam favoráveis às pautas antagonizadas pelas campanhas. O movimento Católicas pelo Direito de Decidir constitui uma das referências mais notáveis. O movimento não faz parte da organização oficial da Igreja, porém aglomera setores progressistas da entidade que não coadunam com a visão moral mais restrita imposta pelo Vaticano. A teologia feminista construída por muitas mulheres católicas também teve um papel central nesse processo de contestação. O nome de Rosemary Radford Ruether pode ser mencionado como uma expoente nesse processo. Além disso, mesmo dentro da estrutura eclesiástica, não é possível observar uma uniformização, existindo disputas em face das diretrizes do Vaticano. As narrativas que colocam a Igreja no centro do movimento colaboram, de certa forma, para uma concepção restrita de que a Igreja é um bloco monolítico, sem contestações internas.

3.4.1 Backlash Conservador

Em 1990, Susan Faludi lançou o livro *“Backlash: The Undeclared War Against American Women”*. Segundo Faludi (2001), desde o final dos anos 70 é possível observar um poderoso contra-ataque aos direitos das mulheres, que objetiva um retrocesso, uma tentativa de reduzir as pequenas e sofridas vitórias angariadas pelos movimentos feministas. A esse refluxo antifeminista, a autora denomina como *backlash*. Desde a publicação de Faludi, o termo invadiu o vocabulário acadêmico e dos movimentos sociais, servindo como conceito analítico⁵⁷ para a interpretação de diversos fenômenos políticos e sociais, incluindo a ofensiva conservadora que tem acontecido nos últimos anos.

Seguindo essa perspectiva, os movimentos antigênero são vistos como um backlash conservador contra os direitos alcançados pelas mulheres e a população LGBTQIAPN+ (Roggeband e Krizsán, 2020; Corredor, 2019; Zaremborg, Tabbush e Friedman, 2021). Dessa forma, o objetivo desses movimentos é retornar ao status quo anterior, no qual grupos feministas e LGBTQIAPN+ não haviam atingido suas reivindicações e a supremacia social das forças sociais conservadoras não estava ameaçada. Essa narrativa, tão sedutora quanto

⁵⁷ Através da contribuição de diversas/os teóricas/os, o conceito tem se reconfigurado, ganhando novas perspectivas. Contudo, a sua base parece se manter a mesma. Trata-se de uma ação retrógrada que busca reverter uma condição social anterior (efetivamente alcançada ou não).

simplista (Kováts, 2017), pode ser enganosa (Patternote, 2020), e suas fragilidades serão expostas adiante.

De acordo com David Patternote (2020), a atual ofensiva exprimida pelos movimentos antigênero é, sem dúvidas, uma resposta às conquistas que ocorreram nos anos 1990 e 2000, mas não se limita unicamente a essa dimensão reativa. Há, de igual forma, um caráter produtivo⁵⁸. Indicando os limites teóricos dessa visão, Patternote suscita alguns questionamentos.

Primeiro, o autor defende que a concepção de *backlash* se baseia em uma interpretação mecânica da história, na qual certos setores instintivamente lançariam uma contra ofensiva. Essa percepção, além de reproduzir uma concepção histórica causal, já rechaçada pelas/os historiadoras/es, implica em uma simplificação e homogeneização dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, vistos necessariamente como agentes que ameaçam privilégios e devem ser combatidos. Segundo Patternote, os estudos que expõem a cooptação e adaptação do feminismo pelo neoliberalismo ou investigam o homonacionalismo demonstram os modos como o poder pode se apropriar de pautas de igualdade de gênero e sexual.

Outro ponto problemático para Patternote diz respeito à noção de progresso suscitada pelo uso do *backlash*. Essa visão costuma compreender o futuro como um espaço de mais avanço e igualdade do que o passado, trazendo uma percepção linear da história que apaga a complexidade das dinâmicas políticas existentes.

Chama atenção para o teórico, ainda, as oposições binárias e reducionistas que são levantadas por essa narrativa:

...the backlash narrative tends to gather extremely different actors under the same umbrella. For this reason, it can lead to hasty and binary categorisations, which do not allow us to see the diversity and the tensions in a complex array of forces and actors. Several of them — like Catholics and Evangelicals, or Catholic and Russian Orthodox communities — are not known for their good relations and have historically opposed each other. Similarly, the Right is a complex constellation of actors of whom not all support anti-gender politics, while some individuals generally classified on the Left have openly endorsed them. Therefore, we need to understand how these complex assemblages are sustained and what is the “glue” sticking them together. Furthermore, such binaries often rely on normative perspectives which tend to gather actors in two groups: us vs. them, or those we like vs. those we dislike. Such accounts do not only overlook the tensions and rivalries that animate each camp. Against the critiques raised by intersectionality scholars, they also tend to reinforce the fictional unity of feminism or LGBTI activism. We all know, for instance, that issues like prostitution, surrogacy or trans rights profoundly divide progressive gender and sexuality communities. There is no reason to assume that conservatives are less divided (Patternote, 2020, s.p.).

⁵⁸ O Consenso de Genebra, como sustento nesse trabalho, se enquadra na dimensão produtiva desses movimentos.

No entendimento de Patternote, a narrativa de backlash não só carrega problemas teóricos como se coloca contra achados empíricos. Os movimentos antigênero são mobilizados por questões bastante diversas, como direitos sexuais e reprodutivos, direitos LGBTQIAPN+ e “gênero”, o que torna imprudente deduzir qualquer relação causal entre reivindicações e reformas específicas e formas de oposição.

Ao citar os casos da Bulgária e Romênia, países nos quais os movimentos chegaram tardiamente, atingindo o seu ápice em 2018, Patternote menciona que as campanhas, apesar de simultâneas e semelhantes, visavam alvos distintos: na Bulgária, a Convenção de Istambul para prevenção e combate a violência contra as mulheres⁵⁹ e, na Romênia, a definição constitucional de casamento. Para o sociólogo belga, essa observação sugere que as reações estavam prontas antes de qualquer ação, o que deve nos convidar a refletir acerca de uma ação progressista que precede uma reação conservadora. Em verdade, em diversas localidades, as campanhas antigênero são lançadas como prevenção para impedir a construção de reivindicações e reformas específicas.

Guardando posição similar, Elzbieta Korolczuk (2014) conclui que o conceito de *backlash* deve ser repensado por acadêmicas/os e ativistas, visto que o entendimento de que há uma reação adversa quanto a políticas que já ganharam popularidade, proeminência, ou influência não é um modelo prolífico. Citando países como Polônia, Ucrânia, e Rússia, espaços em que a emancipação feminina e da comunidade LGBTQIAPN+ tem sido frágeis, desiguais e longe de revolucionárias⁶⁰, a autora acredita que “a guerra contra o gênero deve ser vista como sinal de uma revolução (feminista) inacabada, no lugar de um *backlash* contra um objetivo já atingido” (Korolczuk, 2014, p.52).

Transpondo para a América Latina, essa concepção demonstra com mais força sua debilidade. Na região, a presença histórica relativamente recente de regimes ditatoriais, conjugada com as marcas coloniais, dificultou que as lutas por justiça social, que ganharam novo vigor no período de redemocratização, atingissem um grau de intervenção que desestruturava decisivamente o tecido social cisheteropatriarcal⁶¹. Desse modo, falar em

⁵⁹ A Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, também conhecida como a Convenção de Istambul, é um tratado internacional de direitos humanos que tem sido contestado por campanhas antigênero em alguns países da Europa. Criada em 2011, entrou em vigor em abril de 2014 e foi assinada pela União Européia em 13 de junho de 2017.

⁶⁰ A posição da autora parece indicar que no Ocidente houve um alcance de igualdade e emancipação feminina e da comunidade LGBTQIAPN+, em oposição aos países do leste europeu. Nesse sentido, compartilho da reflexão de Kováts (2017), a crítica ao *backlash* feita por Korolczuk é relevante, no entanto, a divisão Leste-Oeste que se defende por esta é questionável.

⁶¹ A título ilustrativo, destaco que somente em 2023, através do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 779, o STF rejeitou definitivamente a tese da “legítima defesa da honra” para crimes de feminicídio. A tese, que era utilizada para justificar o comportamento do acusado e afastar sua condenação,

backlash pode equivocadamente nos levar a pensar que um espaço bem sucedido de garantia de direitos foi alcançado.

Com isso não pretendo afirmar que esse “estágio” foi alcançado em qualquer outra região do globo, reforçando concepções de progresso e atraso ligadas a oposições do Norte e Sul Global. O objetivo é ressaltar a fragilidade desse discurso, que fica mais evidente na nossa região, marcada por processos violentos específicos em que as desigualdades sociais, raciais e de gênero são acentuadas. Se existia uma (falsa) noção de conquista plena de direitos em parte da Europa, essa percepção política sequer pode ser transportada para terras latino-americanas.

Soma-se a essas considerações, ainda, os problemas políticos do uso dessa narrativa. Patternote (2020) pontua que essa visão isola gênero e sexualidade do resto da sociedade, obliterando outras dinâmicas de poder que constroem essas agendas, como ansiedades culturais e raciais sobre a reprodução da nação, sua “pureza” e o “futuro da civilização europeia”. Dessa forma, impede-se a construção de redes de solidariedade e coalizões plurais entre atores progressistas que estão na mira dessas campanhas. Aplicada ao extremo, essa narrativa, segundo o autor, leva a uma auto-censura, posto que se considerar que a reação conservadora advém da ação progressista, uma das estratégias mais razoáveis seria simplesmente abandonar as reivindicações mais controversas e se auto censurar, na esperança de barrar o *backlash*.

Kováts (2017, 2018) possui colocações interessantes quanto às críticas a essa interpretação, que guardam similitudes com as já mencionadas. Segundo a teórica, as/os ativistas diretamente envolvidas/os com o campo estão mais sujeitas/os a enxergarem apenas o ataque a seus trabalhos e conquistas, adotando uma postura defensiva e reduzindo a interpretação a um *backlash* perpetrado injustamente pelos oponentes. Entretanto, é preciso ter prudência com essa posição, que também é moralmente confortável, pois corre-se o risco de produzir acriticamente dicotomias pró *versus* contra, nós *versus* eles.

De acordo com Kováts (2017, p.182), a constatação de que esses “movimentos aparecem simultaneamente, parcialmente coordenados e apresentam ligações transnacionais, indicam que há algo a mais do que simplesmente o patriarcado e a heteronormatividade revidando”. Há, evidentemente, uma luta contra os termos em que a igualdade é definida pelos atores progressistas, mas esses movimentos não são necessariamente anti-feministas e anti-homofóbicos e não devem ser compreendidos como uma mobilização contra a igualdade.

afirmava que o assassinato ou a agressão eram aceitáveis quando a conduta da vítima supostamente feria a honra do acusado e dava causa ao ato violento. Essa tese defensiva, que parece gritar a plenos pulmões os valores arcaicos de uma sociedade cisheteropatriarcal, era amplamente utilizada nos Tribunais do Júri.

As posições acima levantadas demonstram as limitações desse quadro interpretativo, que enxerga um processo de ação/reação tão ingênuo quanto automático. Uma análise mais apurada, que revela as complexidades desse fenômeno e não recai em dimensões reducionistas, é fundamental para a sua compreensão.

3.4.2. Populismo de Direita

A correlação entre os movimentos antigênero e o populismo de direita tem sido amplamente reconhecida pelos estudos do campo. Diversos trabalhos têm se dedicado a analisar as sobreposições entre ambas as concepções, que, por vezes, parecem se entrelaçar de modo inseparável. Para este tópico, apresentarei brevemente o diagnóstico de Nur Sinem Kourou como ilustrativo das análises que colocam o populismo de direita no centro dos movimentos antigênero ou enxergam esses movimentos como mais um elemento da onda da direita populista.

Em seu artigo intitulado “*Right-Wing Populism and Anti-Gender Movements: The Same Coin with Different Faces*”, Kourou (2020) se propõe a expor as relações entre o populismo de direita e os movimentos antigênero, desvelando os “gatilhos comuns” que os aproximam. Remetendo suas origens à década de 90, a autora reconhece que os movimentos antigênero não são um fenômeno novo, no entanto, afirma que esses movimentos se desenvolveram e popularizaram após o encontro com atores da direita populista.

Ao afirmar que o populismo e os movimentos antigênero possuem como base a insatisfação de pessoas “comuns”, que se insurgem contra instituições e valores estabelecidos, Kourou identifica que há um compartilhamento do discurso “nós” contra “eles”. Nesse sentido, a “ideologia de gênero” adiciona uma nova dinâmica e se torna um conteúdo útil para os populistas justificarem a emancipação do povo contra uma elite corrupta. A nação, assim, precisa ser moralmente e demograficamente salva.

A autora elenca três gatilhos para constatar a proximidade entre os movimentos antigênero e o populismo de direita: anti-institucionalismo, que permite a mobilização da população contra instituições, seus valores e normas; nativismo, uma característica dos partidos populistas de direita e que se manifesta no gênero e populismo através de políticas anti-imigratórias e pró-família⁶²; e conservadorismo, um atributo facilmente reconhecível nos

⁶² “When it comes to the presence of populist right-wing and anti-gender movements in the local, they underline facing problems and concerning issues in terms of their own culture, and lives of ordinary people. Therefore, when they constitute skepticism towards the EU and the Brussels elites, they focus on their national authenticities which is called nativism and causes to promote family-mainstreaming policies to protect such as

movimentos antigênero, mas que, segundo a teórica, costuma passar despercebido no populismo⁶³.

Outros vínculos têm sido identificados pelos estudos do campo além dos apontados pela autora. O modo como os discursos populistas e antigênero mobilizam a resistência à globalização e apelam para ansiedades raciais e nacionais é relatado como central para suas constituições. Além disso, há o compartilhamento de mecanismos retóricos similares, como teorias conspiracionistas, bodes expiatórios, dicotomia vítima-perpetrador e políticas do medo (Patternote e Kuhar, 2018).

A análise de Kourou, assim como as análises que seguem caminhos similares, precisa ser considerada com ressalvas. É preciso ter cautela ao visualizar esses fenômenos como inexoravelmente unidos ou, como indica o título do artigo da autora, “diferentes faces da mesma moeda”. Em primeiro lugar, os movimentos antigênero não se ligam, necessariamente, aos populismos de direita, surgindo, igualmente, na linguagem de atores de esquerda, como o do ex-presidente equatoriano Rafael Correa. Em diversas oportunidades, Correa criticou a “ideologia de gênero” ao afirmar que essa ideologia tem como objetivo destruir a unidade familiar e atentar contra as leis naturais. O ex-presidente não se colocou contrário aos movimentos feministas e de mulheres na oportunidade das declarações, entretanto, fez sérias críticas a uma “ideologia” que, segundo ele, promove barbaridades, corrompe jovens e faz parte da ala “fundamentalista” desses movimentos (Infobae, 2014; Mora, 2014).

Vale ressaltar, ainda, que populistas de direita não se colocam, de modo automático, como inimigos da “ideologia de gênero” ou contestam a igualdade sexual e de gênero (Kováts, 2018; Patternote, Kuhar, 2018):

Second, unlike defenders of “gender ideology”, right-wing populists do not necessarily oppose gender and sexual equality. For instance, as widely discussed in the literature on femo- and homonationalism (e.g., Bracke, 2012; Farris, 2017; Mepschen, Duyvendak, & Tonkens, 2010), some actors labeled as right-wing populists have increasingly endorsed women’s and LGBT rights, especially in Northern Europe. This is particularly true when these rights are used to stigmatize

being French, German, Polish and so on. By this way, dual activism underline their claim by giving a voice back to the people” (Kourou, 2020, p. 06)

⁶³ “When it comes to analyzing the relationship between populism and anti-gender, conservatism shows itself as the primary indicator to comprehend it. As Akkerman notes, the conservative attitude of the (right-wing populist) parties activates in the domain of family relations which all have traditional ideas.

Needless to say, populist right-wing parties are not classified as a traditional conservative party, actually these parties could not be defined to any familiar forms or terms of politics. Yet, as a new mainstream actor, populist includes several features and ideologies that are generally based on the right side of political spectrum”. (Kourou, 2020, p.07)”.

specific populations like migrants and people with a Muslim background (Patternote, Kuhar, 2018, p. 13)

O trecho acima destacado indica que a defesa dos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+ pode ser, inclusive, uma estratégia política para produção e manutenção de políticas racistas e xenófobas, sobretudo por parte de populistas de direita. Ao analisar as políticas de seis partidos populistas de extrema-direita de expressão na Europa Ocidental, Tjitske Akkerman (2015) demonstra, por meio de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, como a manipulação dessas bandeiras pode ser uma tática retórica e instrumental para agendas anti-imigração e anti-islã:

It is clear that, as far as radical-right parties have become liberal by demonstrating a positive commitment to gender equality (or gay rights), this liberal profile is highly instrumental to an anti-Islam and anti-immigration agenda. The commitment to liberal principles in this policy domain is mainly rhetorical: the parties do not devote much attention to concrete proposals for supporting gender equality or gay rights among immigrants. When it comes to concrete policies, conservative views of gender relations predominate (Akkerman, 2015, p.58)

Por outro lado, é preciso compreender que, ao visualizar as mobilizações antigênero por meio das lentes do populismo, há grandes chances de se perder de vista contextos particulares de certas regiões, como a América Latina, em que o populismo possui um histórico regional muito peculiar e não pode facilmente ser encaixado em uma divisão “direita-esquerda” (Biroli, Machado & Vaggione, 2020; Côrrea, Patternote, Kuhar, 2018; Patternote, Kuhar, 2018). A interpretação do fenômeno através desse viés interpretativo toma unicamente como base o processo de construção e articulação desses movimentos na Europa e Estados Unidos, desconsiderando que os movimentos antigênero não só se fazem presentes em outras localidades como são expressivos nelas.

Dessa forma, é preciso desembaraçar os movimentos antigênero do populismo de direita (Patternote, Kuhar, 2018) e promover investigações que vão além dessa moldura. Com isso, não pretendo negar o imbricamento entre ambos, mas tão somente ressaltar que há limites analíticos para as investigações que se restringem a essa junção. A interpretação que será exposta a seguir parece indicar direções mais proveitosas.

3.4.3 Gênero como cola simbólica

Diferentes trabalhos têm reconhecido o uso da “ideologia de gênero” como um significativo vazio (Junqueira, 2018; Garbagnoli, 2019; Corrêa e Kalil, 2020; Hemmings,

2021; Patternote e Kuhar 2018; Côrrea, Patternote e Kuhar, 2018), que aproxima e aglutina reivindicações políticas de agentes que buscam promover suas próprias agendas. Nessa interpretação, uma ampla gama de atores, com projetos políticos distintos, agrupam-se no que Andrea Peto (2015), junto com Eszter Kovats and Weronika Grzebalska, convencionou chamar de *cola simbólica do gênero*, isto é, o uso de argumentos contrários ao gênero como um disfarce para a promoção de uma mudança profunda nos sistemas políticos e de valores. Assim, a crítica ao gênero é vista como uma cola simbólica que serve como bandeira para reunir insatisfações que possuem origens em crises sócio-econômicas, políticas e culturais da democracia liberal (Kováts, 2017, p.185).

Quando chamada a refletir acerca da (então) recente proibição dos estudos de gênero na Hungria, Peto (2018) pontuou que as forças políticas que se agrupam em torno da oposição ao “gênero” buscam uma alternativa ao sistema atual, por meio da tentativa de construção de um novo consenso:

The concept of ‘gender’ is used to mobilize very different political forces to construct one, united enemy to hate, in this case, the gender studies scholars and practitioners. Also it has become a central rhetorical tool of those efforts that try to determine for the wide audience what “pure reason” should mean, and thereby try to create a new consensus of what should be seen as normal and legitimate. That the kind of social mobilisation that incites hatred against the “gender ideology” and against political correctness is not only demonising the worldviews of its opponents and rejecting the human rights paradigm that has for a long time been the basis of the relative consensus in Europe and North-America, but is also providing an alternative that is realistic and seems acceptable to many people – as it is focusing on the family, the nation, religious values and the freedom of speech. This alternative is especially attractive because it is based on the positive identification with the individual’s decision and because it promises them a safe community that provides a remedy to individualism and estrangement.(Peto, 2018, s.p.)

A fala da teórica demonstra que esses atores - que contestam a ordem democrática (neo)liberal por ter sido ineficaz em cumprir as suas promessas de progresso e desenvolvimento social e econômico - possuem um desejo de transformação, que é canalizado em torno da defesa de certos valores e políticas (família, nação, liberdade de expressão) e da demonização de outros (“ideologia de gênero”, imigração, cosmopolitismo, globalização, estudos críticos).

Nesse quadro, a relação entre o Estado e os cidadãos também ganha destaque. O Estado passa a ser antagonizado por representar o fracasso do modelo liberal de democracia e, em verdade, há uma oposição “não apenas às visões feministas como também a própria ideia que direitos individuais devem ser protegidos pelo Estado, e que a intervenção estatal na esfera privada pode ser legítima e desejável” (Korolczuk, 2014, p. 50, tradução minha).

Abordando os efeitos decorrentes do neoliberalismo no Norte Global, Wendy Brown (2020) destaca como a racionalidade neoliberal teve um papel fundamental para mobilizar e legitimar forças antidemocráticas na segunda década do século XXI. Segundo a autora, apesar desse cenário não ser um produto originalmente desejado pelos criadores dessa doutrina, as formulações neoliberais que negaram a ideia do social e do poder político democrático nos Estados Nação⁶⁴ contribuíram para que essas forças ganhassem espaço e atribuíssem à democracia a culpa pelo estado atual de coisas.

Conjugando a reprovação neoliberal do político e do social, que promoveu ataques à democracia, igualdade e sociedade, com a masculinidade branca de classe média ferida⁶⁵, há, segundo Brown, a promoção de uma liberdade desinibida utilizada pelas forças conservadoras para atacar e destruir a igualdade racial, de gênero e sexual, a educação e a esfera pública civil. Esses ataques, concretizados em nome da liberdade e moralidade, possuem raízes em um colapso sócio-econômico. Mas não apenas. Brown reconhece que o neoliberalismo não é a origem das forças antidemocráticas, mas contribuiu substancialmente para a sua ascensão no contexto atual. Racismo, sexismo e colonialismo são componentes sociais estruturantes, que ganharam novas configurações com a crise neoliberal.

Compartilhando posição similar, Nancy Fraser (2018) afirma, em sua análise do cenário estadunidense, que a crise sistêmica atual do neoliberalismo progressista⁶⁶ - um neoliberalismo que jamais visou abolir hierarquias sociais, mas apenas disfarçá-las, “empoderando” minorias raciais, sexuais e de gênero - gerou um descontentamento que deixou em aberto um espaço político para ascensão de vozes hiper-reacionárias. A autora denuncia a aliança dos movimentos sociais progressistas com o pensamento neoliberal e como essa aliança, que trouxe ao neoliberalismo uma aparência falsamente progressista, foi incapaz de impedir a dizimação dos padrões de vida da classe trabalhadora e da classe média. De fato, nunca verdadeiramente o quis. Dessa forma, o projeto neoliberal nutriu uma criação abominável que, paradoxalmente, tem se voltado contra si mesmo.

⁶⁴ Tomando como referência as contribuições marxistas e foucaultianas quanto ao neoliberalismo para construir seu argumento, Brown enxerga o neoliberalismo como um projeto desdemocratizador. Segundo a autora, o fundamento da democracia é o social, que sofreu um assalto com as formulações neoliberais que precarizaram a vida da população, incentivando políticas econômicas voltadas exclusivamente ao mercado e destinando a responsabilidade pelas demandas sociais à esfera privada. Se o social é atacado e minado, é possível falar, efetivamente, em ordem democrática?

⁶⁵ Segundo Brown (2020, p.17): “Compreender as raízes e as forças da situação atual requer avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberais, e não somente as condições econômicas e os racismos persistentes que a geraram. Significa avaliar que a ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas se deve à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também delineada por mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade”.

⁶⁶ Como neoliberalismo progressista a autora entende a aliança entre dois companheiros improváveis: principais correntes liberais dos movimentos sociais e os setores financeiros da economia estadunidense.

Ao tratar do contexto da América Latina, Sônia Corrêa e Isabela Kalil (2020) ressaltam as fragilidades, limites e inclinações da democracia liberal, que não foi suficiente para obstar os problemas estruturais característicos da região:

Por otro lado, las condiciones latinoamericanas también exigen que sean considerados la fragilidad, límites y sesgos de las democracias mismas, como por ejemplo, un legado profundo de autoritarismo social e institucional que la adopción de nuevas constituciones y marcos normativos sólidos de derechos humanos no transformó por completo. Sus síntomas más evidentes son el machismo y el racismo impregnados en las formaciones sociales y la presencia espectral de los militares en la política de varios países. También hay que tener en cuenta una larga tradición de fronteras borradas entre lo público y lo privado y distorsiones de los sistemas políticos que constituyen un terreno fértil para el populismo, el clientelismo y la corrupción. Finalmente, pero no menos importante, en algunos de los contextos analizados por el proyecto no se puede aprehender los procesos de erosión de la democracia sin tener en cuenta las causas, significados e impactos de la violencia estructural asociada al conflicto armado, como en Colombia, pero también a conflictos por tierra y recursos naturales, y, más específicamente, la guerra contra las drogas que reitera y reproduce la violencia del narcotráfico.

Assim, diante desse caldo político que se constrói em um momento crítico, de crise social, política e econômica, os movimentos antigênero se formaram utilizando a “ideologia de gênero” como um significante vazio, que pode explorar diferentes medos e ansiedades, servindo como um guarda-chuva para se adequar a diferentes projetos políticos, que rejeitam a atual ordem (Grzebalska, Kováts e Peto, 2017; Corrêa, Patternote e Kuhar, 2018; Hemmings, 2021).

Em verdade, a pluralidade dos movimentos antigênero demanda uma análise complexa, que permita observar as novas coalizões políticas decorrentes desses movimentos, mas que também possibilite compreender as características singulares das localidades que apresentam suas manifestações. O conceito de cola simbólica de gênero é uma das formas de avaliar esse fenômeno, fornecendo uma ferramenta analítica eficaz para sua compreensão. No entanto, é preciso avançar na sua construção, que não está, como qualquer produção teórica, acabada e insuscetível à contestação.

Não obstante explicar a união de atores e de agendas, o conceito de "cola simbólica" não revela os motivos pelos quais o “gênero” funciona tão bem como aglutinador. O fundamento levantado de que se trata de um significante vazio não desvenda completamente o seu uso. Outros significantes vazios têm sido utilizados para construir alianças e mobilizar mudanças. Os ataques aos estudos críticos da raça e às políticas migratórias podem ser indicados como dois desses casos⁶⁷. Contudo, o grau de mobilização que “gênero” tem

⁶⁷ A depender das localidades, esses significantes variam. No Brasil, o combate à corrupção pode ser apontado como um deles.

levantado ocorre em uma escala sem precedentes. Uma das justificativas, a meu ver, parece repousar na consideração feita por Garbagnoli (2019), ao citar Christine Delphy, quando detida na reflexão acerca da “ideologia de gênero”:

This rhetorical device acts efficaciously because it reaffirms in a new manner that the sexual order transcends history. This belief, far from being specific to the Catholic Church, is largely shared by many social actors. Thanks to the strength of the arrangements naturalizing sexual norms, sex and sexuality tend to be socially perceived as natural facts. ‘Gender ideology’ has the power to create a moral panic because it concerns what is deeply believed and inscribed in our categories of perception, appreciation, and action as natural. As Christine Delphy writes, without the system of gender we lose our points of reference and ‘humankind itself seems to be in danger’ (Delphy 2001: 31). In this sense, she argues, gender, that is the system producing men and women as two complementary natural groups, operates as a cosmology: a world without gender seems unthinkable. So those feminist or LGBT theories and claims contrasting the idea that sexes are natural and complementary groups destabilize a deeply rooted belief (Garbagnoli, 2019, p.200).

Desse modo, como indicam as autoras, desestabilizar o sistema de gênero é provocar um desarranjo social de uma crença tão profundamente arraigada, que sua perturbação é intolerável. A sua defesa se torna um imperativo moral e existencial. A cola do “gênero” possui êxito, portanto, diante do apelo a um temor visceral de alteração de uma organização social da qual não se concebe transformação.

3.5 Argumentos

Os movimentos antigênero utilizam uma variedade de argumentos para trazer legitimidade a suas agendas. Desde narrativas fomentadoras de medo, que identificam ameaças à infância, nação e família, até narrativas que afirmam que a igualdade de gênero já foi atingida, que a biologia e a religião são os pilares sociais ou mesmo que o gênero é uma imposição colonial/imperialista e deve ser combatido. As alegações são diversas e se moldam, como já pontuado, de acordo com as localidades e a conveniência político-discursiva de serem suscitadas, habitualmente mesclando elementos racistas e nacionalistas. Nesta seção, analisarei dois desses argumentos, sem a intenção de exauri-los.

3.5.1 Proteção das crianças, nação e família

Um dos argumentos mais utilizados pelos movimentos antigênero e que encontra vasta ressonância na sociedade civil é aquele que se constrói em cima da produção de pânicos

morais⁶⁸, nos quais alguns grupos e instituições estão ameaçados pela “ideologia de gênero” e/ou seus proponentes:

By seeking to produce a moral panic, anti-gender activists try to legitimize their particular claims, establish the validity of the issues raised, stir up concern among the general population and attract media attention. They present their claims in terms of good versus evil and use specific examples to present them as general (Goode & Ben-Yehuda, 2009). This strategy [image of an innocent and endangered child] is reminiscent of the early anti-gay rights movements in the United States, such as the 1977 “Save Our Children” campaign led by Anita Bryan (Fejes, 2008, p. 99) (Patternote, Kuhar, 2018, p.11)

Ao tratar dos contextos fáticos de pânico moral, Junqueira (2018) indica que as partes atacadas assumem uma postura defensiva, sem que o acusador tenha que expor suas ideias e propósitos a escrutínio. Nessas hipóteses, para o acusador basta manter um tom alarmista, aliando-o a alegações abstratas e imprecisas em defesa de algo inquestionável, como a vida e o bem-estar das crianças. Assim, essas bandeiras são levantadas pelas campanhas antigênero, e quaisquer críticas ou ponderações à constituição de valores e categorias sociais estabelecidos são vistas como uma rejeição inaceitável.

Segundo Claire Hemmings (2021), as mobilizações antigênero constroem um forte sentimento negativo de que há uma ameaça às diferenças sexuais naturais, que não precisa necessariamente ser “verdadeiro” para ser poderoso e produzir ações práticas. Denominando as técnicas políticas e intersubjetivas desses movimentos como “ficções afetivas das lógicas anti-ideologia de gênero”, a autora destaca que essas mobilizações estão impregnadas de violência e um senso de direito. No entanto, o caráter violento é contornado através da lógica de que a diferença sexual está em perigo e acabará caso medidas não sejam tomadas. Desse modo, há uma distorção da violência, que passa a ser atribuída a quem dela é efetivamente vítima.

É dentro desse quadro de “ficções afetivas”, nas palavras de Hemmings, que a mobilização em torno da figura da “criança em perigo” é um dispositivo recorrente e

⁶⁸ A construção do conceito é atribuída ao teórico britânico Stanley Cohen que, na década de 60, investigou “como a sociedade reage a determinadas situações e identidades sociais que presume representarem alguma forma de perigo” (Miskolci, 2007, p.111). Por pânico moral, Cohen entende um fenômeno no qual “uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende” (Cohen, 1972, p.9, apud Miskolci, 2007, p.111).

poderoso⁶⁹ (Kováts, 2017; Patternote e Kuhar, 2018; Korolczuk, 2014). Segundo esses movimentos, há uma tentativa de corromper a infância, que está em perigo em razão de uma “ideologia” que busca converter crianças em homossexuais/transgênero e provocar confusão nas suas mentes em formação, ao doutriná-las de acordo com uma teoria que afronta a ordem natural. Conforme essa narrativa, corre-se o risco de deixar crianças à mercê de figuras nocivas, como a de homossexuais pedófilos ou feministas que querem acabar com a família e promover uma revolução de gênero. Assim, a “ideologia de gênero” é vista como prejudicial ao crescimento das crianças, sobretudo por provocar dúvidas quanto à categorias naturais incontestáveis em um momento crítico de desenvolvimento cognitivo. Ademais, “essa educação e suposta promoção da ‘permissividade sexual’ é vista como um incentivo à hipersexualização” (Patternote, Kuhar, 2018, p.10).

Nessa perspectiva, a educação sexual nas escolas é um dos alvos principais desses movimentos. No Brasil, os materiais educativos que faziam parte do projeto “Escola sem Homofobia” foram veementemente atacados no período de seu lançamento, em 2011. Pejorativamente apelidado de “Kit Gay”, o material do Ministério da Educação, que visava trazer informações acerca da pluralidade de identidades sexuais e de gênero e a importância de seu acolhimento no ambiente escolar, sofreu um boicote de uma frente ampla, composta por pais, políticos e líderes religiosos⁷⁰. A cartilha foi frequentemente criticada pelo então deputado federal Jair Bolsonaro, que a utilizou como forma de mobilização eleitoral nas campanhas presidenciais de 2018 e 2022. Ataques semelhantes foram identificados em materiais de ensino em diversos países da Europa, África e Américas (Chernobrovin, 2022; Korolczuk, 2014; McEwen, 2020).

Aliados diretamente à figura da “criança em perigo” são os temores referentes à família e à nação. A família, compreendida por esses movimentos como elemento social mais importante e que deve ser protegida a todo custo, se vê ameaçada por uma “ideologia” que deseja destruir a instituição e os vínculos decorrentes dela. O desvirtuamento das crianças é visto como forma de ruptura da unidade familiar, composta por um casal heterossexual e seus filhos. A ameaça às crianças também representa uma ameaça, em última instância, à própria

⁶⁹ Como pontua Korolczuk (2014), o pânico moral em torno de temas envolvendo educação sexual, direitos LGBTQIAPN+ e pedofilia não é algo novo. Para a autora, deve-se interpretar esse fenômeno como uma fase de um processo longo ao invés de uma criação recente. Em que pese a ressalva trazida pela teórica seja pertinente, encarar unicamente como uma fase de um processo pretérito não permite que se analise as inovações atuais envolvendo esse pânico e as peculiaridades dessas novas manifestações.

⁷⁰ Diante da repercussão negativa da cartilha, a chefe do governo federal à época, Dilma Rousseff, cancelou a sua distribuição e relatou que não concordava com o seu conteúdo: “Nós não podemos interferir na vida privada das pessoas. Agora, o governo pode sim fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença, que você não pode exercer práticas violentas contra aqueles que são diferentes de você” (Passarinho, 2011, s.p.)

nação. Esse discurso nacionalista é particularmente forte na Rússia e em países do leste europeu (Korolczuk, 2014, Patternote e Kuhar. 2018). Consideradas símbolo nacional, as crianças devem ser protegidas de qualquer interferência que coloque em xeque o futuro e reprodução da nação. Essa lógica carrega uma forte conotação racista e xenofóbica, refletindo as preocupações demográficas nacionais que temem um superpovoamento não europeu, sobretudo islâmico:

The implied answer to the question of why that is bad would be that if our children use contraception or get an abortion or become gay/asexual/trans and deviate from the natural family then they will not reproduce, therefore destroying our civilisation. This argument is inherently racist and xenophobic, as stokes fear that the others will take over because they, unlike us, continue to reproduce. (Denkovski, Bernarding e Lunz, 2021, p.36)

Cito como exemplo as reflexões ocorridas em 2019, no decorrer da III Cúpula Demográfica de Budapeste, organizada pelo governo do primeiro-ministro Viktor Orbán, em que se reuniram representantes de diversos países e organizações. Nessa congregação, o temor do encolhimento populacional no Ocidente e a “substituição” do perfil branco e cristão por uma sociedade mais diversa e com imigrantes era suscitado como algo a ser combatido. A solução debatida na Cúpula para cessar esse perigo se daria através do incentivo a um maior número de filhos, que somente poderia ser alcançado por meio do respeito à “família natural” e o estímulo à sua propagação (Chade, 2019).

Dessa forma, o apelo a narrativas que desencadeiam respostas emocionais relacionadas a temores populacionais comuns - como uma invasão muçulmana na Europa - são recorrentes e a restauração da “família tradicional”, junto com papéis de gênero conservadores, se apresenta como uma solução para essas ameaças (Zaremborg, Tabush e Friedman, 2021). A “ideologia de gênero” é, portanto, uma ameaça “para a segurança local e nacional, promovendo a perfeita confluência entre misoginia, homofobia e racismo” (Hemmings, 2021, p. 2) e a família tradicional/natural ocupa um espaço central na manutenção de valores e simbologias locais.

3.5.2 Gênero é uma imposição colonial/estrangeira

Em uma entrevista ao jornal argentino La Nación pelos dez anos do seu pontificado, o Papa Francisco declarou: “a ideologia de gênero é uma das colonizações ideológicas mais perigosas” (Piqué, 2023, s.p.). Em outras oportunidades, o pontífice já havia denunciado a

“colonização ideológica” oriunda dessa “ideologia”, uma “perigosa raiz cultural” que, segundo ele, impõe a homogeneidade e ataca a verdadeira diferença existente entre homens e mulheres (Díaz, 2022). A concepção trazida pela autoridade religiosa, e compartilhada por parte dos movimentos antigênero, se funda no argumento de que o gênero (e sua "ideologia") é uma imposição colonial/imperialista. Essa narrativa, conforme exporei rapidamente, assume diferentes formatos a depender de quem e em quais espaços é evocada.

Segundo Denkovski, Bernarding e Lunz (2021, p.40, tradução minha), o argumento costuma girar em torno das seguintes ideias:

Gênero/homossexualidade é uma importação ocidental e não tem base e relevância em nossa sociedade. Gênero é algo que tecnocratas de Bruxelas inventaram para controlar e manipular os membros da União Europeia. Gênero é uma ideologia totalitária/ um esquema Marxista, fascista ou capitalista (a depender do contexto cultural). Gênero é uma ideologia de uma minoria barulhenta, nós devemos defender o silêncio da maioria "normal".

Assim, em alguns contextos o gênero é visto como fruto de um projeto neocolonial do Ocidente, que deseja impor suas crenças e padrões. Organismos internacionais, como a ONU e a União Europeia, são vistos como articuladores de uma agenda ideológica que se impõe através da obrigatoriedade da adoção de certas políticas e normativas para o recebimento de financiamento. Essas políticas, que se relacionam com ações para garantia da equidade de gênero e diversidade sexual, são vistas pelos atores antigênero como “desmoralizantes” e contrárias à soberania nacional ou aos valores locais (Patternote e Kuhar, 2018; Grzebalska, 2015; Peto, 2015; Korolczuk, 2014).

Nessa percepção, os tratados e declarações decorrentes desses organismos são encarados como um mecanismo de colonização e sofrem ataques contundentes. A Convenção de Istambul é um dos casos mais referidos. O instrumento normativo foi atacado por supostamente carregar uma agenda escondida e tentar impor uma “ideologia de gênero”, indo de encontro a tradição e cultura locais (Ebeturk, 2018; Ozlem, Oder, 2021).

O “estrangeirismo” do gênero, como aponta Hemmings (2021), que pode vir da UE, da ONU ou simplesmente não possuir um local específico de origem, atua como um “significante vazio” de uma elite transnacional e das instituições que supostamente protegem seus interesses. Assim, na França o intruso estrangeiro pode ter raízes nos Estados Unidos. Na Europa Oriental, advém da política da UE, e assim por diante. Em todos os casos, “gênero” é uma figura alienígena àquele meio social, ditada por grupos que não compartilham da mesma preocupação com a preservação da cultura local/nacional.

Nos antigos países socialistas, a narrativa colonial pode se fundir a uma suspeição do capitalismo neoliberal e, no caso da Rússia, a uma nostalgia soviética, carregando um forte sentimento antiocidente (Korolczuk, 2014). Em julho de 2023, a Rússia aprovou uma lei tornando ilegal a alteração da identificação de gênero em documentos legais bem como a alteração das características físicas de um indivíduo para efeitos de transição de gênero através de procedimentos médicos ou cirúrgicos. A lei também dissolveu o casamento entre pessoas transgênero e as impediu de se tornar pais adotivos. Segundo o político Petr Tolstoy, a transição de gênero é um produto da “indústria transgênera ocidental” e a legislação aprovada protege a Rússia da “ideologia anti-família ocidental” (Lopatto, 2023). A legislação mencionada estampa o uso do sentimento antiocidente para o avanço das restrições à população LGBTQIAPN+ no país.

Nos países africanos, por sua vez, essa narrativa é agregada ao histórico colonial, que faz com que a população possa considerar com ressalvas produtos e debates advindos dos espaços de seus antigos colonizadores. Em 2018, Obianuju Ekeocha, uma ativista nigeriana autointitulada pró-família, e presidente e fundadora da ONG Culture of Life Africa, lançou o livro “Target Africa: Ideological Neocolonialism in the Twenty-First Century”. Em sua obra, Ekeocha afirma que alguns doadores de países do Ocidente desejam impor sua “ideologia de liberação sexual” através do condicionamento do recebimento de doações a “soluções ideológicas” que são opostas as visões culturais e valores do seu povo. Assim, segundo Ekeocha, a África sofre uma recolonização por doadores ricos e poderosos, inaceitável e produtora de novas violências.

Os exemplos trazidos acima explicitam como o “gênero” é um conceito elástico e essa “importação odiosa”, que objetiva destruir a família e a nação, na concepção dos movimentos antigênero, é plástica o suficiente para se conformar em diferentes contextos, “quer essa nação seja uma nação ocidental que luta para manter sua história, ou uma história pós-colonial que luta para afirmar sua liberdade” (Hemmings, 2021, p.7).

Aproveitando-se dessa plasticidade, atores antigênero mobilizam tensões e convicções pré-existentes para angariar apoio populacional, propagando-se como os verdadeiros protetores dos valores locais. Essa narrativa é corroborada, ainda, por ativistas e instituições conservadoras e cristãs europeias e estadunidenses, sobretudo no continente africano, região que possui uma forte presença e apoio dessas organizações (McEwen, 2018, 2020; Sanders, 2018). O Vaticano, como já mencionado, difunde profusamente esse argumento, que está presente no seu repertório discursivo desde o século passado, despontando na Conferência de Pequim.

3.6. Políticas de Ação

Em 2019, a intelectual estadunidense Kimberlé Crenshaw ministrou um workshop organizado pelo departamento de estudos de gênero da London School of Economics and Political Science (LSE), sobre interseccionalidade e política. Na oportunidade, segundo relata Hemmings (2021) na abertura de seu trabalho, um homem branco, de cerca de quarenta anos, atacou verbalmente a palestrante e vociferou em uma língua estrangeira (italiana): “feminista suja e feia, cale a boca, vadia feia”. O ataque descrito acima, que foi experienciado em uma amplitude maior por Judith Butler em sua vinda ao Brasil, no ano de 2017, e é cotidianamente relatado por grupos e organizações feministas e LGBTQIAPN+, constitui uma das táticas utilizadas pelos movimentos antigênero: o assédio de teóricas e ativistas. Essa estratégia é apenas uma dentre as várias utilizadas pelos movimentos para promover seus objetivos e frear grupos e instituições que enxergam como opositores.

A literatura tem identificado um vasto repositório tático dessas campanhas. A presença massiva na internet, por meio do engajamento em fóruns e redes sociais, tem sido indicada como um mecanismo eficaz para propagação de seus ideais e para mobilização de um público numeroso e plural (Roggeband, Krizsán, 2020; Sanders, 2018; Zaremborg, Tabbush e Friedman, 2021). Discursos deslegitimadores são frequentemente utilizados, sejam direcionados diretamente aos adversários, que são acusados de terem ido longe demais e serem imoderados, seja para os termos e conceitos desses grupos, que são ridicularizados e distorcidos (Hemmings, 2021, Garbagnoli, 2019). Teorias conspiracionistas também são difundidas para demonizar o outro lado (Patternote e Kuhar, 2016). Para os fins deste trabalho, irei focar em duas políticas de ação: atuação na arena internacional e o processo de *normspoiling*.

3.6.1 Atuação na arena internacional

Como já exposto em fragmentos anteriores, as Conferências de Cairo e Pequim foram consideradas um alerta para que atores antigênero atuassem com mais ímpeto na arena internacional. Na última década, é possível observar uma escalada vertiginosa nessa empreitada, que se revela no aumento significativo de organizações atuantes e no envolvimento, de modo orquestrado, em organismos internacionais e em processos políticos transnacionais.

Através do processo intitulado por Jelena Cupác e Irem Ebetürk (2022) de “mimetismo competitivo” (*competitive mimecry*), esses atores emulam práticas e mecanismos de organizações feministas, com o objetivo de conquistar visibilidade, formar alianças e mudar políticas:

By deciding to target the United Nations and other international organizations, antifeminist actors’ goals are not too different from those of feminists: they want to gain more outreach, build more alliances and change policies. One way of realizing these goals, and thereby becoming a competent and competitive UN utilizer, is to socialize into UN practices by mimicking feminists. Accordingly, antifeminist NGOs have come together by forming the UN Family Right Caucus and Civil Society for the Family,³ pro-family coalitions aimed at confronting attempts to redefine marriage and the family in the United Nations. They have also sought close ties with sympathetic states. Therefore, they have closely affiliated themselves with the Group of the Friends of the Family, a statebased UN group formed in May 2016 (Cupác e Ebetürk, 2022, p. 08).

Conduas estabelecidas nos movimentos feministas, e que foram eficazmente utilizadas há mais de cinco décadas, são reproduzidas. Compõem esse mimetismo os treinamentos específicos para atuar no sistema da União Europeia e das Nações Unidas, que ensinam ferramentas para uso de uma linguagem específica nos documentos desses organismos ou técnicas de como promover o impulso de propostas favoráveis aos seus propósitos (Sanders, 2018). Na mesma linha estratégica, a mudança de sede dessas organizações para Nova York e Genebra é uma escolha usual para facilitar a *advocacy* internacional (Denkovski, Bernard e Lunz, 2021).

Além da atuação voltada aos organismos internacionais, esses movimentos costumam uma articulação interna por meio de encontros e conferências regionais e internacionais, que permitem o fortalecimento de suas campanhas e a troca de experiências e informações com aliados. O Congresso Mundial das Famílias (CMF) constitui uma amostra precisa dessa associação. Oriundo de uma coalização entre acadêmicos estadunidenses e russos, por meio da liderança da International Organization for the Family, o congresso, segundo o próprio site da congregação, é um “evento internacional público que busca unir e equipar líderes, organizações, e famílias para afirmar, celebrar e defender a família natural como a única unidade fundamental e sustentável da sociedade (World Congress of Families, 2019, s.p., tradução minha). A CMF, que atualmente funciona como uma rede internacional extensa e difusa⁷¹ que também interfere em políticas nacionais, possui como objetivo principal a defesa

⁷¹ No site da International Organization for the Family, as seguintes organizações parceiras do CMF são listadas: African Organization For The Family (Quênia), Angels of Charity and Music Alive to the World (Reino Unido), Alliance Defending Freedom Latin American Alliance for the Family (Venezuela), Ancient Faith Radio Associazione per La Difesa dei Valori Cristiani – Luci sull’Est (Itália), Australian Christian Lobby (Austrália), Black Conservative Summit (EUA), Christian Film and Television Commission (EUA), Christian Concern (Reino Unido), CitizenGO, Classical Conversations (EUA), Dads4Kids (Austrália), Dveri (Sérvia), Ethics and

da “família natural”, se opondo, na prática, a direitos e políticas LGBTQIAPN+, assim como pautas reprodutivas específicas, como o aborto. Os encontros anuais contaram com a participação de figuras proeminentes, a exemplo do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán. O uso de narrativas de declínio demográfico e civilizacional são usuais nos encontros promovidos, permitindo que políticos construam narrativas mais palatáveis para visões e políticas anti-imigratórias e anti-LGBTQIAPN+⁷² (Southern Poverty Law Center, 2023).

3.6.2 Norm Spoiling

Segundo Rebecca Sanders (2018, p.272), “*norm spoiling* é o processo através do qual atores desafiam diretamente normas existentes com o objetivo de enfraquecer sua influência”. Investigando os esforços realizados por atores estatais e não estatais para atingir os direitos das mulheres estabelecidos em tratados, declarações e políticas internacionais da ONU, Sanders revela as táticas empregadas por *spoilers* para deteriorar as normas:

Norm spoilers deploy a variety of tactics aimed at blocking and reversing the development and diffusion of targeted norms. In the case of women’s rights, they advance interpretations of extant human rights norms, particularly the protection of the right to life and the ‘natural family’, that accord with their preferences. Simultaneously, they work to change and remove language in UN documents that elaborate what they consider to be objectionable policies and indicators of women’s rights. Spoilers moreover attempt to delegitimize the international women’s rights agenda by advocating cultural relativism and ‘traditional values’, and by appropriating anti-colonial critiques of women’s rights (Sanders, 2018, p. 273).

Por vezes, atores antigênero invocam a linguagem de declarações e tratados para promover a crítica do tópico atacado, realizando sua própria interpretação do significado de normas internacionais. Como afirma Sanders, essa prática busca deslegitimar o entendimento de atores progressistas desses princípios. É o que ocorre, por exemplo, com o artigo 3º da Declaração Universal de Direitos Humanos, que declara que “todo ser humano tem direito à vida”. Recorre-se a esse artigo para impedir menções e garantias ao aborto. De modo

Public Policy Center (EUA), Family First Foundation, Family First New Zealand (Nova Zelândia), Sanctity of Motherhood Program (Rússia), Family Policy Institute (África do Sul), Family Watch International (EUA), Fellowship of St. James, Foundation For African Cultural Heritage (Nigéria), Freedom’s Journal Institute for the Study of Faith (EUA), Public Policy Georgian Demographic Society (República da Geórgia), HazteOir.org, Heartbeat International (EUA), Home School Legal Defense Association (EUA), Human Life International (EUA), Lighted Candle Society, National Center on Sexual Exploitation (EUA), National Organization for Marriage (EYA), Novae Terrae Foundation (Itália), Power of Mothers, ProVita (Itália), REAL Women of Canada, Kenya Christian Professionals Forum (Quênia), Touchstone Magazine: A Journal of Mere Christianity, UptoFaith, Worldwide Organization For Women.

⁷² O pânico moral produzido por esses discursos e as inter relações racistas e xenofóbicas foi abordado na seção anterior.

corriqueiro, palavras e expressões consideradas perigosas se tornam alvo nos documentos internacionais e *spoilers* agem vigorosamente para excluí-las. Enquadram-se nesse grupo expressões como “direitos reprodutivos”, “saúde sexual e reprodutiva”, e “educação sexual”.

Conforme indica Sanders, esse processo, que possui um caráter destrutivo, também é produtivo ao estabelecer as bases para a *norm promotion*. A Declaração do Consenso de Genebra, que será examinada a seguir, pode ser interpretada, precisamente, como um modo de *norm promotion*.

4 ANALISANDO A DECLARAÇÃO DO CONSENSO DE GENEBRA

O capítulo anterior tratou dos movimentos transnacionais antigênero, analisando o seu surgimento, algumas práticas discursivas e políticas de ação sustentadas. Dentre os temas antagonizados por esses movimentos, os direitos sexuais e reprodutivos estiveram inicialmente no centro do debate, haja vista as deliberações que ocorreram nas Conferências de Cairo e Pequim. A partir dessas conferências, a arena internacional tornou-se, para muitos, um espaço fundamental de contestação política, que precisava ser reivindicado e ocupado. A apropriação desse espaço pelos atores antigênero não se restringiu a uma presença massiva nos fóruns e processos internacionais. A produção de disposições normativas que carregam distintamente os princípios e valores defendidos por esses atores fez-se necessário. Isso nos trouxe, portanto, a necessidade de criação de um documento que afirmasse tais valores e fizesse frente às proposições que supostamente iam de encontro a esses preceitos. Neste trabalho, sustento que a Declaração do Consenso de Genebra na Promoção da Saúde da Mulher e o Fortalecimento da Família é um dos resultados desse processo, o que será examinado a seguir.

4.1. Construção da Declaração do Consenso de Genebra

Para analisar a declaração, é preciso, previamente, compreender o processo de sua construção. Durante a cerimônia virtual de assinatura da DCG, em outubro de 2020, Alex Azar, antigo Secretário de Saúde e Serviços Humanos do governo Trump, relatou o início da articulação que deu origem à Declaração:

Our growing partnership began about a year and a half ago when, thanks to the leadership of Garrett Grigsby and Valerie Huber, who I am privileged to work with here at HHS, and our colleagues at the State Department, nine countries came together on a joint statement at the 2019 World Health Assembly in Geneva to rally around these priorities [women's health, the family, honoring life, and defending nation sovereignty]. Later that fall at the UN General Assembly, 21 countries communicated their support in another joint statement for, quote, "programs to improve the health, life, dignity, and well-being of women, men, children, and families," and asked that, quote, "the UN, including UN agencies, focus on concrete efforts that enjoy broad consensus among member-states," rather than introducing concepts for which there will never be consensus. These statements brought badly needed attention to a disturbing trend. With increasing frequency, some rich nations and UN agencies beholden to them are wrongly asserting abortion as a universal human right. These efforts pressure countries to institute progressive abortion laws or risk losing global funding or standing in international fora. Tragically, women around the world unnecessarily suffer health challenges - all too often deadly health

challenges - while too many wealthy nations and international institutions put a myopic focus on a radical agenda that is offensive to many cultures and derails agreement of women's health priorities. (U.S. Department of State, 2020, s.p..)

Partindo do entendimento de que agências da ONU e certos “países ricos” eram percebidos como impositores de uma pauta pró-aborto, determinadas nações se uniram com o intuito de enfrentar essa “tendência preocupante” e pautar prioridades que estavam sendo negligenciadas em razão desse direcionamento: a saúde das mulheres, a proteção da família, da vida e a soberania nacional. Na análise dessas nações, pautar aborto era, além de radical e ofensivo para culturas e valores locais, um entrave ao alcance do que entendiam como as reais prioridades de saúde e dignidade das mulheres.

Conforme narra Azar, a origem da declaração remonta às alianças construídas na 72ª Assembleia Mundial de Saúde⁷³, em maio de 2019, quando nove países emitiram um comunicado conjunto sobre questões relacionadas à saúde das mulheres, condenando termos e expressões que supostamente causavam “confusão” e estavam associados a políticas “anti-família” e “pró-aborto”. A iniciativa, liderada pelos Estados Unidos, alinhava-se com as políticas defendidas pelo governo do ex-presidente Donald Trump no âmbito doméstico e internacional que promoviam uma restrição dos direitos reprodutivos.

Ao assumir a presidência dos EUA em 2017, Trump, que contou com uma ampla base eleitoral conservadora e “pró-vida”, adotou medidas contrárias ao aborto, tais como o bloqueio de financiamento federal na área de planejamento familiar para instituições que forneciam informações a pacientes acerca da interrupção da gravidez (Belluck, 2019). Na prática, o ato federal privilegiava as organizações religiosas e conservadoras antiaborto para recebimento de custeio estatal e impedia o acesso financeiro para aquelas organizações que indicavam os serviços de aborto ou os mencionavam nos seus atendimentos.

Com foco no internacional, foi assinado pelo ex-dirigente, em 23 de janeiro de 2017, o Memorando Presidencial da “Política da Cidade do México”. A ordem executiva, que revisa e amplia a “Política da Cidade do México” iniciada pelo governo Reagan e adotada por outros governos republicanos, proíbe o financiamento do governo federal a prestadores de serviços de saúde no exterior que discutem ou incluem o aborto como método de planejamento familiar. Conhecida como “Lei da Mordaça Global” (*Global Gag Rule*), a medida impõe restrições às organizações que usam seus próprios recursos e os do governo para assistência à

⁷³Segundo o site oficial da Organização Mundial da Saúde, a Assembleia Mundial da Saúde é o órgão de deliberação da OMS. Contando com a presença de delegações de todos os Estados membros da OMS, a Assembleia, que acontece anualmente em Genebra, na Suíça, foca em uma agenda específica preparada pelo comitê executivo. As funções da Assembleia são as de determinar as políticas da organização, indicar o diretor geral, supervisionar políticas financeiras, e revisar e aprovar o orçamento proposto.

saúde sexual e reprodutiva fora do território estadunidense, limitando a sua esfera de alcance (Human Rights Watch, 2017).

Ainda durante o seu mandato, Trump indicou três dos cinco juízes conservadores que seriam responsáveis, em 2022, por derrubar a decisão *Roe vs. Wade*: Neil Gorsuch, Brett Kavanaugh e Amy Coney Barrett. A decisão, considerada um marco histórico nos direitos reprodutivos do país por prever o acesso ao aborto como uma garantia constitucional, foi revertida após quase cinquenta anos de seu julgamento, pela decisão exarada no caso *Dobbs vs. Jackson Women 's Health Organization*. À época, Trump concedeu a si mesmo o crédito pelo resultado da nova decisão e declarou que esta somente foi possível porque ele “entregou tudo conforme prometido, incluindo a nomeação e a confirmação de três constitucionalistas fortes e altamente respeitados na Suprema Corte dos Estados Unidos” (Trump apud Feiner, Mangan, 2022, s.p., tradução minha).

Mais especificamente no âmbito das Nações Unidas, em 24 de setembro de 2019, durante o discurso da 74ª Assembleia Geral, Donald Trump ressaltou o compromisso do seu governo com a defesa de “vidas inocentes” e, mais uma vez, advertiu acerca dos projetos da ONU que objetivavam afirmar um direito global ao aborto. Segundo Trump, os “burocratas globais” deveriam cessar os ataques à soberania das nações que protegem “vidas inocentes” (Estados Unidos da América, 2019). A postura do estadista na cruzada pró-vida foi recebida com entusiasmo por organizações antigênero, sendo descrita pelo ativista conservador e presidente da C-Fam Austin Ruse como “a declaração mais pró-vida que qualquer presidente já fez ao organismo mundial” (Ruse, 2019, s.p., tradução minha).

Nesse cenário de caça ao aborto, os Estados Unidos buscaram forjar uma aliança com governos que guardavam visões similares quanto ao tema. Dessa forma, durante a Assembléia Mundial de Saúde, em 2019, Brasil, Egito, Gana, Haiti, Indonésia, Iraque, Nigéria e Arábia Saudita aderiram ao comunicado conjunto elaborado pelos representantes dos EUA e condenaram o uso da frase “saúde e direitos sexuais e reprodutivos” que, segundo os declarantes, forçava uma agenda pró-aborto (Berry, 2019).

Mais adiante, em 22 de agosto de 2019, o governo estadunidense enviou uma carta à alguns países solicitando apoio aos “esforços pró-vida” na ONU (Gennarini, 2019). A carta, assinada pelo ex-Secretário de Estado Mike Pompeo e pelo ex-Secretário de Saúde e Serviços Humanos Alex Azar, chamava atenção para os esforços de certos grupos por reinterpretar instrumentos legais com o objetivo de criar um direito internacional ao aborto e promover políticas que enfraquecem a família:

We remain gravely concerned that aggressive efforts to reinterpret international instruments to create a new international right to abortion and to promote international policies that weaken the family have advanced through some United Nations fora. Evidence of this is found in references throughout many multilateral global health policy documents to interpret “comprehensive sexuality education” and “sexual and reproductive health” and “sexual and reproductive health and rights” to diminish the role of parents in the most sensitive and personal family-oriented issues. The latter has been asserted to mean promotion of abortion, including pressuring countries to abandon religious principles and cultural norms enshrined in law that protect unborn life. (...)

Efforts to advance such harmful policies in multilateral settings where global health policy is debated and set, like the United Nations and affiliated bodies such as the World Health Organization, are disturbing and must be challenged. They take the focus off real health issues and import policy debates that should be handled at the national, sub-national, or community level (Pompeo, Azar, 2019, s.p.).

No documento, os comunicantes mencionam a necessidade de garantir o direito de cada Estado soberano de adotar sua própria política quanto à proteção dos nascituros e defender a família como unidade fundamental da sociedade, essencial, segundo os subscritores, para que crianças prosperem e levem uma vida saudável. Ao fim, é feito um chamado para que os governos se juntem à declaração conjunta que estava sendo realizada para apresentação na Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde, da Assembleia Geral da ONU, e para produção de um documento final que reflita os valores compartilhados. A declaração conjunta, assinada por vinte e um países em setembro de 2019, já previa os fundamentos do que viria a se tornar a DCG. Forjava-se, assim, o gérmen da Declaração.

Como é possível observar do rápido apanhado, os Estados Unidos ocuparam um papel central na construção da DCG, sendo o principal agente responsável pela sua elaboração, articulação e difusão. Apesar dessa incumbência, a produção do documento somente foi possível diante da existência de um ambiente sócio-político favorável para o seu florescimento e da existência de governos com pretensões similares. Liderado por um governo de extrema-direita, cujas posições políticas eram permeadas por uma visão restritiva dos direitos sexuais e reprodutivos, a participação do Brasil não deve ser ofuscada nessa empreitada, visto que ocupou, ao lado dos Estados Unidos, a dianteira da constituição da declaração.

Em 1º de janeiro de 2019, após uma campanha eleitoral que prometia a valorização do núcleo familiar tradicional, o combate a “ideologia de gênero” e o resgate do cristianismo como elemento condutor da política governamental, Jair Bolsonaro assumiu a presidência da República e liderou um projeto ultraconservador, já em curso no cenário nacional, que foi acentuado e reconfigurado no seu mandato.

Em simultâneo aos esforços do governo estadunidense, o Brasil, sob a liderança do ex-presidente Bolsonaro, buscava formar uma coalizão de “países amigos da família” na ONU, com o intuito de influenciar a agenda de direitos humanos. Em setembro de 2019, a ex-Ministra do recém criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos⁷⁴ (MMFDH), Damares Alves, afirmou, durante a III Cúpula sobre Demografia, que o Brasil queria se colocar no cenário mundial como um país “pró-família” e “pró-vida”. A ex-Ministra convidou os Estados presentes a juntar esforços para formar “um grupo de países amigos da família”, atuantes nas Nações Unidas, em prol da defesa e resgate de valores negligenciados. A então Ministra ressaltou, ainda, o compromisso do governo Bolsonaro com a defesa do direito à vida desde a concepção e a condenação do aborto como método contraceptivo ou de controle de natalidade. Ademais, ao tratar da família, destacou a importância de investimento nas crianças e o respeito à sua integridade, por meio da recusa ao que apelidaram de “ideologia de gênero” (Brasil, 2019, 2019a).

A posição apregoada pela Ministra já havia sido exposta anteriormente no discurso proferido no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em fevereiro de 2019. Naquela ocasião, Alves manifestou a missão do governo Bolsonaro em garantir o pleno exercício para todos do direito à vida desde a concepção e o foco no fortalecimento dos vínculos familiares (Brasil, 2019a).

A aspiração do governo Bolsonaro estava em consonância com as diretrizes políticas assumidas interna e externamente. Dentro da esfera diplomática, o governo brasileiro alinhou-se a nações como Arábia Saudita, Egito e Rússia, votando pela retirada de expressões como “gênero”, “saúde sexual e reprodutiva” e “educação sexual” de documentos internacionais de direitos humanos. No contexto doméstico, propôs medidas de controle da saúde das mulheres dentro do âmbito familiar e a defesa de pareceres restritivos quanto à interrupção da gravidez (GCN, 2020; Drummond e Rebelo, 2023).

Diante da concordância entre os países na área, não foi uma surpresa quando Valerie Huber, então representante especial dos Estados Unidos para a Saúde Global da Mulher e uma das principais arquitetas da DCG, entrou em contato pessoalmente com Angela Gandra, ex-secretária nacional da Família do MMFDH, para solicitar que o Brasil fosse co-patrocinador da “Conferência de Saúde Global da Mulher”, em 2020. O evento, pretérito à Assembleia Mundial de Saúde, traria como resultado final uma declaração (Drummond e

⁷⁴ Após a vitória do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2018, o Ministério dos Direitos Humanos passou a se chamar Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e sua chefia foi atribuída a Damares Alves, advogada, pastora evangélica e atual senadora pelos Republicanos.

Rebello, 2023; Huber, 2020). Na oportunidade, Huber já visualizava o conceito da DCG e os seus usos futuros:

The message [of the Conference] is: ‘look what we can do, if we focus on positive, critical health needs, rather on issues where we will never achieve consensus’ (e.g. the debate over SRHR [sexual rights and reproductive health], abortion, explicit sex education) ... The declaration will ... serve as a positive agreement of position and one that incorporates agreed language from various international documents. It will weave together a positive agenda and positive messaging to be used in international negotiations moving forward (Huber, 2020 *apud* Drummond e Rebello, 2023, p. 10).

Logo em seguida, o convite feito a Hungria, Indonésia, Egito e Uganda como demais co-patrocinadores da declaração sucedeu de modo lógico. A escolha desses países certificava o caráter regionalizado e plural pretendido pelos arquitetos da DCG, estendendo-se por quase todos os continentes do globo, mas não apenas. Os governos desses países eram manifestadamente reconhecidos por promover políticas antiaborto, anti-LGBTQIAPN+ e pró-família, dessa forma, a concordância quanto aos termos propostos era garantida.

Enquanto o envolvimento de atores estatais ficou mais evidente no processo de construção da DCG, menos perceptível pode ser tida a participação de organizações da sociedade civil que fundamentalmente contribuíram para sua formação, direta ou indiretamente. Essa aparente marginalidade não condiz com a função efetivamente desenvolvida por essas organizações. Segundo Lynn Morgan (2022), em verdade, o nascimento da DCG ocorreu em um período pretérito, mais precisamente no ano de 2010, quando a C-Fam elaborou um documento informativo defendendo o direito soberano de cada Estado de definir questões de vida e família:

The white paper argued that there is no right to abortion in international law and that nations must “stand up for sovereignty in defense of the unborn.” Its author, Piero A. Tozzi, is a Catholic lawyer who worked simultaneously for C-Fam and Alliance Defending Freedom (ADF), a powerful conservative Christian legal advocacy organization. When the GCD was released in 2020, C-Fam could not resist boasting, “C-Fam has worked for 24 years toward the declaration made by the Trump administration today”. (Morgan, 2022, p.187)

O documento de vinte páginas desenvolvido por Piero Tozzi indaga a existência de um direito internacional ao aborto, que, segundo Tozzi, tem sido ativamente promovido pelos comitês de cumprimento dos tratados da ONU. O paralelo entre o documento redigido por Tozzi e a DCG são evidentes. Chamando atenção para o princípio da soberania disposto na Carta da ONU, Tozzi conclui que não há base legal para um direito internacional ao aborto e que os Estados devem legislar para proteger a vida pré-natal e se insurgir contra tentativas de atingir a vontade soberana de cada povo. Tais tentativas são descritas por Tozzi como uma

“forma de imperialismo cultural, com valores estranhos das elites ocidentais (que podem não ser necessariamente partilhados pelos cidadãos dos países ocidentais) impostos a nações relutantes” (Tozzi, 2010, p.17).

Morgan relata, ainda, que, ao longo da administração Trump, a C-Fam teve vasto acesso à Casa Branca e o presidente da organização, Austin Rose, proeminente ativista antiaborto e anti LGBTQIAPN+, havia sido membro do Grupo Consultivo Católico de Trump na campanha presidencial do ano de 2016. Dentro da sociedade civil estadunidense, encontravam-se outros promotores dos preceitos da DCG, a exemplo de diversas ONGs “pró-vida” e “pró-família”.

A própria conexão de Valerie Huber com organizações da sociedade civil não pode ser obliterada. Antes de participar da administração Trump, Huber foi presidente e CEO da Ascend, previamente denominada Associação Nacional de Educação de Abstinência⁷⁵, uma organização que promove abstinência sexual fora do casamento e reforça valores tradicionais (Boyer, 2018). Huber também ocupou o cargo de coordenadora do programa de educação do estado de Ohio entre 2004 e 2007 e, durante sua função, se verificou que os programas dirigidos por ela foram denunciados por conter informações incorretas sobre aborto, contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis, por reproduzir estereótipos de gênero nocivos e imprecisos, bem como por apresentar fundamentos religiosos como científicos (Cauterucci, 2017).

A despeito de ocupar o quadro oficial do governo estadunidense, as conexões públicas de Huber com instituições conservadoras não cessaram. Em março de 2019, Huber participou de uma conferência de direitos das mulheres patrocinada pela C-Fam, cujo objetivo era a exibição do filme “Strings Attached”, que possui como tema a “colonização ideológica” existente na África no século XXI. Para sustentar sua posição, a película apresentava entrevistas de diversas mulheres que se arrependeram de realizar abortos ou sofreram efeitos colaterais de métodos contraceptivos. Na ocasião, Huber enfatizou o empenho da administração Trump em “proteger a vida” na assistência à saúde global (Eunjung Cha; Sun 2019).

Para Morgan, a iniciativa da declaração, ao fim, foi “o projeto favorito de um grupo relativamente pequeno de nomeados políticos com motivação religiosa anti-aborto” (Morgan, 2022, p. 187). Em razão dessa articulação, que mesclava atores estatais e não estatais, em 22 de outubro de 2020, trinta e dois países, com a presença de organizações da sociedade civil,

⁷⁵ O nome foi alterado, ao que tudo indica, para tornar mais palatável e velada a verdadeira proposta da organização.

assinaram virtualmente, às margens da Assembléia Mundial de Saúde, a Declaração do Consenso de Genebra.

4.2. Recepção

Após a assinatura da DCG, o documento recebeu bastante atenção internacional. Ressaltando as previsões relativas ao aborto, organizações contrárias e favoráveis à declaração manifestaram-se abertamente sobre os significados e consequências da coalizão formada. Tida como o “que há de mais retrógrado no que se refere aos direitos das mulheres e das meninas” e como uma aliança contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (Asano, Corrêa e Kane, 2020, s.p.), a declaração foi vista por ativistas progressistas como uma tentativa de erodir a estrutura global de direitos humanos.

Segundo Gillian Kane, conselheira política senior da Ipas, uma organização internacional que defende o acesso ao aborto seguro, a declaração também pode ser entendida como um fracasso de diplomacia, visto que a quantidade de signatários é ínfima comparada aos 193 Estados-membros da ONU. A ativista também ressaltou que não há preocupação alguma com as mulheres por parte dos signatários (Borger, 2020). A Conectas, uma organização internacional de direitos humanos, adotou medidas mais energéticas. Em 2020, enviou um ofício à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado brasileiro solicitando a convocação do então ministro de relações exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, para prestação de esclarecimentos sobre a iniciativa, tida como uma defesa internacional a criminalização do aborto e contrária ao compromisso brasileiro com os direitos das mulheres (Conectas, 2020).

Chamando atenção para os perigos da declaração, o filósofo Paul B. Preciado destacou que o documento foi firmado em um panorama na qual diversos países realizaram reformas legais restringindo os direitos reprodutivos:

It would be naive to see the Geneva Consensus Declaration as nothing but a bluff, an act of media propaganda, or a ritual of political intimidation. It is all these, of course, but it is more. This declaration is supported by a cascade of legal reforms already underway in several countries, including Poland and Hungary, but also Brazil and Uganda. In fact, a few days after the signing ceremony, the appointment of the openly pro-life justice Amy Coney Barrett to the US Supreme Court came to buttress the declaration. In the so-called Western democracies, the Geneva Consensus Declaration is one more sign of the shift from neoliberalism to a form of “neo-authoritarian liberalism.”(PRECIADO, 2020, n.p)

Para Preciado, a declaração, que afirma o desejo político dos signatários de restringir legislações acerca do direito ao aborto, deve ser compreendida como o nascimento de um novo bloco tecno-patriarcal forjado em escala global.

Do outro lado, ativistas e políticos “pró-vida” e “pró-família” comemoraram efusivamente a assinatura. Rebecca Oas (2021), da C-Fam, afirmou que a declaração é uma conquista formidável e um ponto de encontro para países em desenvolvimento que se veem forçados a escolher entre financiamento e os valores familiares que moldam sua identidade. Segundo Oas (2021, s.p.), a declaração “representa também uma repreensão muito necessária aos organismos internacionais de direitos humanos que há muito excedem os seus mandatos impunemente”.

Destacando os possíveis usos da declaração, o vice-presidente da C-Fam, Stefano Gennarini (2020), afirmou que apesar da declaração não servir, por si só, para impedir o que entende como abusos das agências da ONU que promovem o aborto, ela pode impedir a defesa do aborto dentro do sistema da ONU, bem como encorajar os estados membros que assinaram a declaração a responsabilizar a ONU.

4.3. A Declaração

A Declaração do Consenso de Genebra sobre Promoção da Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família é um documento conciso, dividido, essencialmente, em três partes, quais sejam, um parágrafo introdutório, uma seção declaratória e uma seção de compromissos.

No parágrafo introdutório, o documento expõe brevemente o contexto de assinatura e aderência dos países signatários. Conforme consta na declaração, o documento estava previsto para ser firmado em março de 2020, às margens da 73^a Assembleia Mundial de Saúde, em Genebra, contudo, em decorrência da pandemia de Covid-19, teve que ser adiado para o segundo semestre do mesmo ano, em uma cerimônia virtual. Nesse parágrafo, os objetivos da declaração são apresentados: a defesa do direito das mulheres aos mais altos padrões de saúde, o reforço do papel da família para uma sociedade próspera, e, ainda, a proteção do direito à vida, através de esforços coordenados em fóruns multilaterais.

A seção seguinte, de cunho declaratório, constitui o núcleo da declaração. É nela que constam os principais pilares defendidos pelos subscritores. Utilizando-se de referências a parágrafos e artigos de documentos internacionais consolidados, tais como a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Programa de Ação da Conferência do Cairo, a Plataforma

de Ação de Pequim, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a declaração se limita a reproduzir, através de reafirmações, trechos desses documentos, praticamente sem acrescentar nova redação.

Dentre os pontos a serem destacados, a declaração reafirma, no item três da seção declaratória, os compromissos assumidos na Conferência do Cairo ao dispor que “em nenhuma hipótese o aborto deve ser promovido como método de planejamento familiar” e que “todas as medidas ou mudanças com relação ao aborto no sistema de saúde só podem ser definidas, no âmbito nacional ou local, de acordo com o processo legislativo nacional”.

Por sua vez, no item cinco a DCG reafirma as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e a Plataforma de Pequim, no que diz respeito ao papel da família como núcleo natural e fundamental da sociedade, a necessidade de proteção das crianças, inclusive antes do nascimento, e o papel das mulheres para o bem-estar da família e desenvolvimento da sociedade.

No item final dessa seção, a DCG reitera o enunciado do parágrafo sétimo da declaração sobre Cobertura Universal de Saúde, aprovada em 2019 na primeira Reunião de Alto-Nível da ONU, que prevê o domínio nacional e o papel principal e responsabilidade dos governos de determinarem o seu próprio rumo para alcançar a cobertura universal de saúde, de acordo com os contextos nacionais e suas prioridades.

Nos demais itens, são mencionados direitos e garantias insculpidos nos documentos internacionais mencionados e que se relacionam com o quanto afirmado na declaração, como a da igualdade de todos perante a lei, a garantia dos direitos humanos das mulheres, do direito à vida, e a importância do desenvolvimento de políticas de saúde eficazes.

Por fim, na seção de compromissos, os Estados signatários se comprometem a trabalhar juntos para garantir os direitos das mulheres, nas esferas política, econômica e da vida pública; melhorar e garantir o acesso à saúde às mulheres, incluindo saúde sexual e reprodutiva, sem incluir o aborto; reafirmar que não há direito internacional ao aborto nem qualquer obrigação internacional para financiar ou facilitar o aborto; investir no sistema de saúde de modo a garantir o atendimento às necessidades de mulheres e crianças; promover políticas de saúde pública de apoio para mulheres e meninas, bem como à família; apoiar o papel da família como fundamento da sociedade; e envolver com o sistema ONU para concretizar os valores universais listados na declaração.

O documento se encerra com a assinatura dos Estados signatários: Bahrein; Bielorrússia; Benim; Brasil (co-patrocinador); Burkina Faso; Camarões; República Democrática do Congo; República do Congo; Djibouti; Egito (co-patrocinador); Essuatíni; Gâmbia; Haiti; Hungria (co-patrocinador); Indonésia (co-patrocinador); Iraque; Quênia; Kuwait; Líbia; Nauru; Níger; Omã; Paquistão; Polônia; Arábia Saudita; Senegal; Sudão do Sul; Sudão; Uganda (co-patrocinador); Emirados Árabes; Estados Unidos (co-patrocinador); e Zâmbia.

4.4. O “Consenso”

Um dos primeiros pontos a serem considerados quando falamos da declaração do Consenso de Genebra é compreender por quais motivos a palavra “consenso” compõe o título do documento. Longe de se tratar de mera escolha retórica, “consenso” é uma palavra que guarda particular relevância, sendo suscitada não apenas no documento, como também nos discursos oficiais dos representantes dos países signatários.

Nesse ponto, “consenso” remete a concepção de que as disposições da declaração, que replicam documentos internacionais, não são inovadoras e já haviam sido acordadas pela comunidade internacional no instante em que aderiram a esses documentos. Nessa direção, manifestou-se Valerie Huber, em 2023, quando entrevistada por Christine Grimmer para o podcast da Heartbeat International, uma das maiores associações internacionais antaborto:

“It's almost entirely comprised of quotes from consensus documents passed mostly at the UN where countries agreed to, so that means there really shouldn't be a debate over the content of the GCD at all, because countries have already agreed to these pieces with very few exceptions, the only new language is the language in the commitment section, where countries that are agreeing to do things based on those quotes from seminal documents agreed to as long ago as 1945” (Geneva Consensus Declaration – The Institute for Women’s Health, 2023, s.p.)

De maneira similar, posicionou-se Alex Azar durante a cerimônia de assinatura da declaração:

The declaration is much more than a statement of beliefs; it is a critical and useful tool to defend these principles across all United Nations bodies and at every multilateral setting using language previously agreed to by member-states of those bodies.(U.S. Department of State, 2020, s.p..)

Desse modo, defendem os seus criadores que o documento não guarda espaço para objeção, visto que prevê entendimentos previamente ajustados. Portanto, o objetivo de

enaltecer o “consenso” existente é justamente trazer legitimidade à DCG, estrategicamente tida como incontestável em sua natureza, visto que fundada em cima de termos já reconhecidos pela comunidade internacional.

A esse respeito, duas considerações precisam ser realizadas. Em primeiro lugar, como já apontado no capítulo inicial deste trabalho, o “consenso” alcançado em alguns dos principais documentos referidos na DCG, como o Programa de Ação do Cairo e a Plataforma de Ação de Pequim, somente ocorreu devido a abrangência da linguagem utilizada, que possibilita usos distintos conforme o proveito de quem a utiliza. Abre-se margem para uma disputa política na qual o sentido dos documentos serão materializados de acordo com as reivindicações sociais levantadas. A quantidade de reservas presente nesses documentos é o principal indicativo documentado de que as concordâncias passaram longe de ser plenas. Dessa forma, ainda que atingido um “consenso”, os embates nunca foram apaziguados e as visões de mundo sustentadas permaneceram inalteradas.

Ademais, tais documentos não possuem caráter vinculante, o que contribuiu, ao fim, para que concessões pudessem ser realizadas e o “consenso” pudesse ser atingido. Assim, ressaltar o “consenso” que foi firmado, por vezes, em condições frágeis, condições estas intencionalmente ocultadas pelos arquitetos da DCG, apenas reforça a tentativa de validar o documento para o uso que se busca fazer dele na arena internacional, isto é, transformá-lo em uma ferramenta normativa para uma coalizão pró-vida e pró-família, que alega enfrentar a “colonização ideológica” impulsionada pela ONU através das produções do próprio sistema. Ironicamente, é a ausência da natureza coercitiva desses documentos que é aludida pelos defensores da DCG quando qualquer proposição favorável à ampliação do aborto se baseia nesse corpo documental.

Outra forma de compreender o “consenso” se refere ao ajuste firmado entre os signatários, este sim um consenso autêntico, posto que construído em uníssono e representando as vozes do seu povo. É o que se extrai do pronunciamento de Alex Azar ao comunicar que a “declaração acordada por uma coligação que representa todas as regiões da Terra e mais de 1,6 bilhão de seres humanos é uma ferramenta nova e poderosa neste nobre esforço que salva vidas” (U.S. Department of State, 2020, tradução minha). Portanto, ao enfatizar repetidamente que foi atingido um consenso e estamos falando de uma linguagem que retrata a vontade de 1,6 bilhão de pessoas, como o ex-Secretário de Saúde e Serviços Humanos dos EUA aponta, passa-se a ideia de que a relevância da declaração não pode ser ignorada. Há, assim, uma tentativa de engrandecer o Consenso de Genebra visando não só sua

consagração como documento legítimo e soberano, como também buscando expandir a coalizão construída, por meio de um viés publicitário e enaltecendor.

Pode-se afirmar, então, que a noção de “consenso” carrega um duplo sentido: o consenso já atingido em documentos pretéritos, inequivocamente legítimo e que precisa ser reafirmado nos organismos internacionais perante aqueles que o contestam, bem como o consenso existente entre os signatários, que juntos, unidos e fortes⁷⁶ buscam avançar sua agenda em uma única voz e angariar novos aliados.

4.5 A “Saúde da Mulher”

Um dos pilares centrais da DCG é a preocupação com a saúde da mulher e a necessidade de garanti-la através de medidas adotadas pelos Estados e pelo sistema internacional. Constante no título do documento, a promoção da saúde da mulher, junto com o fortalecimento da família, é sinalizada como elemento condutor da declaração e justificativo da sua existência. Segundo os seus proponentes, “a saúde das nossas civilizações, das nossas famílias, de todos os nossos filhos, depende da saúde das nossas mulheres e das nossas meninas” (U.S. Department of State, 2020, s.p., tradução minha) e a declaração é o “impulso para reforçar o nosso compromisso e ação coletiva para o avanço e proteção dos direitos das mulheres e das crianças em todos os aspectos, incluindo a saúde” (U.S. Department of State, 2020, s.p., tradução minha).

Por um lado, a atenção dada à saúde das mulheres no documento pode ser entendida como uma forma de instrumentalização dos direitos desse grupo com o intuito de mascarar as verdadeiras intenções dos elaboradores da DCG. Conforme afirma Lynn Morgan (2022), o enquadramento de iniciativas antiaborto como pró-mulher possui uma longa trajetória que remonta a articulações pretéritas a DCG. Nessa interpretação, não há preocupação genuína em impulsionar os direitos humanos das mulheres.

Corroborar essa linha de pensamento não só o contexto de produção da Declaração, que, em última medida, foi constituída para combater o que se entendia como uma agenda pró-aborto nos organismos multilaterais, como também alguns dos posicionamentos manifestados pelos seus representantes. Cito, como exemplo, o pronunciamento de Mike Pompeo durante a cerimônia de assinatura da declaração, no qual o político deixa evidente

⁷⁶ Na declaração, no vídeo de divulgação e ao longo dos discursos dos representantes oficiais, a todo instante, quase como um hino de campanha, é repetido que “juntos somos mais fortes”.

que o foco da declaração é fazer frente ao que entende como uma linguagem favorável ao aborto na ONU e construir uma coalizão pró-vida:

Under President Trump's leadership, the United States has defended the dignity of human life everywhere and always. He has done it like no other president in history. We've mounted an unprecedented defense of the unborn abroad. In front of world leaders at the 2019 United Nations General Assembly, President Trump said, quote, "We in America believe that every child - born and unborn - is a sacred gift from God." During our administration, U.S. taxpayer dollars will never go to foreign nongovernmental organizations that perform or actively promote abortion as a method of family planning. We are also at the State Department fully applying the law prohibiting the use of department funds to lobby on abortion. Last year, Secretary Azar and I sent a letter to like minded nations asking for their support in advancing human dignity on the world stage. The result of that was that we delivered 20 of them to prepare a joint statement to decry pro-abortion language in UN documents. Together, these nations said clearly there simply is no international right to abortion. Today, we're taking the next step, as we sign the Geneva Consensus Declaration. At its very core, the declaration protects women's health, defends the unborn, and reiterates the vital importance of the family as the foundation of society. (...)
It's historic to be here. It's the first time that a multilateral coalition has been built around the issue of defending life. (Pompeo, 2020, s.p.)

Ao passo que essa perspectiva é coerente, ela não expõe completamente a forma como os direitos das mulheres são apreendidos pelos proponentes do documento. Mais do que avaliar se há um uso instrumental ou não desses direitos, parece-me importante indagar quais mulheres a DCG acoberta, isto é, quais são as mulheres que fazem jus à proteção dos documentos internacionais mencionados. Há, de fato, mulheres ou uma única categoria de mulher pensada na declaração?

Dando ênfase a maternidade e a capacidade reprodutiva desse grupo no texto do documento ou destacando a relação complementar entre “homens” e “mulheres”, a mulher descrita na declaração é pensada como parte da “família tradicional” e, dessa maneira, uma mulher cisgênero, heterossexual, com útero, decorrente de diferenças sexuais “naturais”.

A relutância do documento em utilizar a terminologia “gênero”, sobretudo quando essa linguagem é largamente adotada nos documentos internacionais a partir da década de 90, atesta que não há outra forma de pensar em mulher para os declarantes senão através das construções da biologia. A mulher, para os arquitetos da DCG, é sinônimo de fêmea. Ao afirmar no vídeo promocional transmitido na cerimônia de assinatura, em 2020, que “dentro de cada mulher há um eco de criação” (U.S Department of State, 2020), o Consenso nos recorda que a natureza reprodutiva desse grupo é a razão de sua definição.

Partindo da inquietação que o documento promove, o filósofo Paul Preciado questiona os pressupostos dessa aceção e a exclusão que efetiva:

But who protects the right of a body to which the female gender was assigned at birth to be a sex worker, to be a lesbian, and even to be a mother who's a sex worker or a lesbian? And what about the right to be trans, including the right to be a trans mother or father? Or the right to define oneself as nonbinary? The right to disidentify? And if the reproduction of human life is so important to the signatory countries, why is there no similar legislation governing erections, male ejaculation, and sperm flow? (Preciado, 2020, s.p.)

Um dos caminhos para compreender a DCG, portanto, não é inquirir se os seus apoiadores salvaguardam concretamente a saúde das mulheres. As manifestações e políticas alavancadas até então indicam que não. Contudo, de maior pertinência me parece perscrutar *quem o documento alega defender e sob quais termos*, isto é, qual narrativa de direitos humanos é propagada e quais são os sujeitos que se enquadram nessa representação.

Nesse sentido, a DCG promove uma cristalização das identidades sexuais e de gênero. Mulheres e corpos que não correspondem a consonância sexo-gênero-sexualidade hegemônica são marginalizados da proteção dos direitos humanos insculpida na declaração e suas existências são apagadas através da ausência de reconhecimento de serem dignas de amparo. A declaração simultaneamente suprime e constrói o gênero: negando identidades sexuais e de gênero dissidentes e representando aquelas que seriam autênticas, quais sejam, identidades a-históricas e universais, ancoradas no determinismo biológico e em padrões de comportamento intrinsecamente atribuídos ao masculino e feminino. Esse processo mútuo de apagamento/corporificação produz efeitos para além do corpus documental, adentrando na esfera pública e consolidando uma visão particular do que é ser, em última medida, mulher.

4.6 A “Família”

Em seu título, a Declaração do Consenso de Genebra explicita um de seus marcos basilares: o fortalecimento da família. Ancorado na Declaração Universal de Direitos Humanos e na Plataforma de Ação de Pequim, o documento declara sua solidariedade às mulheres através de sua intenção em promover as contribuições essenciais desse grupo à saúde, à força da família e a uma sociedade próspera e bem-sucedida. Também traz como um enunciado o compromisso dos Estados-Membros assinantes em apoiar o papel da família como central para sociedade e como uma fonte de saúde, amparo e cuidado.

Apesar do foco dado ao aborto quando a declaração foi lançada, é significativo indagar-se o que quiseram exprimir os atores políticos responsáveis pela elaboração do documento ao ressaltar o papel familiar na sociedade e a necessidade de seu fortalecimento.

Trata-se de mera reprodução de uma afirmação que está disposta em diversos documentos internacionais de proteção aos direitos humanos e que foi negligenciada? O discurso da Ministra da Hungria Katlin Novak, na cerimônia de assinatura da DCG, torna-se emblemático ao transparecer as intenções e convicções veladas na arquitetura do documento:

We are living in an age in which there's a continuously growing need to build and strengthen pro-family and pro-life alliances in order to defend our most basic values and counter efforts to weaken the traditional family. In the past decade, values that have been the fundamental components of our societies are under attack. [...] In the name of gender ideology, ideological neo-colonialism, and sex education there are efforts to devalue the traditional family, the institution of marriage, the blessing of having children (U.S. Department of State, 2020, s.p.).

Não obstante “ausente” no corpo da declaração, Kovak nos revela que a família defendida pela declaração possui uma conformação específica: a “família tradicional”. Em nome da “ideologia de gênero”, de uma “colonização ideológica” e da “educação sexual”, esse arranjo familiar está em risco e os valores e tradições locais estão sendo rebaixados. É preciso salvaguardá-la.

Aqui, convém mencionar que, ao destacar a unidade social familiar, a DCG não fala em “famílias”, no plural, mas em “família”. Essa determinação não é mera referência às passagens inspiradoras do escrito. O documento, em nenhum momento, tangencia a possibilidade de configurações familiares plurais e as novas concepções de família que foram juridicamente reconhecidas nas últimas décadas. Afinal, desde 2011 é reconhecido o casamento homossexual no Brasil pelo STF. Desde 2015, a Suprema Corte dos EUA legalizou a união civil para pessoas do mesmo sexo em todos os cinquenta estados (Chappel, 2015). Sustentar-se no originalismo dos documentados citados não é suficiente para embasar essa exclusão.

Assim, quando a DCG busca fortalecer a família, o que quer dizer é que a família heterossexual biparental é o molde desejável — e o único admissível — para se construir uma unidade familiar. Quando diz que a família é basilar, a origem de toda a estrutura social, tenta proteger uma configuração específica dessa instituição. Paradoxalmente, o argumento de que a família tradicional e os valores locais estão ameaçados por uma colonização ideológica, subverte a própria concepção de que essa “família” serviu a um propósito colonial.

Ao tratar dos movimentos antigênero, Haley McEwen (2020) nos recorda que os fundamentos ideológicos dessas campanhas estão profundamente ancorados em ideologias coloniais de gênero, sexualidade, raça e nação, e que a “família natural”, traduzida em uma

família nuclear heterossexual, promoveu o epistemicídio de estruturas divergentes de parentesco nas Américas e na África:

It is equally important to recognize that the movement's ideological underpinnings are more deeply anchored in colonial ideologies of gender, sexuality, race and nation. While the 'pro-family' movement claims that the ideas of 'gender', 'marriage' and 'family' are universal and timeless, these ideas have a location and history within colonial knowledge production that served the purposes of conquest, domination, and slavery. As this section briefly discusses, the anti-gender notion that the 'natural family' is timeless and universal is a form of epistemicide that denies and erases diverse kinship structures, gender and sexuality identities that existed in precolonial indigenous societies, and which continue to exist around the world. These heteronormative forms of denial and erasure also obscure the role of the notion of the nuclear family within colonial conquest and domination. Ultimately, anti-gender claims that the nuclear family is 'natural' constructs the heterosexual nuclear family as something to which all should subscribe and aspire to, rendering all other alternatives unthinkable. (McEwen, 2020, p.17)

Portanto, para a “família tradicional” prosperar e ocupar uma posição temporal e espacial vista pelos seus defensores como indissociável à qualquer estrutura social, a sua (re)produção precisa ser renovada e a DCG efetiva esse ímpeto por intermédio de uma corporificação sutil no seu texto, mas não por isso menos influente.

4.7 Soberania e o “Direito Internacional ao Aborto”

Como dito anteriormente, a DCG se ampara na soberania dos Estados para sobrestar qualquer deliberação nos organismos internacionais que busque afirmar um direito internacional ao aborto. Para tal, reproduz as disposições da declaração sobre Cobertura Universal de Saúde, aprovada pela Reunião de Alto-Nível da ONU, e do Programa de Ação do Cairo que reconhecem o direito soberano das nações. Firmando-se em um caráter absoluto e universal, o princípio da soberania nacional é utilizado pelos arquitetos da declaração para aparelhar a cruzada antiaborto. Aqui, adota-se uma postura anti-globalista para impedir a imposição do internacional-forasteiro-colonizador ante o interno.

Nesse quesito, menciono a reflexão realizada por Lynn Morgan (2022) quando se propôs a examinar a DCG. Como afirma a autora, os arquitetos da declaração usam o argumento “pró-soberania” de modo ambíguo. Existindo um benefício para as nações que proíbem o aborto, a bandeira soberana é levantada. Contrariamente, quando as nações permitem o aborto, a soberania é mitigada ou relativizada. A evidência desse “padrão duplo”, segundo Morgan, pode ser descrita na reação da C-Fam a decisão da corte constitucional colombiana, em 2022, descriminalizando o aborto. Na oportunidade, Stefano Gennarini

(2022), vice-presidente da C-Fam, afirmou que o Tribunal Constitucional da Colômbia, sob a influência da ONU, decidiu que o aborto voluntário não pode ser criminalizado até a vigésima quarta semana de gestação. Aqui, estava-se diante de uma decisão que ampliava os direitos reprodutivos, contudo a soberania estatal deixou de ser fomentada e a intervenção de agentes externos se tornou a razão de ser do julgamento.

Segundo Morgan, para além da DCG, a soberania tem sido um suporte da estratégia legal da coalizão global antiaborto, que, utilizando argumentos que restringem a autoridade das cortes internacionais de direitos humanos, buscam devolver autonomia judicial aos Estados e corrigir o “excesso de competência” da ONU. A antropóloga alerta para os perigos dessa percepção, uma vez que uma das implicações possíveis é o desrespeito a decisões de órgãos jurisdicionais internacionais.

Nesse cenário de estratégia questionável, o respeito à soberania das Nações é pleiteado pelos proponentes da DCG quando se acomoda nas premissas de sua agenda. A preocupação com a soberania é descartada nos casos em que não funciona como argumento político-normativo para uma concepção antiaborto. Como declarou Pompeo (2020), os governantes possuem o direito soberano de fazer suas próprias leis para proteger vidas inocentes. Em nada se menciona esse direito quando empregado para sustentar a autonomia reprodutiva.

4.8 (Re)Configurando os Direitos Humanos

Como já exposto exhaustivamente, o alicerce da Declaração do Consenso de Genebra é a reprodução de documentos internacionais. Assim, os arquitetos da declaração aduzem não criar nada de novo, apenas invocando disposições acordadas e impedindo agendas “radicais” e “controversas” de serem propagadas (U.S. Department of State, 2020). Entretanto, o que se deve avaliar não é o que está explicitamente exposto no documento, mas o que foi deliberadamente ocultado. A DCG, recortando esses documentos e trazendo unicamente trechos favoráveis a seus propósitos, isto é, tecendo uma “costura normativa” calculadamente engendrada, produz uma simplificação calculada dessas disposições, deixando de fora as circunstâncias de sua produção. Explico melhor.

O Programa de Ação da Conferência de Cairo, em seu parágrafo 8.25, efetivamente atesta, como mencionado na Declaração, que “em nenhuma hipótese o aborto deve ser promovido como método de planejamento familiar”. Entretanto, o mesmo documento reforça os “compromissos com a saúde da mulher, a considerar o impacto de um aborto inseguro na

saúde como uma preocupação de saúde pública” e a garantir “acesso a serviços de qualidade para o tratamento de complicações resultantes de aborto”(UNFPA, 2007, p.77), trechos jamais referidos.

Por sua vez, a Plataforma de Ação de Pequim, em seu Parágrafo 107, renova os compromissos realizados em Cairo e avança nas suas disposições, prevendo que deve se “considerar a possibilidade de rever as leis que prevêm medidas punitivas contra as mulheres que se tenham submetido a abortos ilegais” e que as mulheres possuem o direito de “controlarem todos os aspectos de sua saúde em especial o de sua própria fertilidade” (ONU, 1995, p.182 e 152). A Plataforma também dá destaque, como dito no segundo capítulo deste trabalho, à inclusão de uma perspectiva de gênero em todos os programas e políticas adotados pelos governos aderentes. Ocorre que nenhuma dessas afirmações consta na DCG, apesar de serem, de igual forma, “trechos consensuais” que os arquitetos do documento tanto ressalvam.

Qual a significação desse acobertamento afora construir uma concepção de direitos humanos que abarque unicamente aquelas garantias que seus proponentes ratificam?

Segundo Morgan (2022, p.187), “eles (criadores da declaração) quiseram o simbolismo de um movimento anti-direitos, anti-coalizão multilateral falando no epicentro global do multilateralismo e dos direitos humanos”. Morgan considera a declaração a expressão de um movimento contrário aos direitos humanos. A posição da autora parece desconsiderar que os construtores da DCG não rejeitam os direitos humanos, mas se apropriam desse vocabulário para dar impulso ao que compreendem como uma ameaça a esses próprios direitos. É preciso reafirmá-los, dizem, por meio da promoção de uma interpretação narrativa dentro do sistema multilateral condizente com a origem desses direitos. Assim, não se rejeita o espaço de construção política dos direitos humanos, mas se disputa a “verdadeira interpretação” desses direitos. Os direitos humanos são aceitáveis, desejáveis e dignos de impulso e proteção, desde que inseridos em uma janela interpretativa restrita e condizente com o quanto defendido pelos criadores da DCG.

4.9 Uma Política Antigênero

A Declaração do Consenso de Genebra possui como panorama a consolidação de um processo transnacional e expressivo cujo caráter central gira em torno da oposição ao que é intitulado como “ideologia de gênero”. Os atributos característicos dos movimentos antigênero estão presentes no contexto de produção do documento. Bandeiras levantadas por essas campanhas, como a defesa da família tradicional/natural, a proteção da vida ou até

mesmo a resistência ao colonialismo advindo de organismos internacionais, estão marcados nos discursos dos signatários da DCG e justificam a criação do documento. Mais do que isso. São a *ratio essendi* do documento. As estratégias também são partilhadas. Há a adoção de um discurso secular e baseado em direitos e o envolvimento em processos políticos internacionais. Atores plurais, que guardam posições distintas, por vezes divergentes, em esferas econômicas, sociais e políticas, unem-se em prol de um inimigo em comum. A “cola do gênero” funciona como aglutinador desse processo. Diante desse cenário, defendo que a DCG pode ser interpretada como um projeto político antigênero em sua faceta produtiva ou, como Rebecca Sanders denomina (2018), de *norm promotion*.

Dessa forma, os movimentos antigênero que foram construídos em diferentes contextos locais, de modo fragmentado e cujos protagonistas eram segmentos sociais distintos, da sociedade civil e vinculados aos Estados, expandiram seus alicerces e consolidaram uma aliança transnacional normativa. A Declaração de Consenso de Genebra, ao mesmo tempo, resulta desse processo, mas também contribui com ele. Isso porque, esses movimentos passaram a se articular de modo organizado, disputando ações e práticas políticas no âmbito de instituições internacionais consolidadas, como o sistema ONU. A disputa nesse terreno busca trazer legitimidade às pautas levantadas e construir uma nova concepção de direitos humanos que abarque esses interesses.

Assim, o Consenso opera como uma arma política que funciona não apenas como uma costura normativa de documentos internacionais pretéritos, recortada de acordo com a conveniência de seus arquitetos, mas que também amalgama as principais reivindicações desses atores, pavimentando vias paralelas dentro do próprio sistema. Há, portanto, uma corrosão gradual do sistema multilateral por meio de um processo de aparelhamento normativo que busca a promoção de uma visão de mundo condizente com os princípios e valores de seus proponentes. A Declaração se torna um desses mecanismos normativos, supostamente seguindo as regras do jogo e, concomitantemente, as subvertendo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de formação, articulação e formalização da coalizão construída através da Declaração do Consenso de Genebra. A pergunta central do estudo, que tinha como propósito a compreensão de como os governos dos países co-patrocinadores (Brasil, Egito, Estados Unidos, Hungria e Uganda) deram forma a uma agenda comum em matéria sexual e reprodutiva na declaração, demandava um retorno às conferências da ONU da década de noventa, nos quais esse debate ganhou centralidade e colocou em curso transformações sócio-políticas que seriam particularmente sentidas no século seguinte.

Assim, para responder essa questão, propus, no primeiro capítulo deste trabalho, um retorno à Conferência do Cairo, em 1994. A conferência não só alterou o direcionamento tomado pelas conferências populacionais anteriores, dando centralidade aos direitos humanos, como dispôs de tópicos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. Foi no Programa de Ação do Cairo que os direitos reprodutivos adentraram, pela primeira vez, a linguagem dos documentos internacionais

Neste capítulo, demonstrei que o contexto preparatório da declaração teve uma ampla participação de organizações feministas e de mulheres, mas também foi atravessado por disputas, das quais a Santa Sé era o ator político que contestava de modo mais energético as disposições relacionadas aos direitos reprodutivos, sobretudo o aborto. A delegação do Vaticano, junto com organizações e delegações aliadas, conseguiu paralisar negociações e incluir no documento final do programa que o aborto não deve ser promovido como método de planejamento familiar. Apesar das controvérsias, o Programa de Ação do Cairo foi considerado uma vitória para os movimentos feministas e de mulheres, prevendo o aborto como um problema de saúde pública que precisa ser reconhecido e enfrentado por governos e instituições governamentais e não governamentais. Apontei, ainda, que, ao final da conferência, se desenhou uma articulação de setores conservadores até então não conhecida e esses efeitos foram sentidos na Conferência de Pequim e na aprovação do seu documento final.

Ainda no primeiro capítulo, apresentei a Conferência de Pequim, um marco nos direitos humanos das mulheres. O rascunho da Plataforma de Ação de Pequim, documento resultante da congregação, enfrentou oposição por parte da Santa Sé e de organizações religiosas conservadoras, que passaram a adotar táticas que seriam absorvidas pelas campanhas antigênero vindouras. A linguagem de “gênero”, largamente utilizada pelo

documento, e os “direitos sexuais” foram antagonizados não apenas através de discursos morais, como também antropológicos. Falava-se, ainda, em uma colonização ideológica promovida pelos fóruns multilaterais e na destruição da família. Como resultado final da conferência, as disposições do Cairo quanto ao aborto foram mantidas e até avançadas. A conferência também foi considerada uma referência para o ativismo religioso conservador na arena internacional, que consolidou visões importantes sobre mulheres, família e reprodução.

No segundo capítulo, comprometi-me a compreender um fenômeno multifacetado e difuso que tem sido denominado pela literatura como “movimentos antigênero”. Situei a origem do principal discurso dos movimentos antigênero como fruto de uma criação do Vaticano, que, sentindo-se ameaçado pela atuação dos movimentos feministas nos fóruns internacionais da década passada, lançou uma ofensiva cujo maior inimigo era o “gênero”. Nesse ponto, vimos como a “ideologia de gênero” foi um dispositivo retórico (Garbagnoli, 2019) estrategicamente propagado pelo Vaticano para angariar aliados, mobilizar atores contra mudanças na ordem sexual e reprodutiva e manter sua influência política. Também apontei o caráter heterogêneo dos atores antigênero, que se unem em torno de oposições compartilhadas a direitos sexuais reprodutivos, a educação sexual, direitos LGBTQIAPN+ e, sobretudo, à “ideologia de gênero”, para promover uma mudança de valores e disputar o terreno político.

Indiquei que, segundo os estudos do campo, é possível estabelecer importantes relações entre um populismo de direita e as mobilizações antigênero, seja pela centralidade desses atores nessas movimentações em alguns países, seja pela similaridade em torno de algumas pautas, tais como medos nacionais e resistências à globalização (Patternote, Kuhar, 2018). Contudo, é preciso ter cautela ao visualizar esses fenômenos como a “mesma face da moeda”, visto que os movimentos antigênero não necessariamente se ligam aos populismos e movimentos de direita. Além dessa ponderação, ao visualizar as mobilizações de maneira simplista, contextos de regiões particulares podem ser ofuscados.

Vimos que apesar de alguns quadros explicativos terem sido criados atribuindo a causa desses movimentos as circunstâncias nacionais de cada país, a uma estratégia de dominação da Igreja Católica Romana, ou mesmo a existência de um backlash conservador, a interpretação mais promissora para explicar o fenômeno encara o gênero como uma cola simbólica que serve como bandeira para reunir insatisfações que possuem origens em crises sócio-econômicas, políticas e culturais da democracia liberal (Kováts, 2017, p.185).

Ao final deste capítulo, destrinchei algumas das táticas e argumentos utilizados pelos movimentos antigênero. Dei destaque à proteção das crianças, nação e família e a visão do gênero como uma imposição colonial como narrativas efetivas na produção de pânico moral

e reprodução de ansiedades raciais e nacionais Como estratégias a serem abordadas, escolhi àquelas que possuíam uma relação intrínseca com a DCG: a atuação na arena internacional e o processo de *norm spoiling*. Compreende-se por *norm spoiling* o processo em que agentes políticos desafiam normas com o intuito de enfraquecer sua influência (Sanders, 2018). Esse processo que possui um caráter destrutivo, também é produtivo ao estabelecer as bases para a promoção de novas normas. Nesse ponto, situo a DCG como característica dessa tática.

No capítulo final do trabalho, passei, efetivamente, a examinar a Declaração de Genebra. Situei o documento como fruto do processo de contestação política internacional acirrado pelos movimentos antigênero. Expus o processo de construção da declaração, que se deu em um cenário de restrição aos direitos reprodutivos pelo governo que projetou a declaração: os EUA. As políticas pró-vida do governo estadunidense, compartilhada por atores domésticos conservadores que adentraram a administração Trump, tiveram alcance internacional. Buscou-se, assim, forjar alianças com governos que defendiam a mesma agenda antiaborto e pró-família. O Brasil, junto com Egito, Hungria, Indonésia e Uganda foram escolhidos para co-patrocinar a declaração. Vimos também que a participação de organizações da sociedade civil foram essenciais para a construção da DCG, que se infiltraram no seio do Estado, seja através de participação direta ou exercendo influência no âmbito público.

Apresentei, ainda, a DCG e destaquei que o seu conteúdo é, em essência, uma reprodução de documentos internacionais consolidados. O documento indica como pilares a defesa à saúde das mulheres, o fortalecimento da família, a proteção do direito à vida e a soberania dos estados.

Passando para a análise textual, indiquei que a exaltação ao “consenso” constante no título do documento busca trazer legitimidade à declaração e promover uma imagem de autoridade para avançar a agenda. Ficou demonstrado que a “mulher” defendida e propagada pela declaração decorre de diferenças sexuais naturais e se enquadra aos padrões heterossexuais, portanto, a declaração, ao explicitar esse padrão hegemônico, simultaneamente exclui e constrói o gênero através da sua representação. Semelhante a “mulher”, a “família” que se busca fortalecer, possui uma configuração específica, só existindo entre homens e mulheres e ancorada em atributos “naturais”. Em uma postura antiglobalista, defende-se a soberania dos Estados para formular suas leis sobre o aborto, contudo esse princípio somente se aplica para restringir os direitos reprodutivos, não ampliá-los.

Ao fim, tento oferecer contribuições para as interpretações que podem ser dadas à DCG e ao processo na qual ela se insere. Resumo-as da seguinte forma:

1. Definir a DCG e os seus proponentes como anti direitos humanos promove uma simplificação analítica. Há uma defesa, ainda que retórica, dos direitos humanos, entretanto ela é condicionada a determinados termos e indivíduos. O direcionamento mais proveitoso é refletir quais indivíduos são pensados como sujeitos desses direitos, isto é, quem se enquadra nessa representação e faz jus a essa proteção;
2. A DCG consolida um processo transnacional expressivo. A aliança transnacional forjada nas bases do documento não só resulta dos movimentos antigênero, como também contribui com ele;
3. A DCG é um projeto político antigênero em sua faceta produtiva. Ao passo em que se aciona o sistema multilateral, disputando a narrativa dos direitos humanos, promove-se gradualmente a sua corrosão por meio de uma produção paralela a ele.

REFERÊNCIAS

- ABELLÁN GARCÍA, Antonio. La Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo. El Cairo 1994. **Estudios Geográficos**, [S. l.], v. 55, n. 217, p. 743–753, 1994. Disponível em: <<http://surl.li/oddol>>. Acesso em: 02 jun 2022.
- ABOU-HABIB, Lina. The journey began in 1995: how beijing shaped 25 years of feminist activism. **Gender & Development**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 299-313, 3 maio 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13552074.2020.1757892>.
- AKKERMAN, Tjitske. Gender and the radical right in Western Europe: a comparative analysis of policy agendas. **Patterns Of Prejudice**, [S.L.], v. 49, n. 1-2, p. 37-60, 15 mar. 2015. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/0031322x.2015.1023655>.
- AL-MARAYATI, Laila. Voices of Women Unsilenced - Beijing 1995 Focus on Women's Health & (and) Issues of Concern for Muslim Women. **Ucla Women'S Law Journal**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 167-175, 1995. California Digital Library (CDL). <http://dx.doi.org/10.5070/l361017645>.
- ALVES, José Augusto Lindgren. A conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento e o paradigma de Huntington. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 12, n. 1/2, p. 3–20, 1995. Disponível em:<<http://surl.li/odwpj>>. Acesso em: 2 abr. 2022.
- _____. Década das Conferências: 1990-1999. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2018.
- ASANO, Camila; CORRÊA, Sonia; KANE, Gillian. Aliança antiaborto proposta pelos EUA com apoio do Brasil afronta direitos das mulheres. **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/alianca-antiaborto-proposta-pelos-eua-com-a-poio-do-brasil-afronta-direitos-das-mulheres.shtml>>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- BADEN, Sally; GOETZ, Anne Marie. Who Needs [Sex] When you can have [Gender]? **Feminist Review**, [S.L.], v. 56, n. 1, p. 3-25, jul. 1997. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1057/fr.1997.13>.
- BELLUCK, Pam. Trump Administration Blocks Funds for Planned Parenthood and Others Over Abortion Referrals. **The New York Times**, New York, Feb. 23, 2019, Section A, Page 11. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y7hpdb7d>>. Acesso em: 8 nov. 2023.
- BERQUÓ, Elza S. Cairo: o sucesso da arte do diálogo. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Abep, Campinas, v. 11, n.1, p. 109-111, 1994.
- BERRY, Susan. Trump Administration Praised for Standing Against U.N. Pro-Abortion Agenda, 2019. **Breitbart**. Disponível em: <<http://surl.li/odzsu>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020

BORBA, Rodrigo. Enregistering “gender ideology”. **Journal Of Language And Sexuality**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 57-79, 11 fev. 2022. John Benjamins Publishing Company. <http://dx.doi.org/10.1075/jls.21003.bor>.

BORGER, Julian. US signs anti-abortion declaration with group of largely authoritarian governments. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/oct/22/us-trump-administration-signs-anti-abortion-declaration>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BORTER, Gabriella. Florida governor signs 15-week abortion ban into law, 2022. **Reuters**. Disponível em: <<http://surl.li/odzta>>. Acesso em: 1 out. 2023.

BOWEN, Donna Lee. Abortion, Islam, and the 1994 Cairo Population Conference. **International Journal Of Middle East Studies**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 161-184, maio 1997. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s002074380006445x>.

BOYER, Jessica. New Name, Same Harm: Rebranding of Federal Abstinence-Only Programs, 2018. **Guttmacher Institute**. Disponível em: <<http://surl.li/odwou>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

BRAIBANTI, Ralph, (1999), Islam and the West: Common Cause or Clash. **The American Journal of Islamic School Sciences**, Volume 16, Spring, 1999.

BRASIL. Ministra (Damares Alves, 2019-2022). **Elementos para participação brasileira na Cúpula Demográfica de Budapeste**. Budapeste, 2019. Disponível em: <<http://surl.li/odztl>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

_____. **Discurso da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, no Conselho de Direitos Humanos da ONU**. 2019a. Disponível em: <https://antigo.funag.gov.br/images/Nova_politica_externa/Damares_CDH_NPE.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

_____, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Na Hungria, ministra Damares ressalta que o Brasil é um país pró-família**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 06 set. 2019. Disponível em: <<http://surl.li/odztr>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

BUNCH, Charlotte. Beijing, Backlash, and the Future of Women's Human Rights. **Health And Human Rights**, [S.L.], v. 1, n. 4, p. 449, 1995. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/4065251>.

BUNCH, Charlotte; FRIED, Susana. Beijing '95: Moving Women's Human Rights from Margin to Center. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [S.L.], v. 22, n. 1, p.200-204, out. 1996. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3175048>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BUSS, Doris E. Robes, Relics and Rights: the vatican and the beijing conference on women. **Social & Legal Studies**, [S.L.], v. 7, n. 3, p. 339-363, set. 1998. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/096466399800700302>.

BUSS, Doris; HERMAN; Didi. **Globalizing Family Values**. The Christian Right in International Politics. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo). PPGNEIM, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CAUTERUCCI, Christina. President Who Bragged About Extramarital Sex Appoints Top Abstinence Advocate to HHS. **Slate Magazine**, 07 jun. 2017. Disponível em: <<https://slate.com/human-interest/2017/06/president-who-bragged-about-extramarital-sex-appoints-top-abstinence-advocate-to-hhs.html>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CHADE, Jamil. Com Damares, “Cúpula da Demografia” ataca ONU, feminismo e homossexuais. **Portal Uol**. Disponível em: < <https://tinyurl.com/5n7b7uke>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

CHAPPELL, Bill. Supreme Court Declares Same-Sex Marriage Legal In All 50 States. **NPR**. Disponível em: <<https://www.npr.org/sections/thetwo-way/2015/06/26/417717613/supreme-court-rules-all-states-must-allow-same-sex-marriages>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CHERNOBROVIN, Viacheslav. LGBTIQ learners at risk in South Africa as conservative Christian groups fight plans for safer schools. **The Conversation**, 18 nov, 2022. Disponível em: <<https://theconversation.com/lgbtiq-learners-at-risk-in-south-africa-as-conservative-christian-groups-fight-plans-for-safer-schools-194823>>. Acesso em: 27 out 2023.

CHINKIN, Christine. Report on the Fourth United Nations Conference on Women, Beijing 1995. **International Journal Of Discrimination And The Law**, [S.L.], v. 2, n. 1-2, p. 119-127, dez. 1996. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/135822919600200207>.

COHEN, Susan A.; RICHARDS, Cory L. The Cairo Consensus: population, development and women. **Family Planning Perspectives**, [S.L.], v. 26, n. 6, p. 272, nov. 1994. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2135895>.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 53, 11 jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530001>.

CORRÊA, Sônia; ALVES, José Eustáquio Diniz; JANNUZZI, Paulo de Martino. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. In: Cavenaghi, Suzan (Coord.). **Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: ABEP; 2006. p. 27-62. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/indicadores.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CORRÊA, Sonia et al. As aventuras e o consenso do movimento feminista no caminho para o Cairo. **Revista Estudos Feministas**, CIEC/ECO/UFRJ, v. 2, n. 3, p. 150-160, 1994. Dossiê Feminismo Hoje.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas antigénero en América Latina: Brasil ¿La catástrofe perfecta?** Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/zdfkxrph>>. Acesso em: 05 jun 2023.

CORRÊA, Sônia; PATTERNOTE, David; KUHAR, Roman. The globalisation of anti-gender campaigns: Transnational anti-gender movements in Europe and Latin America create unlikely alliances. *International Politics and Society*. **IPS**, 31 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.ips-journal.eu/topics/democracy-and-society/the-globalisation-of-anti-gender-campaigns-2761/>>. Acesso em: 29 mai 2023.

CORREDOR, Elizabeth S. Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Countermovement. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [S.L.], v. 44, n. 3, p. 613-638, mar. 2019. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/701171>.

CUPAC, Jelena; EBETÜRK, Irem. Competitive mimicry: the socialization of antifeminist ngos into the united nations. **Global Constitutionalism**, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 379-400, 3 mar. 2022. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s2045381721000186>.

DAVIS, Joseph. Crossing cultural divides: moral conflict and the Cairo population conference. **Virginia review of sociology**, 1995, v. 2, p. 189-212.

DAWSON, Ruth P. When Women Gather: The NGO Forum of the Fourth World Conference on Women, Beijing 1995. **International Journal of Politics, Culture, and Society**, v. 10, n. 1, 1996, pp. 7-27.

DEJONG, Jocelyn. The role and limitations of the Cairo International Conference on Population and Development. **Social Science & Medicine**, [S.L.], v. 51, n. 6, p. 941-953, set. 2000. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0277-9536\(00\)00073-3](http://dx.doi.org/10.1016/s0277-9536(00)00073-3).

DENKOVSI, D., KREITLOW A. **Funding (in)equality?** A comparative look at the funding landscape for pro-and anti-gender initiatives and campaigns in the European Union (EU) [Online]. Berlin: The Centre for Feminist Foreign Policy, 2021. Disponível em: <<http://surl.li/odcpg>>. Acesso em: 19 set. 2023.

DENKOVSKI, D., BERNARDING, N., LUNZ, K., 2021. **Power Over Rights: Understanding and countering the transnational anti-gender movement Volume II – Case**

Studies [Online]. Berlin: The Centre for Feminist Foreign Policy. Disponível em: <<http://surl.li/odzuf>>. Acesso em: 19 set. 2023.

DIAZ, Ary Waldir Ramos. Papa afirma que impor a ideologia de gênero é repugnante. **Aleteia**, 13. Out. 2022. Disponível em: <<http://surl.li/odzul>>. Acesso em: 26 out. 2023.

DRUMOND, Paula; REBELO, Tamyá. Norm spoiling, gender washing and the pushback against women's rights in Brazilian foreign policy. **Globalizations**, [S.L.], p. 1-19, 20 abr. 2023. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2023.2202106>.

EBERTUK, Irem. Norms of gender equality and the backlash against Istanbul Convention. **WZB Orders Beyond Borders**, 6 jun. 2018. Disponível em: <<http://surl.li/odzus>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

EKEOCHA, Obianuju. **Target Africa: Ideological Neocolonialism of the Twenty-First Century**. Ignatius Press, 2018. 224 p.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (2016-2022: Donald Trump). **Discurso por ocasião da 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://surl.li/oddcu>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

EUNJUNG CHA, Ariana ; SUN, Lena H. Christian conservatives in Trump administration build global antiabortion coalition. **Washington Post**, 15 mar 2019. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/health/2019/03/15/trump-administration-seeks-build-global-coalition-against-abortion-rights/>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FEINER, Lauren; MANGAN, Dan. Trump takes credit for end of Roe v. Wade after his 3 Supreme Court justice picks vote to void abortion rights. **CNBC**, 24 jun. 2022. Disponível em: <<http://surl.li/odzuz>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade**, [S.L.], v. 17, n. 40, p. 43-64, 29 mar. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43>.

FRIEDMAN, Elisabeth Jay. Gendering the agenda: the impact of the transnational women's rights movement at the un conferences of the 1990s. **Women's Studies International Forum**, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 313-331, jul. 2003. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0277-5395\(03\)00077-3](http://dx.doi.org/10.1016/s0277-5395(03)00077-3).

GALDOS SILVA, Susana. La conferencia de El Cairo y la afirmación de los derechos sexuales y reproductivos, como base para la salud sexual y reproductiva. **Rev. perú. med. exp. salud pública**, Lima, v. 30, n. 3, p. 455-460, jul. 2013. Disponível em: <<http://surl.li/oddeh>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

GARBAGNOLI, Sara. Against the Heresy of Immanence: vatican's gender'as a New Rhetorical Device against the denaturalization of the sexual order. **Religion And Gender**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 187-204, 19 fev. 2016. Brill. <http://dx.doi.org/10.18352/rg.10156>.

GCN Brasil e Arábia Saudita vetam educação sexual para meninas em projeto da ONU - GGN. **GGN**. Disponível em:

<<https://jornalggn.com.br/noticia/brasil-e-arabia-saudita-vetam-educacao-sexual-para-meninas-em-projeto-da-onu/>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GENEVA CONSENSUS DECLARATION ON PROMOTING WOMEN'S HEALTH AND STRENGTHENING THE FAMILY, 2020. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<<https://www.theiwh.org/wp-content/uploads/2022/02/GCD-Declaration-2021-2.pdf>>. Acesso em 02 abr 2023.

GENEVA CONSENSUS DECLARATION: The Institute for Women's Health. Entrevistada: Valerie Huber. Entrevistadora: Christine Grimmert. [S.L.]: Pregnancy Help Podcast, 5 jun. 2023. **Podcast**. Disponível em: <<http://surl.li/odyox>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

GENNARINI, Stefano. U.S. Sends Official Pro-Life Message to Foreign Governments.

C-Fam, 22 ago. 2019. Disponível em:

<https://c-fam.org/friday_fax/u-s-sends-official-pro-life-message-to-foreign-governments/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

_____. Pro-Life Declaration Officially Lodged with UN General Assembly - C-Fam.

C-Fam. 17 dez 2020 Disponível

em:<https://c-fam.org/friday_fax/pro-life-declaration-officially-lodged-with-un-general-assembly/>. Acesso em: 25 out. 2023.

_____. Colombian High Court Says Aborting Disabled Children Can Never Be a Crime - C-Fam. **C-Fam**. 24 fev 2022. Disponível em:

<https://c-fam.org/friday_fax/colombian-high-court-says-aborting-disabled-children-can-never-be-a-crime/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GRANT, Lindsey. The Cairo Conference: Feminists vs the Pope, **The NPG Forum** - paper, jul. 1994. Disponível em: <<http://surl.li/oddr>> Acesso em: 01 jun. 2022.

GRZEBALSKA, Weronika, KOVÁTS, Eszter; PETO, Andrea. Gender as symbolic glue: how 'gender' became an umbrella term for the rejection of the (neo)liberal order. **Krytyka Polityczna & European Alternatives**, 13 jan. 2017. Disponível:

<<https://politicalcritique.org/long-read/2017/gender-as-symbolic-glue-how-gender-became-an-umbrella-term-for-the-rejection-of-the-neoliberal-order/>>. Acesso em: 02 jun 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. Whose Science Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives. Ithaca: **Cornell University Press**, 1991.

_____. "Existe um método feminista? In: Eli Bartra (org.), Debates em torno a uma "metodologia feminista", México, D.F.: UNAM, 1998, pp.:09-34.

HARVARD LAW SCHOOL. **Mary Ann Glendon** | Harvard Law School. Disponível em:

<<https://hls.harvard.edu/faculty/directory/10311/Glendon>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

HEMMINGS, Clare. Unnatural feelings: The affective life of “anti-gender” mobilisations, **Radical Philosophy** 209, Winter 2020, pp. 27–39.

HESSEL, Rossana. Bolsonaro: ‘defendemos a família e somos contra a ideologia de gênero’. **Estado de Minas**, 17 jun. 2022. Disponível em: <<http://surl.li/oddtu>>. Acesso em: 4 out. 2023.

HUMAN RIGHTS CAMPAIGN. Gov. DeSantis Signs Slate of Extreme Anti-LGBTQ+ Bills, Enacting a Record-Shattering Number of Discriminatory Measures Into Law. **HRC Staff**, 17 mai. 2023. Disponível em: <<http://surl.li/odduj>>. Acesso em: 1 out. 2023.

INFOBAE. Rafael Correa rechaza la “absurda” y “peligrosísima” ideología de género. **Infobae**, 21. Nov. 2017. Disponível em: <<http://surl.li/oddus>>. Acesso em: 15 Jan. 2022.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta do Papa João Paulo II às Mulheres**. Vaticano: 1995. A. Santa Sé. Disponível em: <<http://surl.li/odzci>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

_____. **Carta Encíclica Evangelium vitae** (Sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana). Vaticano: 1995. A. Santa Sé. Disponível em: <<http://surl.li/odwrs>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em: <<http://surl.li/odzvy>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

KOROLCZUK, Elzbieta. The War on Gender from a Transnational Perspective - Lessons for Feminist Strategising. In: **Anti-gender Movements on the Rise?** Strategising for Gender Equality in Central and Eastern Europe, Ed. Heinrich Böll Foundation, v. 38, p. 43–53. Berlin: Heinrich Böll Foundation, 2015.

KOUROU, Nur Sinem. **Right-Wing Populism and Anti-gender Movements: The Same Coin with Different Faces**. Global Political Trends Center (GPoT), 2020. JSTOR, Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/resrep25189>>. Acesso em: 9 out. 2023.

KOVÁTS, Eszter. Questioning Consensuses: right-wing populism, anti-populism, and the threat of “gender ideology”. **Sociological Research Online**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 528-538, 28 mar. 2018. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1360780418764735>.

_____. The Emergence of Powerful Anti-Gender Movements in Europe and the Crisis of Liberal Democracy. **Gender And Far Right Politics In Europe**, [S.L.], p. 175-189, 21 dez. 2016. Springer International Publishing. http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-43533-6_12.

KOVÁTS, Eszter; POIM, Maari (ee.). **Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilisations**. Budapeste: Foundation for European Progressive Studies and Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015.

LOBATO, Ana L. Direitos Humanos das Mulheres. In: FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina. (Org.). **Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo**. 1ed. Brasília: IPEA, 2020, p. 407-416.

LOPATTO, Lenny. Russia's War on the LGBTQ+ Community Continues. Wilson Center. **Kennan Institute**, 14 ago. 2023. Disponível em: <<http://surl.li/odsev>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

MACHADO, Lia Zanotta. Beijing em balanço / Confrontos Políticos e Desafios Intelectuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 414-414, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16448>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MCEWEN, Haley. The (Geo)politics of Gender and Sexuality Diversity in a Multipolar World: reading african anti-genderisms beyond the transatlantic. **Politique Africaine**, [S.L.], v. 168, n. 4, p. 95-113, 11 maio 2023. CAIRN. <http://dx.doi.org/10.3917/polaf.168.0095>.

MCINTOSH, C. Alison; FINKLE, Jason L. The Cairo Conference on Population and Development: a new paradigm? **Population And Development Review**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 223, jun. 1995. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2137493>.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

MORGAN, Lynn. Anti-abortion strategizing and the afterlife of the Geneva Consensus Declaration. **Developing World Bioethics**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 185-195, 6 out. 2022. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/dewb.12374>.

MORA, Sérgio. Rafael Correa critica duramente a ideologia de gênero. **Instituto Humanitas Unisinos**, 09 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/527071-equador-presidente-rafael-correa-critica-duramente-a-ideologia-de-genero->>. Acesso em: 15 Jan. 2022.

NEALE, Palena R. The bodies of Christ as international bodies: the holy see, wom(b)an and the cairo conference. **Review Of International Studies**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 101-118, jan. 1998. Cambridge University Press (CUP).

NEWS, Vaticano. **Entenda o que é a Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano - Vatican News**. Disponível em: <<http://surl.li/odzvh>>. Acesso em: 5 abr. 2022. <http://dx.doi.org/10.1017/s0260210598001016>.

NIKOLAY, Renate. Cairo Conference Invokes Empowerment of Women. **Human Rights Brief**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 6-7, 1994.

O'LEARY, Dale. **A agenda de gênero: redefinindo a igualdade**. Condensado da obra de Dale O'Leary, "The Gender Agenda". Lafayette: Vital Issues Press, 1997. Disponível em: <<http://surl.li/odsrd>>. Acesso em: 12 jul.2023

OAKLEY, Ann. Sexo e Gênero. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30206>>. Acesso em: 21 set. 2023.

OAS, Rebecca. The Significance of the Geneva Consensus Declaration - C-Fam. **C-Fam**. Disponível em: <<https://c-fam.org/definitions/the-significance-of-the-geneva-consensus-declaration/>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ODER, Bertil Emrah; OZLEM, Altan-Olcay. Why Turkey's withdrawal from the Istanbul Convention is a global problem. **OpenDemocracy**, 2 jun 2021. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/en/can-europe-make-it/why-turkeys-withdrawal-from-the-istanbul-convention-is-a-global-problem/>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

ONU MULHERES BRASIL. Conferências Mundiais da Mulher. **ONU Mulheres Brasil**, 1995. Disponível em: <<http://surl.li/odsvd>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher** – Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf>. Acesso em: 11 jun 2022.

OTTO, Diane. (1995). Lesbians? Not in my country: Sexual orientation at the Beijing World Conference on Women. **Alternative Law Journal**, v. 20, n. 6, Dez 1995: 288-290.

PASSARINHO, Nathalia. Governo não fará “propaganda de opção sexual”, diz Dilma sobre kit. Educação. **G1**, 26 mai 2011. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>>. Acesso em: 20 out. 2023.

PATERNOTTE, David. Victor Frankenstein and his creature: the many lives of “gender ideology”. **International Review Of Sociology**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 80-104, 2 jan. 2023. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03906701.2023.2187833>.

PATTERNOTE, David; KUHAR, Roman. **Gender Ideology: Mobilization of conservative groups against gender equality and sexual citizenship**. Friedrich-Ebert-Stiftung. 2016.

_____; _____. Disentangling and Locating the “Global Right”: anti-gender campaigns in europe. **Politics And Governance**, [S.L.], v. 6, n. 3, p. 6-19, 14 set. 2018. Cogitatio. <http://dx.doi.org/10.17645/pag.v6i3.1557>.

PAZ LOPES, Ana Luci. **Participação de Organizações Não-governamentais nas Nações Unidas: o caso do Lesbian Caucus na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres**. 2018. 183

f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193929>>. Acesso em: 01 jul 2023.

PETCHESKY, Rosalind P. Rights of the body and perversions of war: sexual rights and wrongs ten years past beijing*. **International Social Science Journal**, [S.L.], v. 57, n. 184, p. 301-318, jun. 2005. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2451.2005.552.x>.

PETO, Andrea. “Anti-gender” mobilisational discourse of conservative and far right parties as a challenge for progressive politics. In: KOVÁTS, Eszter; POIM, Maari (ee.). **Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in europe**. Budapeste: Foundation for European Progressive Studies and Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015. pp.126-131.

PIQUÉ, Elisabetta. Entrevista de LA NACION con el papa Francisco: “La salvación del país no va a venir de mi viaje”. **La Nacion**. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/entrevista-de-la-nacion-con-el-papa-francisco-la-salvacion-del-pais-no-va-a-venir-de-mi-viaje-con-nid10032023/>>. Acesso em: 18 out. 2023.

POMPEO, Michael; AZAR II, Alex. [Correspondência]. **Washington**, D.C., 22 ago 2019. Disponível em: <<https://c-fam.org/wp-content/uploads/Joint-Secretarial-Letter-as-delivered.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2023

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. **Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas**. Rio de Janeiro: Edições CNBB, 2003.

PRECIADO, The Hot War. **e-flux Journal**, Dez 2020, ed. #114. Disponível em: <<https://www.e-flux.com/journal/114/367059/the-hot-war/>>. Acesso em: 29 nov. 2021

RATZINGER, Joseph; AMATO, Angelo. Carta aos Bispos da Igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo. **A Santa Sé**, 2004. Disponível em: <<http://surl.li/odufe>>. Acesso em: 02 set. 2023.

RIBEIRO, Edméia. “Ideologia de gênero”: ofensiva reacionária, pânico e cruzada moral no México (2016). **Antíteses**, [S.L.], v. 12, n. 24, p. 488, 23 dez. 2019. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2019v12n24p488>. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/38184>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

RICHARDS, Jay W. What Is Gender Ideology? **The Heritage Foundation**, 7 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.heritage.org/gender/commentary/what-gender-ideology>>. Acesso em: 25 out. 2023.

ROGGEBAND, Conny; KRIZSÁN, Andrea. Reversing gender policy progress: patterns of backsliding in central and eastern european new democracies. **European Journal Of Politics**

And Gender, [S.L.], v. 1, n. 3, p. 367-385, nov. 2018. Bristol University Press.
<http://dx.doi.org/10.1332/251510818x15311219732356>.

RUSE, Austin. How President Trump's Pro-Life Statement at the UN Came About. **C-Fam**, 26 set. 2019. Disponível em:
 <https://c-fam.org/friday_fax/how-president-trumps-pro-life-statement-at-the-un-came-about/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

SANDERS, Rebecca. Norm spoiling: undermining the international women's rights agenda. **International Affairs**, [S.L.], v. 94, n. 2, p. 271-291, 1 mar. 2018. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ia/iyy023>.

SARDENBERG, Cecilia M. B.; MACEDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In. COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. **Ensino e gênero perspectivas transversais organização**. Salvador: UFBA – NEIM, 2011. Disponível em: <<http://surl.li/odunp>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SAWYER, Donald. Palco e bastidores da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 36, p. 1-8, 3 dez. 2019. Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
<http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0091>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em:
 <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 04 set 2023.

SELIS, Lara; PRADO, Débora. **Política Externa do Governo Bolsonaro e a Aliança Transnacional Antigênero**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil, out. 2021. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18425.pdf>>. Acesso em: 4 jun 2022.

SJØRUP, Lene. Negotiating Ethics: the holy see and the fourth world conference on women, beijing, 1995. **Feminist Theology**, [S.L.], v. 5, n. 14, p. 73-105, jan. 1997. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/096673509700001405>.

SOMMERS, C. H. Who stole feminism? How women have betrayed women. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

SPLCENTER. World Congress of Families. **Splcenter**, 2023 Disponível em:
 <<https://www.splcenter.org/fighting-hate/extremist-files/group/world-congress-families>>. Acesso em: 24 out. 2023.

TICKNER, J. Ann. Feminism meets International Relations: some methodological issues. In: ACKERLY et ali. **Feminist Methodologies in International Relations**. New York, USA; Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

TOZZI, Piero A., International Law and the Right to Abortion. **International Organizations Law Group**. Legal Studies Series, New York, NY, v. 1, 2010. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1567128>>. Acesso em: 03 nov 2023.

TVC NEWS NIGERIA. Florida Governor Ron Desantis Bares Mind On Gender Ideology. **YouTube**. Disponível em: <<http://surl.li/odyts>>. Acesso em: 1 out. 2023.

VAGGIONE, Juan Marco. La: desplazamientos estratégicos del activismo católico conservador frente a los derechos sexuales y reproductivos. **Religião & Sociedade**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 57-80, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-85872012000200004>.

UNFPA Brazil. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Conferência do Cairo). UNFPA, 2 jan. 2017. Disponível em: <<http://surl.li/oebcv>>. Acesso em: 01 jun 2022.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Secretary Pompeo participates in a Signing Ceremony of the Geneva Consensus Declaration - 11:00 AM**. YouTube, 22 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rRPuJVozJz8>>. Acesso em 01 jul. 2023.

WICHTERICH, de Christa, **Direitos Sexuais e Reprodutivos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015. Disponível em: <<http://surl.li/odwmi>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

WORLD CONGRESS OF FAMILIES. About the Congress. World Congress of Families XIII. **WCF Verona**. Disponível em: <<https://wcfverona.org/en/about-the-congress/>>. Acesso em: 24 out. 2023.

ZAREMBERG, Gisela; TABBUSH, Constanza; FRIEDMAN, Elisabeth Jay. Feminism(s) and anti-gender backlash: lessons from latin america. **International Feminist Journal Of Politics**, [S.L.], v. 23, n. 4, p. 527-534, 8 ago. 2021. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14616742.2021.1956093>.

ANEXO A - DECLARAÇÃO DO CONSENSO DE GENEBRA SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER E FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA (ANEXO A CARTA DATADA DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020 DO REPRESENTANTE PERMANENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA AS NAÇÕES UNIDAS, DIRIGIDA AO SECRETÁRIO-GERAL)

Annex to the letter dated 2 December 2020 from the Permanent Representative of the United States of America to the United Nations addressed to the Secretary-General

Geneva Consensus Declaration on Promoting Women's Health and Strengthening the Family

We, ministers and high representatives of Governments,

Having intended to gather on the margins of the 2020 World Health Assembly in Geneva, Switzerland to review progress made and challenges to uphold the right to the highest attainable standards of health for women; to promote women's essential contribution to health, and strength of the family and of a successful and flourishing society; and to express the essential priority of protecting the right to life, committing to coordinated efforts in multilateral fora; despite our inability to meet in Geneva due to the global COVID-19 pandemic, in solidarity, we

1. *Reaffirm* "all are equal before the law,"¹ and "human rights of women are an inalienable, integral, and indivisible part of all human rights and fundamental freedoms";²

2. *Emphasize* "the equal right of men and women to the enjoyment of all civil and political rights,"³ as well as economic, social, and cultural rights; and the "equal rights, opportunities and access to resources and equal sharing of responsibilities for the family by men and women and a harmonious partnership between them are critical to their well-being and that of their families"⁴; and that "women and girls must enjoy equal access to quality education, economic resources, and political participation as well as equal opportunities with men and boys for employment, leadership and decision-making at all levels;"⁵

3. *Reaffirm* the inherent "dignity and worth of the human person,"⁶ that "every human being has the inherent right to life,"⁷ and the commitment "to enable women to go safely through pregnancy and childbirth and provide couples with the best chance of having a healthy infant";⁸

4. *Emphasize* that "in no case should abortion be promoted as a method of family planning"⁹ and that "any measures or changes related to abortion within the

¹ United Nations General Assembly. (1948). "Universal Declaration of Human Rights" (Article 7). Paris.

² United Nations Fourth World Conference on Women. (1995). "Beijing Declaration and Platform for Action" (Paragraph 9). Beijing.

³ United Nations General Assembly. (1966). "International Covenant on Civil and Political Rights" (Article 3). New York.

⁴ Ibid. United Nations International Conference on Population and Development. (1994). "Programme of Action of the International Conference on Population Development" (Sections 8.25 and 63). Cairo.

⁵ United Nations General Assembly. (2015). "Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development" (Paragraph 20). New York.

⁶ United Nations General Assembly. (1948). "Universal Declaration of Human Rights" (Preamble). Paris.

⁷ United Nations General Assembly. (1966). "International Covenant on Civil and Political Rights" (Article 6.1). New York.

⁸ United Nations International Conference on Population and Development. (1994). "Programme of Action of the International Conference on Population Development" (Section 7.2). Cairo.

⁹ Ibid. Section 8.25.

health system can only be determined at the national or local level according to the national legislative process”;¹⁰

5. *Reaffirm* that “the child ... needs special safeguards and care ... before as well as after birth”¹¹ and “special measures of protection and assistance should be taken on behalf of all children,”¹² based on the principle of the best interest of the child;

Reaffirm that “the family is the natural and fundamental group unit of society and is entitled to protection by society and the State”;¹³ that “motherhood and childhood are entitled to special care and assistance,”¹⁴ that “women play a critical role in the family”¹⁵ and women’s “contribution to the welfare of the family and to the development of society”;¹⁶

6. *Recognize* that “universal health coverage is fundamental for achieving the Sustainable Development Goals related not only to health and well-being,”¹⁷ with further recognition that “health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity”¹⁸ that “the predominant focus of health-care systems on treating illness rather than maintaining optimal health also prevents a holistic approach”;¹⁹ and that there are “needs that exist at different stages in an individual’s lifespan,”²⁰ which together support optimal health across the life course, entailing the provision of the necessary information, skills, and care for achieving the best possible health outcomes and reaching full human potential; and

7. *Reaffirm* the importance of national ownership and the primary role and responsibility of governments at all levels to determine their own path towards achieving universal health coverage, in accordance with national contexts and priorities”;²¹ preserving human dignity and all the rights and freedoms set forth in the Universal Declaration of Human Rights.

Furthermore, we, the representatives of our sovereign nations do hereby declare in mutual friendship and respect, our commitment to work together to:

- *Ensure* the full enjoyment of all human rights and equal opportunity for women at all levels of political, economic, and public life;

¹⁰ Ibid.

¹¹ United Nations General Assembly. (1959). “Declaration on the Rights of the Child” (Preamble). New York.

¹² United Nations General Assembly. (1966). “International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights” (Article 10[3]). New York.

¹³ United Nations General Assembly. (1948). “Universal Declaration of Human Rights” (217A [III], Article 16(3)). Paris.

¹⁴ United Nations General Assembly. (1948). “Universal Declaration of Human Rights” (217A [III], Article 25[2]). Paris.

¹⁵ United Nations Fourth World Conference on Women. (1995). “Beijing Declaration and Platform for Action” (Annex II, Paragraph 29). Beijing.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ United Nations General Assembly. (2019). “Political declaration of the high-level meeting on universal health coverage” (Paragraph 5). New York.

¹⁸ International Health Conference. (1946). “Constitution of the World Health Organization.” New York.

¹⁹ United Nations General Assembly. (2000). “Further actions and initiatives to implement the Beijing Declaration and Platform for Action” (Paragraph 11). New York.

²⁰ United Nations Economic and Social Council. (1999). “Commission for Social Development: Report on the thirty-seventh session” (Chapter 1 [Annex, Paragraph 3], in reference to Programme of Action of the World Summit for Social Development). New York.

²¹ United Nations General Assembly. (2019). “Political declaration of the high-level meeting on universal health coverage” (Paragraph 6). New York.

- *Improve and secure* access to health and development gains for women, including sexual and reproductive health, which must always promote optimal health, the highest attainable standard of health, without including abortion;
- Reaffirm that there is no international right to abortion, nor any international obligation on the part of States to finance or facilitate abortion, consistent with the long-standing international consensus that each nation has the sovereign right to implement programs and activities consistent with their laws and policies;
- *Build* our health system capacity and mobilize resources to implement health and development programs that address the needs of women and children in situations of vulnerability and advance universal health coverage;
- *Advance* supportive public health policies for women and girls as well as families, including building our healthcare capacity and mobilizing resources within our own countries, bilaterally, and in multilateral fora;
- *Support* the role of the family as foundational to society and as a source of health, support, and care; and
- *Engage* across the UN system to realize these universal values, recognizing that individually we are strong, but together we are stronger.

Member State Signatories

1. Kingdom of Bahrain
2. Republic of Belarus
3. Republic of Benin
4. Federative Republic of Brazil (cosponsor)
5. Burkina Faso
6. Republic of Cameroon
7. Republic of the Congo
8. Democratic Republic of the Congo
9. Republic of Djibouti
10. Arab Republic of Egypt (cosponsor)
11. Kingdom of Eswatini
12. Republic of The Gambia
13. Georgia
14. Republic of Haiti
15. Hungary (cosponsor)
16. Republic of Indonesia (cosponsor)
17. Republic of Iraq
18. Republic of Kenya
19. State of Kuwait
20. State of Libya
21. Republic of Nauru

22. Republic of Niger
 23. Sultanate of Oman
 24. Islamic Republic of Pakistan
 25. Republic of Paraguay
 26. Republic of Poland
 27. Kingdom of Saudi Arabia
 28. Republic of Senegal
 29. Republic of South Sudan
 30. Republic of Sudan
 31. Republic of Uganda (cosponsor)
 32. United Arab Emirates
 33. United States of America (cosponsor)
 34. Republic of Zambia
-